



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO
MUNICÍPIO DE BELMONTE - BAHIA**

ANDRÉ PEREIRA DOS SANTOS

SALVADOR-BAHIA
ABRIL-2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO
MUNICÍPIO DE BELMONTE - BAHIA**

ANDRÉ PEREIRA DOS SANTOS

ORIENTADORA: PROFa. Dra. BARBARA-CHRISTINE NENTWING SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de

MESTRE EM GEOGRAFIA

à

Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia

Aprovado:

Comissão Examinadora

.....

Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva

....

.....

Dra. Neyde Maria Santos Gonçalves

....

.....

Dra. Iracema Reimão Silva

....

Data da Aprovação:

Grau conferido em:/...../.....

...../...../.....

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus que, ao longo desta jornada, revelou-me a sua graça...

Ao Pr. Orlando Campos (in memoriam) por toda fé depositada em mim;

A minha esposa que, pacientemente, caminhou comigo...

Às irmãs Claudia Mendes e Aleselma Santos pelo apoio técnico e espiritual;

ao Professor e amigo Dr. Jacques Hubert Delabie, pelo apoio;

As demais pessoas que em diversos momentos me apoiaram e me auxiliaram de uma forma ou de outra a concluir esse trabalho:

a Clímaco Dias, pelo estímulo;

à orientadora Professora Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva, pela paciência, tolerância e auxílio no desenvolvimento desse trabalho;

aos professores do Mestrado em Geografia da UFBA (IGEO): Dr.^a Creuza Lage, Dr. Ângelo Serpa, Dr.^a Maria Auxiliadora;

ao CNPq, pelo fomento através da bolsa de estudo;

Ao coro da Igreja Batista de Eunápolis, pelo apoio num dos maiores momentos de angústia de minha vida...

Ao meu Deus que tornou um sonho em realidade

Santos, André

Apropriação da natureza e produção do espaço no município de Belmonte - Bahia / André Pereira dos Santos. -- Salvador: UFBA / Instituto de Geociências, 2007.

x, 146 f. : il. ; 31 cm.

Orientador: Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia/ Análise do
Espaço Geográfico, 2007.

1. Geossistemas; 2. Derivações antropogênicas. 3. Belmonte; 4.

Produção do espaço – Tese. I. Silva, Barbara-Christine Nentwig.

II. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Mestrado

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma caracterização dos geossistemas que compõem o território dos municípios de Belmonte e Canaveiras através do processo de apropriação da natureza e produção do espaço geográfico. O referencial teórico de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro foi utilizado para a identificação dos geossistemas e para a compreensão do processo de apropriação da natureza. O estudo da produção do espaço geográfico teve como base a teoria Lefebvriana contida na obra de Ana Fani Alessandri Carlos. O trabalho se concretizou através de pesquisa histórica, levantamento de campo e cartográfico. Seus principais resultados consistem na identificação de quatro geossistemas primitivos e nove derivados, a identificação de períodos distintos de produção do espaço e diferentes padrões de derivação da paisagem. Por fim, mostra que, o atual estado dos geossistemas denuncia a coexistência de diferentes padrões de derivação antropogênica, configurando um processo de fragmentação espacial, e a importância do Estado como indutor destes padrões.

Palavras-chave: Geossistemas; Produção do espaço; Derivações antropogênicas

ABSTRACT

The present work shows geosystems characterization which compounds the territory of Belmonte boroughs through nature gathering process and geographical space production. Carlo Augusto de figueiredo Monteiro theoretical reference were used for geosystems identification and nature gathering process understanding. The study of geographical space production had basis on Lefebvrian theory, which is included inside Ana Fani Alessandri Carlos volume. This work was consolidated through historical research, field and cartographical data collections. The main results consists in four primitive geosystems identification and nine derivations, distinct space production periods identification and different patterns for landscape derivation. This study finally shows that the current geosystems status reports the coexistence of different anthropogenic derivation patterns, configurating a spacial fragmentation process, and the State importance to induce these patterns.

Keywords: Geosystems; space production; anthropogenic derivations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MUNICÍPIO DE BELMONTE – LOCALIZAÇÃO REGIONAL.....	15
FIGURA 2: MODELAGEM CARTOGRÁFICA.....	33
FIGURA 3: MUNICÍPIO DE BELMONTE – DISTRIBUIÇÃO ORIGINAL DA VEGETAÇÃO.....	37
FIGURA 4: MUNICÍPIO DE BELMONTE – CLAREIRA NATURAL COM VEGETAÇÃO DE MUSSUNUNGA.....	38
FIGURA 5: MUNICÍPIO DE BELMONTE - UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS.....	40
FIGURA 6: MUNICÍPIO DE BELMONTE – GEOSSISTEMAS PRIMITIVOS.....	41
FIGURA 7: MUNICÍPIO DE BELMONTE – LINHA DE FALÉSIAS.....	43
FIGURA 8: MUNICÍPIO DE BELMONTE – REDE HIDROGRÁFICA.....	45
FIGURA 9: REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA.....	48
FIGURA 10: REGIÃO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	51
FIGURA 11: MUNICÍPIO DE BELMONTE – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA 1980 – 2005.....	52
FIGURA 12: MUNICÍPIO DE BELMONTE, DISTRITO DE BOCA DO CÓRREGO – DISTRIBUIÇÃO DE HABITANTES POR SETOR CENSITÁRIO – 2000.....	53
FIGURA 13: MUNICÍPIO DE BELMONTE, DISTRITO DE MOGIQUIÇABA – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SETOR CENSITÁRIO -2000.....	53
FIGURA 14: MUNICÍPIO DE BELMONTE – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SETOR CENSITÁRIO -2000.....	55
FIGURA 15: MUNICÍPIO DE BELMONTE: GEOSSISTEMAS DERIVADOS.....	57
FIGURA 16: MUNICÍPIO DE BELMONTE – USO DO SOLO – 2005.....	58
FIGURA 17: PERFIL INTEGRADO.....	59
FIGURA 18 MUNICÍPIO DE BELMONTE – LOCALIZAÇÃO DO PERFIL INTEGRADO.....	60

FIGURA 19: ROTA FLUVIAL MINAS/BAHIA – RIOS PARDO E JEQUITINHONHA.....	62
FIGURA 20: CIDADE DE BELMONTE: RENDA MÉDIA DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR SETOR SENCITÁRIO – 2000.....	66
FIGURA 21: CIDADE DE BELMONTE: DISTRIBUIÇÃO DE HABITANTES POR SETOR SENCITÁRIO – 2000.....	67
FIGURA 22: CIDADE DE BELMONTE (1964) – PROCESSO EROSIVO DESENCADEADO PELO RIO JEQUITINHO SOBRE A CIDADE.....	68
FIGURA 23: MUNICÍPIO DE BEL MONTE – FOZ DO RIO JEQUITINHONHA.....	70
FIGURA 24: MUNICÍPIO DE BEL MONTE – CANAL DO PESO.....	72
FIGURA 25: MUNICÍPIO DE BELMONTE – TRECHO ARTIFICIAL DO CANAL DO PESO.....	73
FIGURA 26: MUNICÍPIO DE BELMONTE – TRECHO NATURAL DO CANAL DO PESO.....	75
FIGURA 27: MUNICÍPIO DE BELMONTE – USO DO SOLO – SIMULAÇÃO DE CENÁRIO - DÉCADA DE 1920.....	78
FIGURA 28: MUNICÍPIO DE BELMONTE: PRODUÇÃO DE AMÊNDOAS DE CACAU EM TONELADAS (1991-2004).....	81
FIGURA 29: MUNICÍPIO DE BELMONTE – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANO-RURAL (1980-2000).....	83
FIGURA 30: MUNICÍPIO DE BEL MONTE – USO DO SOLO – 1973.....	87
FIGURA 31: MUNICÍPIO DE BEL MONTE – USO DO SOLO – 1995.....	90
FIGURA 32: MUNICÍPIO DE BELMONTE: CLASSES DE SOLOS SEGUNDO CEPLAC – 1975.....	91
FIGURA 33: MUNICÍPIO DE BEL MONTE: REGIÃO DO CANTA GALO.....	99
FIGURA 34: MUNICÍPIO DE BEL MONTE: LOCALIZAÇÃO TURÍSTICA.....	106
FIGURA 35: MUNICÍPIO DE BELMONTE – SEDIMENTOS EM SUSENSÃO NAS PRAIAS ADJACENTES À FOZ DO JEQUITINHONHA.....	108
FIGURA 36: LITORAL DE BEL MONTE – SEGMENTOS DE PRAIA.....	109

FIGURA 37: MUNICÍPIO DE BELMONTE – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) SANTO ANTÔNIO.....	110
FIGURA 38: LIMITES PROPOSTOS PARA O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA.....	118
FIGURA 39: MUNICÍPIO DE BELMONTE – ÁREAS SOB PROTEÇÃO ESPECIAL (ASPE).....	122
FIGURA 40: MUNICÍPIO DE BELMONTE – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE INFLUÊNCIA.....	124

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: MUNICÍPIO DE BELMONTE - FLORESTA OMBRÓFILA DENSA.....	36
FOTO 2: MUNICÍPIO DE BELMONTE - VEGETAÇÃO DE MUSSUNUNGA.....	38
FOTO 3: MUNICÍPIO DE BELMONTE VEGETAÇÃO DE MANGUEZAL.....	39
FOTO 4: MUNICÍPIO DE BELMONTE: - GEOSSISTEMA COSTEIRO.....	42
FOTO 5: MUNICÍPIO DE BELMONTE - GEOSSISTEMA PLANÍCIE FLORESTADA...	44
FOTO 6: MUNICÍPIO DE BELMONTE: GEOSSISTEMA SERRAS.....	46
FOTO 7: CIDADE DE BELMONTE – PATRIMONIO HISTÓRICO.....	64
FOTO 8: CANAL DO PESO - FAZENDA COM BARCAÇA PARA SECAR CACAU.....	74
FOTO 9: CANAL DO PESO – EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS E LANCHA DE PASSAGEIROS.....	74
FOTO 10: MUNICÍPIO DE BELMONTE - CANAL DO PESO - PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS.....	76
FOTO 11: MUNICÍPIO DE BELMONTE - PLANTAÇÃO DE CACAU – MARGEM DIREITA DO JEQUITINHONHA.....	77
FOTO 12: MUNICÍPIO DE BELMONTE – ASSORIAMENTO – RIO JEQUITINHONHA.....	81
FOTO 13: MUNICÍPIO DE BELMONTE - VALE DO JEQUITINHONHA - SEDE DE FAZENDA REFORMADA.....	82
FOTO 14: MUNICÍPIO DE BELMONTE – PASTAGEM AO NORTE DO JEQUITINHONHA.....	86
FOTO 15: REGIÃO DO CANTA GALO - FORNOS DE CARVÃO.....	98
FOTO 16: INFRA-ESTRUTURA PARA PRODUÇÃO DO CARVÃO VEGETAL.....	102
FOTO 17: REGIÃO DO CANTA GALO - FORNOS DE CARVÃO EM UM PLANTIO DE MAMAMÃO.....	102
FOTO 18: REGIÃO DO CANTA GALO - VEÍCULO E CARVÃO APREENDIDOS PELO IBAMA - ABRIL/ 2004.....	103

FOTO 19: REGIÃO DO CANTA GALO - ACAMPAMENTO DE CARVOARIA.....	103
FOTO 20: MUNICÍPIO DE BEL MONTE - PRAIA DO MAR MORENO E FOZ DO RIO PRETO EM MOGIQUIÇABA.....	107
FOTO 21: LITORAL DE BEL MONTE - INCENDIO EM ÁREA DE RESTINGA.....	111
FOTO 22: MUNICÍPIO DE BEL MONTE - PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO.....	112
FOTO 23: FÁBRICA VERACEL CELULOSE EM EUNÁPOLIS.....	113
FOTO 24: TERMINAL MARITIMO DE BEL MONTE.....	114
FOTO 25: MUNICÍPIO DE BEL MONTE - CENTRO DE SANTA MARIA ETERNA.....	117

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: INVESTIMENTOS DO PRODETUR DIRECIONADOS AO MUNICÍPIO DE BELMONTE.....	107
--	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: MUNICÍPIO DE BELMONTE: SERRARIAS.....	94
---	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: MUNICÍPIO DE BELMONTE - AUTORIZAÇÃO PARA DESMATAMENTO.....	135
---	-----

ANEXO 2: MUNICÍPIO DE BELMONTE - REGISTRO DE IMÓVEL COM AVERBAÇÃO DA ÁREA DO PLANO DE MANEJO FLORESTAL.....	136
---	-----

ANEXO 3: MUNICÍPIO DE BELMONTE - RELATO SOBRE EXPLORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO FLORESTAL.....	137
--	-----

ANEXO 4: MUNICÍPIO DE BELMONTE: PLANOS DE MANEJO FLORESTAL - 1987 a 1999.....	138
---	-----

ANEXO 5: GEOSSISTEMA PLANÍCIE FLORESTADA.....	140
---	-----

ANEXO 6: GEOSSISTEMA TABULEIROS FLORESTADOS.....	141
--	-----

ANEXO 7: GEOSSISTEMA COSTEIRO.....	142
------------------------------------	-----

ANEXO 8: GEOSSISTEMA SERRAS.....	143
----------------------------------	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 TERMO DE REFERÊNCIA TEÓRICO – METODOLÓGICO	21
2.1 Referencial teórico.....	21
2.1.1 A abordagem sistêmica.....	23
2.1.2 Produção do espaço geográfico e a análise das derivações antropogênicas.....	27
2.2 Procedimentos metodológicos.....	30
3 O MUNICÍPIO DE BELMONTE NO CONTEXTO REGIONAL	35
3.1 Caracterização da paisagem e os geossistemas primitivos.....	35
3.2 O processo de ocupação e sua evolução.....	47
4 APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	56
4.1 Geossistema Costeiro.....	61
4.1.1 O estuário e o comércio fluvial.....	61
4.1.2 A cidade e o rio.....	64
4.1.3 A porção norte do Geossistema Costeiro.....	71
4.2 Geossistema Planície Florestada: Os vales e o cacau.....	77
4.3 Geossistema Tabuleiros Florestados.....	83
4.4 Geossistema Serras.....	97
5 PADRÕES RECENTES DE DERIVAÇÕES ANTROPOGÊNICAS	98
5.1 O novo ciclo de exploração da floresta.....	98
5.2 Geossistema Costeiro: a celeuma do turismo.....	104
5.2 Os novos atores da economia global.....	112
5.3 O paradigma ambientalista: a contra racionalidade.....	119
6 CONCLUSÃO	125
7 REFERÊNCIAS	128
8 ANEXOS	135

SIGLAS E ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental

ASPE – Área Sob Proteção Especial

BAHIATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S.A

CEPLAC – Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira

CEPRAM – Conselho Estadual de Proteção Ambiental

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

DERBA – Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESB – Instituto de Estudos Sócioambientais do Sul da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PROCACAU – Programa de apoio à Cacaucultura

PRODETUR /BA – Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia

SCT - Secretaria de Cultura e Turismo

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SINDIFER - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

Por qual razão o município de Belmonte (figura 1) foi escolhido para o desenvolvimento de uma dissertação sobre apropriação da natureza e produção do espaço, uma linha de pesquisa recente da geografia com a maioria dos trabalhos voltados para o espaço urbano de grandes cidades?

Um município com uma pequena cidade localizada à margem direita do Jequitinhonha, próximo à foz desse grande rio, onde as estradas terminam e a população a abandona ano a ano, foi escolhida pelos sistemas naturais que compõem o território municipal, em especial a extensa planície costeira com suas restingas e manguezais, e os remanescentes de Floresta Ombrófila Densa.

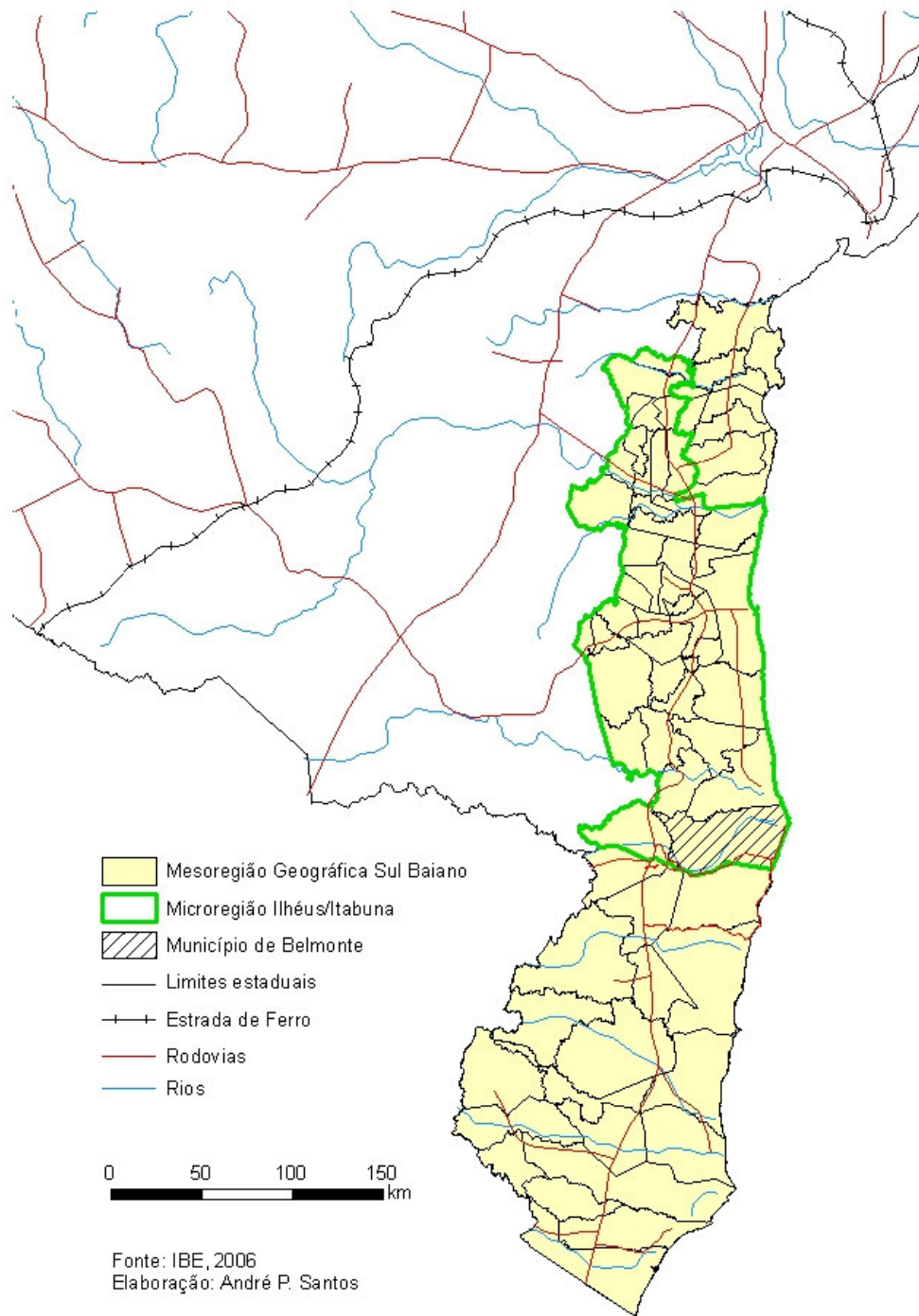
Outra razão para a escolha da área de estudo foi o desafio de escrever um trabalho a partir da abordagem de Dean (1996), ou seja, como construir uma abordagem geográfica de um problema ambiental com raízes no processo de ocupação do extremo sul do estado da Bahia, região onde a Mata Atlântica apresenta elevados índices de biodiversidade e de importância extremamente alta para a conservação.

O referido autor tratou com muita propriedade sobre a ocupação da Mata Atlântica em âmbito nacional, desde antes do processo de colonização portuguesa. Comumente a floresta é vista como um recurso a ser explorado, matéria-prima para o comércio de madeira e nada mais, ou como um obstáculo, como um inimigo a ser dominado, possuído, para a conquista dos solos férteis e baratos sob ela.

O referencial oferecido pela teoria sistêmica nos chamou especial atenção, pois parecia complementar a abordagem de Dean (1996).

Os formuladores da teoria sistêmica mostraram que esta teoria poderia ser aplicada a sistemas naturais e sociais, mesmo defendendo a idéia de redes. A idéia de rede transparece a existência de múltiplos sistemas, que, mesmo estando interconectados, formando um único sistema (teoria de Gaia – LOVELOCK, 1969), podem ser individualizados como sistemas naturais e sociais, não resultando esta individualização numa descrição de objetos, deixando clara a distinção entre sociedade e natureza em sistemas diferenciados.

FIGURA 1 : MUNICÍPIO DE BELMONTE - LOCLIZAÇÃO REGIONAL



Apropriar, o mesmo que adequar, que amoldar, e ainda, que tomar como propriedade, como seu; arrogar-se à posse de... Este é um verbo que serve como ponto de partida para a compreensão da saga humana em sua relação com a natureza. Adequar as condições naturais às suas necessidades materiais, essenciais à sua subsistência, tem sido um dos motores da história do relacionamento sociedade X natureza e das relações sociais que marcam o acesso de diferentes grupos e pessoas aos recursos naturais.

O processo de apropriação da natureza, em seus diferentes sentidos, tem sido um dos objetivos das reflexões de diversos pensadores da geografia ao longo da história. No Brasil autores como Monteiro (1976), Santos (1999), e Carlos (1999) têm suas obras dedicadas a essa temática.

Carlos (1999) afirma que o espaço produzido socialmente tem sido objeto da apropriação privada e que este processo está na base da reprodução espacial. A autora acredita que, por ser o espaço geográfico um produto social, este deveria se destinar ou comportar múltiplos usos; entretanto, o que se observa é a sua transformação em mercadoria. O espaço geográfico é cada vez mais apropriado como mercadoria.

A importância dada às questões ambientais na geografia nas últimas décadas reflete, em certo nível, a preocupação da comunidade de pesquisadores da ciência geográfica com as formas de relacionamento entre sociedade e natureza. Questão central da geografia, além das relações sociais responsáveis pelo acesso à natureza.

Tradicionalmente a natureza tem sido vista como uma mercadoria (recursos naturais), mas, também, como palco de intensas relações sociais que constituíram o espaço geográfico. A apropriação da natureza e a produção do espaço na sociedade ocidental têm sido marcadas por relações de poder e de solidariedade constituintes do cotidiano de pessoas e comunidades que cultivam a terra como provedora do seu sustento e daqueles havidos por riquezas.

Processo semelhante é observado em espaços que além de agrários são também litorâneos. Pequenas propriedades, antes habitação de pequenos produtores ou segunda residência de moradores de cidades vizinhas, cada vez mais são absorvidas pelo capital especulativo relacionado à atividade do turismo, sempre em busca de novas mercadorias que possam ser comercializadas num futuro próximo,

transformando o espaço agrário em espaços vazios, em verdadeiras reservas de mercado.

Tais questões serviram como base para o presente trabalho que pode ser definido como uma análise histórica das diferentes formas de apropriação da natureza e produção do espaço geográfico numa porção do território baiano que sintetiza processos de amplitude regional que resultaram na atual distribuição dos últimos fragmentos de Mata Atlântica no estado.

Metodologicamente está fundamentado em dados históricos de diferentes naturezas. Desde imagens de satélite e fotografias aéreas a documentos quase que perdidos em arquivos públicos.

A partir das imagens de diferentes satélites e de informações bibliográficas sobre uso e ocupação do solo foram elaborados cinco mapas de uso do solo para o município de Belmonte, sendo dois construídos a partir da simulação de cenários pretéritos e os outros três resultantes da interpretação das imagens do satélite LandSat III e V, dos anos de 1973 e 1995, e do satélite CBERS II, de 2005.

Além dos recursos documentais, outro instrumento metodológico utilizado foi a tomada de depoimentos de pessoas que testemunharam os processos de apropriação da natureza nos últimos vinte anos em Belmonte e região. Foram ouvidos três proprietários de pousadas, dois donos de restaurantes, a secretária da Junta Comercial de Belmonte, o atual secretário de Meio Ambiente de Belmonte, dois representantes dos trabalhadores rurais do município, dois conselheiros da Área de Proteção Ambiental de Santo Antonio e dois servidores do IBAMA, em Eunápolis.

O trabalho contou com inúmeras incursões a campo ao longo dos dois últimos anos. Todas as vilas, distritos e outras formas de aglomeração humana foram visitados. Foram percorridas quase todas as estradas do município

O presente trabalho objetivou identificar padrões de interações de variáveis ambientais constituintes de unidades primitivas das paisagens do município, padrões de apropriação dessas unidades primitivas pela sociedade ao longo da história e o grau de sustentabilidade da relação estabelecida entre sistemas naturais e sociais no município de Belmonte.

Para este fim, foram identificados os sistemas naturais existentes em Belmonte, tendo como fundamento a teoria geossistêmica defendida por Monteiro (1978); foram analisadas as diferentes formas de apropriação da natureza a partir da perspectiva apontada por Soja (1999) e foram identificados os agentes predominantes em diferentes etapas do processo de produção do espaço geográfico com base em Carlos (1999).

Na Geografia, tal problemática traz de volta o acirrado debate entre a geografia humana e a geografia física, desenhando algumas possibilidades de consenso entre estas duas correntes, uma vez que os problemas ambientais são conseqüências da crise civilizatória que tem comprometido a exploração econômica dos recursos naturais.

Este novo quadro conjuntural está a exigir que a geografia reexamine sua estrutura conceitual. Ciência da terra e do homem, sempre estudou um e outro, como elementos distintos, e que de fato possuem características próprias, mas que estão intimamente relacionadas, entretanto, nas últimas décadas do século XX, autores de renome na ciência geográfica, no Brasil, como Milton Santos e Carlos Augusto Monteiro têm demonstrado uma compreensão cada vez menos dicotômica da relação homem/natureza.

Santos (1999, p. 51) afirma que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas num quadro único no qual a história se dá”. Monteiro (1978, p. 14) ao apresentar sua definição de Geossistema afirma que este é um “sistema singular, complexo, onde os elementos socioeconômicos e naturais não são vistos como sistemas oponentes e antagônicos, mas sim pertencentes a um único sistema”.

A abordagem geossistêmica de Carlos Augusto F. Monteiro serviu então de base para o desenvolvimento deste trabalho. Suas idéias expressam a possibilidade de integração entre sociedade e natureza e o conceito de “derivações antropogênicas” revela um elemento de síntese, que é a paisagem, para perceber como a natureza é apropriada pela sociedade.

Não se encontra aqui a aplicação mais usual do conceito de Geossistema, que, com a finalidade de mapear riscos de erosão ou fragilidade ambiental, utiliza-se dos

compartimentos do relevo na delimitação de unidades homogêneas, dando valor maior na análise aos componentes como solo, geologia e relevo. No presente trabalho, o conceito de Geossistema foi utilizado na identificação de unidades primitivas dos sistemas naturais e as conseqüências ambientais da fragmentação dessas unidades ao longo da história.

Aliada a essa teoria, as idéias defendidas por Carlos (1999) sobre “produção do espaço geográfico” foram utilizadas trazendo importantes contribuições. Este referencial foi utilizado por revelar o processo de apropriação da natureza, evidenciando as motivações dos agentes que desencadearam tal processo.

Os objetivos perseguidos exigiram um referencial teórico que mostrasse a dinâmica sistêmica entre os diferentes elementos naturais e a forma como a sociedade se apropriou da natureza no processo de produção do espaço geográfico.

A natureza do trabalho não exigiu formular hipóteses, mas a sua conclusão trouxe fundamentos suficientes para defender a tese de que depois que os primeiros colonos tomaram para si, dos índios que habitavam o baixo Jequitinhonha, as terras da planície ao longo do rio, todos os processos de apropriação da natureza foram desencadeados na busca de atender a demandas externas ao território do município de Belmonte. Foi assim com a cultura do cacau no início do século XX, com a exploração da madeira a partir da década de 1970, e, da mesma forma, com a cultura do eucalipto na segunda metade da década de 1990, para a produção de celulose e ainda com o recente ciclo de exploração da madeira para a produção de carvão vegetal destinada às siderúrgicas do Espírito Santo.

A estruturação resultou na organização de seis capítulos, além da bibliografia e dos anexos, sendo este o primeiro e os demais conforme descrição a seguir: o segundo capítulo traz o termo de referência teórico e metodológico; o terceiro capítulo, intitulado “O município de Belmonte no contexto regional”, traz a caracterização dos geossistemas primitivos através da reconstituição dos cenários existentes num período anterior ao início da exploração econômica da lavoura cacauzeira no município e das questões relacionadas à localização, acessibilidade e dados populacionais; no quarto capítulo, “Apropriação da natureza e a produção do espaço”, encontram-se descritas as formas e etapas em que se deu a apropriação da natureza mostrando os agentes

sociais envolvidos em cada uma dessas etapas. o quinto capítulo trata dos padrões recentes das derivações antropogênicas. Neste capítulo são tratados temas como a indústria da celulose, a produção ilegal de carvão vegetal e as estratégias do movimento ambientalista. O sexto capítulo traz as conclusões mais relevantes do trabalho.

2 TERMO DE REFERÊNCIA TEÓRICO - METODOLÓGICO

2.1 Referencial teórico

Através do processo de produção, realizado pela humanidade na busca de satisfazer suas necessidades materiais e de garantir sua própria existência, tem-se a transformação da natureza. Sob esta ótica, a humanidade, pelas alterações impostas à natureza, produz uma nova, uma segunda natureza formada a partir da primeira e externa, mas que se difere daquela por não mais estar submetida apenas às mesmas leis que a regem, porém por esta, r também, submetida às leis sociais que lhe impõem uma nova escala temporal, o tempo social.

O relacionamento entre essas duas naturezas é conflitante em decorrência da desarmonia entre as leis e forças que as regem. Há um descompasso crescente entre suas escalas temporais quando o processo que origina a segunda é orientado por relações sociais, uma vez que, segundo Smith (1988), é inerente ao capital o desejo de reduzir o tempo e os custos da circulação de modo que o capital investido possa retornar mais rapidamente à esfera da produção e a acumulação possa se realizar com maior rapidez.

Esse desejo de maximizar o processo de reprodução do capital vai de encontro à capacidade de suporte dos ecossistemas ou da primeira natureza, comprometendo a sustentabilidade de ambas. Para Ross (1996), os sistemas naturais ou ecossistemas, apresentam, em decorrência das intervenções humanas, maior ou menor fragilidade em função de suas características genéticas. Segundo o mesmo autor, as intervenções humanas sobre os ecossistemas são responsáveis pela quebra do equilíbrio dinâmico responsável pela sua existência. Percebe-se então que os problemas ambientais são originados na produção da segunda natureza, sob as contradições do processo de produção. Mas é no processo de produção do espaço que nascem os problemas ambientais com toda a complexidade que os envolvem.

O espaço é uma produção coletiva da sociedade através de suas relações conflitantes (SOJA, 1993) e dissimétricas estabelecidas entre seus agentes ou atores. Para Carlos (1999), o espaço geográfico é produzido pela sociedade simultaneamente à produção de sua própria vida (relações sociais, ideologias, cultura, valores, costumes, etc.). Segundo Smith (1988), nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos no espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando.

Smith (1988) enfatiza que a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza e aponta a satisfação das necessidades materiais como motor da produção do espaço.

A produção da vida (e conseqüentemente do espaço) não envolve apenas a reprodução de bens materiais, mas também a produção da humanidade do homem – o que significa que é o espaço social na medida em que é realização do ser social ao longo do processo histórico. (CARLOS, 1999, p. 63)

Ao discutir a concepção de espaço e de sociedade, Smith (1988) afirma que, duas coisas somente podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas forem definidas, em primeiro lugar, como coisas separadas, mas com a “produção do espaço”, a prática humana e o espaço são integrados no nível do próprio conceito de espaço.

Soja (1993) afirma que o espaço produzido sob a lógica capitalista (a espacialidade capitalista) é contingente à segunda natureza e que as relações sociais são simultaneamente e conflitantemente, formadoras do espaço e contingentes ao espaço onde apóia a sua reprodução.

O processo de reprodução espacial se articula ao plano da reprodução da vida, o que significa levar em consideração o ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões – o habitar e tudo que ele implica ou revela. (CARLOS, 1999, p. 64)

Sobre a natureza do espaço geográfico, Santos (1999) afirmou que este se estrutura como um sistema. Seu conceito apresenta similaridades com o conceito de geossistema apresentado por Monteiro (1978), entretanto, geossistemas e espaço geográfico não são sinônimos. Geossistemas são naturais, espaço geográfico é cultural. Geossistemas derivados podem ser considerados como espaço geográfico. As derivações são analisadas a partir da paisagem. “A noção de derivação implica

necessariamente em graus de alterações, de modificações e de transformações realizadas na paisagem pelo homem” (CEI, 1987, p.13). Segundo Santos (1999), a paisagem revela as relações entre sociedade e natureza e é também um momento do espaço.

As interações humanas (derivações antropogênicas), por mais intensas que venham a ser, não são capazes de artificializar um determinado geossistema. Monteiro (1978) afirma que, independente do grau de derivação em que se encontram os sistemas, a organização funcional do sistema será sempre enfocada como um sistema natural. Entretanto, todas as paisagens são culturais, mesmo aquelas onde as intervenções humanas são inexpressivas, uma vez que estas revelam que as necessidades humanas estão sendo supridas sem necessitar de grandes adaptações dos sistemas naturais como é o caso dos extratores de piaçava dos remanescentes florestais localizados próximos ao litoral, nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Santa Cruz Cabrália.

Monteiro não apresenta uma definição explícita da sua concepção de paisagem, mas a abordagem metodológica que deu ao estudo dos geossistemas mostra concordância entre o conceito de Santos (1999), mesmo dando maior ênfase para elementos naturais. Como elemento de síntese, a paisagem é capaz de revelar os padrões de relacionamentos, objeto da abordagem sistêmica.

2.1.1 A abordagem sistêmica

A abordagem sistêmica ou holística é, segundo Capra (1996), a grande marca da ciência, no século XX, por transferir o foco da identificação/ descrição de componentes ou partes para os relacionamentos existentes, buscando identificar padrões de organização, rompendo assim com o pensamento analítico newtoniano.

Para o autor, as propriedades essenciais de um sistema surgem das interações e relações entre as partes. Quando o sistema é dissecado física ou teoricamente como na abordagem analítica, tais propriedades são destruídas. Segundo Capra (1996, p.46) a visão sistêmica possui as seguintes características:

1- “É a visão de mudança das partes para o *todo* (...) as propriedades essenciais ou sistêmicas são propriedade do *todo* que nenhuma das partes possui. Elas surgem das relações da organização”.

2- “A capacidade de deslocar a própria atenção de um lado para outro entre diferentes níveis sistêmicos (...), portanto, diferentes níveis sistêmicos representam níveis de diferentes complexidades”.

3- “As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo maior. (...) Aquilo que denominamos parte é um padrão numa teia inseparável de relações”.

A grande angústia revelada por esta corrente de pensamento é a impossibilidade da identificação da grande gama de relacionamentos entre os componentes de um único sistema, que formam verdadeiras teias, tecidas com milhares de fios estabelecidos sob hierarquias muitas das vezes desconhecidas, admitindo-se apenas a possibilidade de um conhecimento aproximado.

Milton Santos (1999) apresenta um conjunto de conceitos que representam aproximações do que é o espaço geográfico, como “Fixos e Fluxos”, “Configuração territorial”, “Sistema de objetos e Sistema de ações” e ainda “Verticalidades e Horizontalidades”. Estes últimos expressam a questão hierárquica das relações sistêmicas entre sistemas de complexidades e dimensões diferenciadas (relações entre global e local) – ponto de convergência com Capra (1996) que afirma ser comum encontrar sistemas aninhados em outros sistemas.

Nos modelos de relacionamento entre sociedade e natureza, os níveis de subjugação dos sistemas naturais podem atender a demandas locais, de um determinado município ou região, ou a demandas globais, visto que os recursos naturais estão espacialmente distribuídos, sendo comum que determinado recurso tenha sua distribuição restrita a áreas reduzidas como a de um município.

Ao assumir a tese de que o espaço geográfico é produzido a partir da transformação da natureza em uma segunda natureza (SOJA, 1999), o espaço geográfico de um município pode ser o resultado das interações entre agentes sociais em diferentes níveis de organização, desde munícipes a empresas e corporações internacionais.

Ao admitir que o espaço geográfico seja um sistema (SANTOS, 1999) em que coexistem diferentes teias de interações entre seus componentes, e que a coexistência de diferentes arranjos interativos é responsável pela diferenciação de subsistemas,

para entender a organização de uma porção espacial, ou de um subsistema específico como um município, faz-se necessário a identificação das conexões existentes nesse subsistema e as estabelecidas com outros subsistemas. Essa análise é fundamental na identificação do fluxo de energia responsável pelo funcionamento e evolução do sistema em estudo.

Neste trabalho, adotou-se a abordagem sistêmica expressa por Monteiro (1978) em que as formas com que a natureza é apropriada pela sociedade, assim como as relações sociais estabelecidas nesse processo de apropriação, formam um único sistema capaz de evoluir, ao longo do tempo, em razão de mudanças nas relações existentes entre os seus componentes.

A ênfase na existência de um sistema único é explicada pelo autor como forma de evitar a caracterização do homem como um vilão dentro dos sistemas naturais. Sobre o referido ponto, o autor declara:

Minhas preferências pessoais procuram evitar a consideração das relações entre natureza e sociedade em termos de antagonismo entre sistemas oponentes. Antes procuro encará-lo dentro da perspectiva (embora incômoda à análise) de um sistema singular de tipo complexo, evolutivo e cibernético. O homem – parte integrante da natureza – tende (não sem razão) a ser visto como o vilão responsável pela destruição da natureza. (MONTEIRO, 1978, p. 46)

Monteiro (1978, p. 200) assume o homem como agente derivador da natureza. Ele afirma que a opção pelo termo deu-se por este não se revestir de juízo prévio quanto à natureza das ações humanas, uma vez que as derivações podem ser tanto positivas quanto negativas.

O autor afirma que:

Genericamente falando, o homem tem demonstrado capacidade de duas coisas: derivar negativamente e positivamente os sistemas naturais. Mas certamente, em nível de organização social, as das nações, as diferenças culturais e ao grau de desenvolvimento tecnológico, a vitalidade da economia induz a estados derivados bem diversos. (MONTEIRO, 1978, p. 48)

Monteiro (1978) afirma que a perspectiva futura dos sistemas espaciais, em decorrência das derivações sofridas pelos sistemas naturais, deve direcionar a construção de modelos do funcionamento dos geossistemas.

A modelização dos geossistemas deve obedecer aos seguintes requisitos:

1. Montagem sob perspectivas de um sistema singular complexo onde os elementos sócio-econômicos não sejam vistos como outro sistema, oponente e antagônico, mas sim incluídos no próprio sistema.

Será inexeqüível pretender elaborar a montagem de um sistema global das relações natureza—sociedade. O jogo das relações sociais e econômicas é, além de muito peculiar e complexo, de caráter e desenvolvimento temporal diferente. Será necessário ter em mente que o jogo dessas complicadas relações e processos entram especialmente no sistema quando assumem materialidade física. (MONTEIRO, 1978, p. 57)

2. Representação de uma realidade espacial que assume um jogo de relações sincrônicas.

Tal norma é fundamental para a montagem da estrutura do sistema que não advém apenas da decomposição do todo em suas partes, mas, sobretudo, repousa no jogo de relações entre as mesmas. Atributos e missões *das* partes são indispensáveis ao entendimento do jogo de relações e aqui a abordagem dialética se entrosa perfeitamente com aquela de um sistema complexo, aberto e evolutivo. As relações sincrônicas são fundamentais ao entendimento das articulações às escalas superiores dos macro-sistemas em que se inserem, bem como as das escalas inferiores, em que se subdividem.

Isto leva à preocupação taxonômica que, entre outros aspectos, gira em termos de afinidade entre os dimensionamentos e o caráter de homogeneidade e heterogeneidade espaciais do sistema. Tal preocupação, em termos operacionais, se concretiza na escolha das unidades mínimas de análise para a qual deve ser levado em conta o fato de que quanto maior a escala de abordagem espacial maior será a complexidade do jogo de relações sincrônicas. (MONTEIRO, 1978, p. 57, 58)

3. Representação de uma inteireza diacrônica

Como organismo dotado de multiplicidade hierarquicamente organizada, o sistema, em sua evolução, passa por uma série de “estados” que se sucedem no tempo. O diacronismo da análise repousa na determinação das invariantes e variantes do sistema que, referenciadas ao estado primitivo, possibilitam a compreensão do grau de desenvolvimento temporal dos estados derivados. (MONTEIRO, 1978, p. 58)

4. Simultaneidade e intimidade de correlação na análise temporal

É imprescindível que *estrutura* e *processo* sejam intimamente conduzidas na análise. A primeira expressa morfologicamente a disposição das partes e clarificam o direcionamento de suas relações mútuas, apontando, com isso, os

“níveis” de hierarquização. “O segundo, pela visão dinâmica da organização funcional, revela os graus de hierarquização”. (MONTEIRO, 1978, p. 58)

5. A necessidade de base de observação empírica e a proposição de modelos *a posteriori*

A partir de premissas teóricas norteadoras da pesquisa e da seleção de técnicas adequadas ao objetivo e à natureza escalar da investigação, os modelos devem ser montados e reciclados à base de programas de pesquisa especificamente dirigidos a sua montagem. (MONTEIRO, 1978, p. 59)

6. Conjugação de análises qualitativas as análises quantitativas

A elaboração de modelos do tipo almejado exige o entrosamento perfeito das análises qualitativas às suas expressões quantitativas. Assim como não se admite que a expressão quantitativa seja suficiente a revelar os cânones do sistema (geralmente são reveladoras de atributos estruturais) o controle delas pela compreensão qualitativa dos processos lhes revestem do grau de confiabilidade pretendida ao caso. Por outro lado, fenômenos de um espectro tão variado requerem o nivelamento quantitativo dos parâmetros obtidos, o que é fundamental para a prognose dos sistemas em sua projeção futura mais remota. (MONTEIRO, 1978, p. 60)

2.1.2 Produção do espaço geográfico e a análise das derivações antropogênicas

A análise da produção do espaço pode responder a uma pergunta de cunho existencial para que a Geografia não se perca em um vasto universo de abordagens das diversas ciências empenhadas em estudar o meio ambiente. A pergunta a ser feita é: Qual a natureza dos problemas ambientais?

A afirmativa de Almeida sobre a natureza do espaço aponta para uma resposta.

O mais perfeito plano em nada resolverá as questões ambientais, se o espaço não for entendido como uma instância social e não como mero apoio das atividades humanas. O espaço físico é o reflexo não apenas das atividades naturais, como também das contradições da sociedade, na medida em que são

os interesses sócio-econômicos os determinantes das formas de apropriação e exploração do espaço. (ALMEIDA et al, 1999, p. 39)

Em uma sociedade dividida em classes, o acesso à natureza é diferenciado. Sendo a produção do espaço uma conseqüência lógica da produção da natureza (SMITH, 1988), as relações de classe estão inseridas nas contradições configuradoras do espaço e são elas as responsáveis pelo padrão da distribuição dos recursos espaciais apropriados.

Recursos, no contexto da produção do espaço, são entendidos como produtos de uma relação entre uma sociedade e uma dada matéria mediatizada pela tecnicidade que a primeira possui em determinado momento histórico (RAFFESTIN, 1993). Para os fins a que se destina este trabalho denominam-se recursos espaciais o que Moraes (1999) denominou de recursos ambientais e naturais. Os recursos ambientais estão relacionados à qualidade de vida e ambiental, garante o bom funcionamento de um ecossistema, e são dotados de um maior valor de uso. Já os recursos naturais caracterizam-se por serem dotados de um maior valor de troca, capazes de sofrerem uma exploração econômica direta.

A produção do espaço sob as regras do mercado é assinalada por uma intensa transformação da natureza em mercadoria em que a natureza “ambiental” dos recursos é desprezada em detrimento da “natural”, visto que as duas podem muitas vezes estar contidas em um mesmo objeto como é o caso de uma floresta que é ao mesmo tempo recurso ambiental, na medida em que protege os mananciais que abastecem uma cidade, e recurso natural na medida em que pode servir à exploração extrativista. Este fato ocorre porque no modelo de desenvolvimento capitalista, a exploração dos recursos espaciais submete-se aos ditames da lógica econômica e não ecológica.

Dessa forma, pode-se compreender a afirmativa de que é com a produção do espaço que nascem os problemas ambientais, pois o espaço produzido sob relações sociais capitalistas, ou a espacialidade capitalista, é dotado de um valor de troca superior ao valor de uso, fazendo com que a exploração dos recursos tenha um caráter dilapidatório e excludente.

Soja afirma que a matriz da espacialidade capitalista evolui e que pode ser reestruturada, e ainda que “a espacialidade precisa ser socialmente reproduzida, e esse

processo de reprodução é uma fonte permanente de conflitos e crise” (SOJA, 1993, p. 157). Estas afirmações delineiam uma linha evolutiva que pode ser rastreada através da pesquisa histórica do processo de organização social e de apropriação territorial e possibilitam a visualização das tendências, as direções que esse processo pode assumir, desde que não haja mudanças na matriz da espacialidade, e quais os caminhos que o processo de produção do espaço pode tomar caso tais mudanças venham a acontecer.

Nessa perspectiva, a idéia sistêmica sobre a organização do espaço geográfico trazida por Santos (1988), revela a importância de uma nova atividade econômica por poder desencadear mudanças significativas na configuração espacial. Tais mudanças tornam-se visíveis através do surgimento de um novo sistema de objetos (SANTOS, 2001) trazido pela nova atividade e para a nova atividade.

Segundo Santos (2001, p.105), “as verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos”. Para o referido autor, este espaço de fluxos constitui-se num subsistema cuja funcionalidade está a serviço dos atores hegemônicos que atuam em um território específico e que são representantes das atividades econômicas que comandam o atual momento histórico. A construção desse espaço de fluxos para atividade turística é denominada de turistificação dos lugares (KNAUFOU apud BENEVIDES, 1998).

Outro caminho para perceber mudanças eminentes é a observação do grau de importância dos grupos de agentes produtores do espaço na dinâmica local e de quem são representantes, se de forças verticais ou horizontais, o que, segundo Santos (2001), pode fazer grande diferença nas perspectivas de sustentabilidade dos rumos tomados pelo processo de produção do espaço e de que forma os sistemas naturais ou “Geossistemas” irão derivar, uma vez que as verticalidades representam demandas globais e as horizontalidades laços de solidariedade em defesa de interesses locais.

A observação feita por Monteiro quanto à participação dos elementos socio-econômicos que devem fazer parte da análise, deixa claro que para a efetivação da aproximação entre as duas abordagens deve-se buscar o entendimento da dinâmica social além das formas. O estudo sobre produção do espaço orientou o presente

trabalho para a identificação dos agentes sociais envolvidos em cada etapa do processo, seus interesses, estratégias e formas de poder.

Então, o espaço geográfico, considerado como sistema que reúne dois entes, sociedade e natureza, ao invés de um sistema único, poderia ser analisado como sistemas em rede ao invés de um esforço teórico para fundir sistemas distintos.

2.2 Procedimentos metodológicos

Dissertar sobre o processo de apropriação da natureza e a produção do espaço geográfico exigiu a adoção de diversos recursos metodológicos à disposição da ciência geográfica. Desde a observação da paisagem, análise de imagens de satélite, mapas temáticos, censos demográficos, pesquisa em arquivos de órgãos públicos e documentos históricos, além de entrevistas informais a pesquisadores, líderes políticos, empresários locais e cidadãos comuns. A seguir são apresentados os recursos mais relevantes utilizados durante a pesquisa e redação deste trabalho.

- Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica substanciou o embasamento teórico, a compreensão das interações regionais e o entendimento das dinâmicas global, expressa através das verticalidades (SANTOS, 2001) incidentes no território do município de Belmonte. A pesquisa também forneceu informações sobre as características ambientais da região e sobre o histórico da ocupação regional

- Consulta a censos demográficos

Foram consultados os censos do IBGE realizados em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000 para conhecimento da evolução demográfica do município. A partir dessa

consulta foram gerados gráficos mostrando a referida evolução e as proporções entre população urbana e rural. Foram utilizados também os dados dos setores censitários do censo de 2000.

- Pesquisa de campo

Foram visitadas diferentes porções do espaço do município, desde o litoral até o interior. Excursões pelo rio Jequitinhonha, Canal do Peso e principais estradas seminais para o conhecimento do espaço rural, além da sede municipal e seus distritos, permitiram observar diferentes formações de paisagens e mudanças ainda não registradas nos mapas, enriquecendo o trabalho de detalhes que não foram percebidos com o levantamento bibliográfico e cartográfico. Dessas excursões também resultaram um acervo fotográfico, as entrevistas com representantes de diferentes setores da sociedade do município, como donos de pousadas, barqueiros, representantes da CEPLAC, políticos, donos de restaurantes e proprietários rurais. As entrevistas não foram previamente estruturadas; tiveram caráter informal.

- Produção de um banco de dados cartográfico

A construção do banco de dados foi de substancial importância para a realização deste trabalho. Sua construção deu-se de acordo com as seguintes etapas:

a) Escolha das escalas de trabalho: Três níveis escalares foram necessários para subsidiar as análises. Foram levantados os projetos públicos existentes voltados para os recortes regionais (região cacauzeira e região extremo sul da Bahia) onde está localizado o município de e elaborados mapas regionais de localização e vias de acesso regional.

A identificação dos geossistemas e dos diferentes padrões de derivações antropogênicas exigiram a elaboração de mapas em escala municipal. Pela importância da rede hidrográfica para este município como vias de acesso, demonstrada pela

pesquisa bibliográfica, e por ser a porção espacial desse município que menos sofreu derivações, o Canal do Peso, entre o Pardo e o Jequitinhonha, paralelo à linha da costa, foi mapeado em escala maior que a municipal.

b) Levantamento cartográfico: foi realizado em instituições públicas como CEPLAC, DDF, UFBA e UESC, além das fontes bibliográficas e digitais como a internet.

O resultado desse levantamento foi um inventário das fontes cartográficas acessíveis à realização da pesquisa. Este inventário revelou as limitações que o estudo teria por ter que usar mapas em escalas diferentes.

Feito o levantamento das bases acessíveis, seguiu-se a elaboração da carta base com os limites administrativos do município. Para a elaboração dessa carta foi utilizada a base do IBGE, situação de 2003, na escala de 1:100.000.

O uso do programa ArcView 3.1, permitiu extrair dos arquivos originais concernentes aos temas contidos no inventário do quadro 1, as informações da área do município estudado, gerando assim, os mapas temáticos (figura 2).

Esta operação foi realizada com a ferramenta *Clip* do módulo *Geoprocessing wizard*.

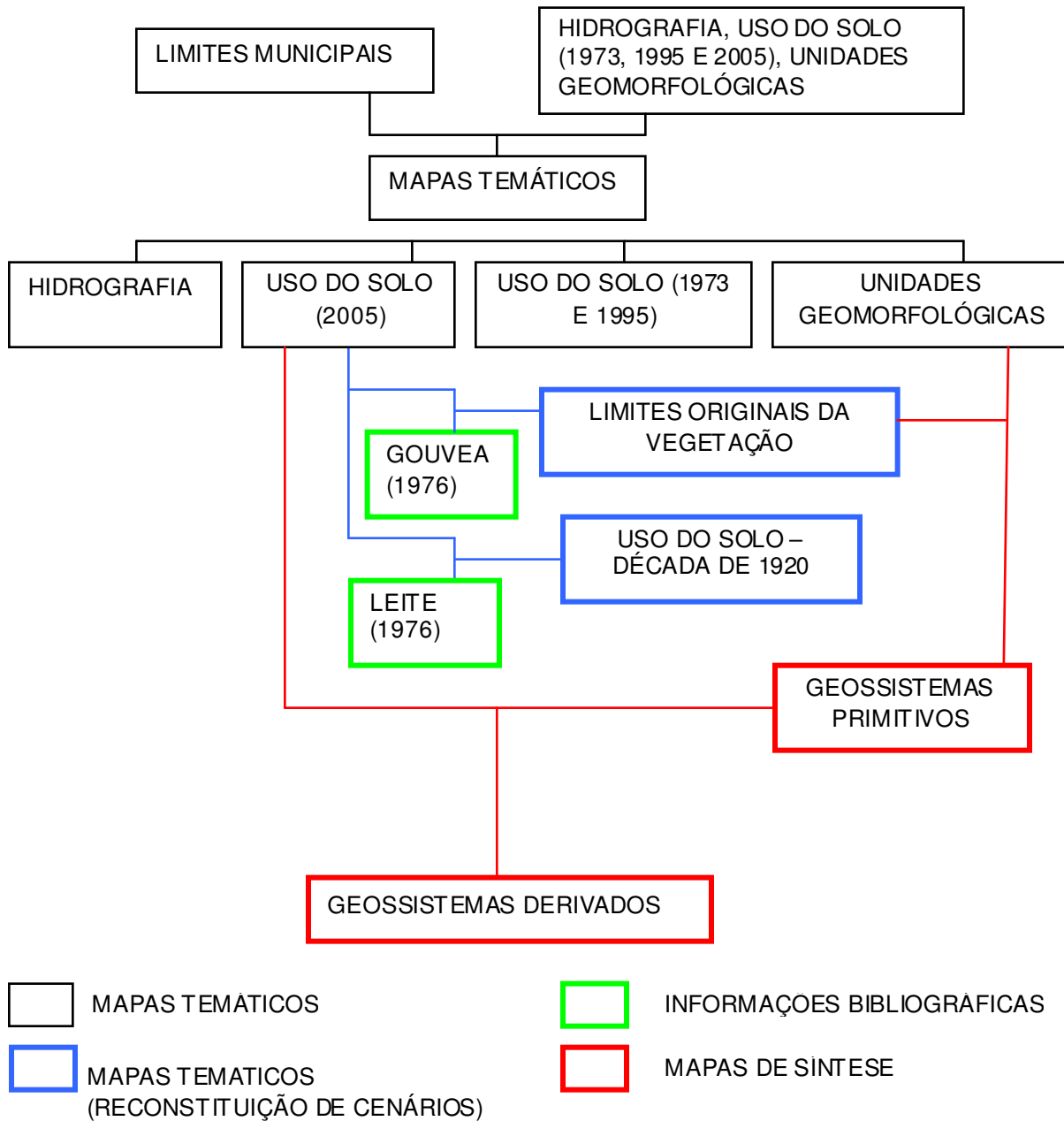
De posse desse conjunto de mapas temáticos, atendendo aos objetivos do trabalho, deu-se início à modelagem cartográfica para a elaboração de mapas secundários e mapas de síntese, como está representada na figura 2.

Mapas temáticos com a reconstituição de cenários – resultantes do cruzamento de informações extraídas da bibliografia com mapas temáticos atuais:

1-Limites originais da vegetação: Conforme descrito por Andrade-Lima (GOUVÊA et al., 1976) e de acordo com as características da Floresta Ombrófila Densa apresentadas pelo Manual Brasileiro de Vegetação (IBGE, 1995), foi feita a reclassificação do mapa de uso atual do solo e cobertura vegetal produzido a partir da interpretação da imagem do satélite CBERS II, de junho de 2005. Essa operação foi realizada, primeiro atribuindo novos valores aos polígonos que passaram a ser identificados como Floresta Ombrófila Densa e depois aplicando a ferramenta *Dissolve Features* do módulo *Geoprocessing wizard* do programa Arcview 3.1, feita a reclassificação.

2-Uso do solo e cobertura vegetal – Início do século XX: a partir da descrição de Leite (1976) sobre a área ocupada pelo cultivo do cacau na Bahia, no início do século XX, foi feita a reclassificação do mapa de uso atual do solo e cobertura vegetal.

FIGURA 2: MODELAGEM CARTOGRÁFICA



Foram também elaborados dois mapas de síntese:

1-Geossistemas Primitivos: Resultante do cruzamento do mapa Limites Originais da vegetação com as informações geomorfológicas extraídas do mapa de unidades geomorfológicas.

2-Geossistemas Derivados: Resultante do cruzamento do mapa Geossistemas Primitivos como o mapa Uso do solo (2005).

Na produção desses mapas foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) Sobreposição dos mapas;
- b) Digitalização em tela da delimitação dos limites dos geossistemas;
- c) Sobreposição do mapa Geossistemas Primitivos ao mapa Uso do solo;
- d) Digitalização em tela da delimitação dos geossistemas derivados.

Com o intuito de demonstrar graficamente a disposição das formas de apropriação da natureza foi elaborado um de perfil integrador a partir da escolha de um traçado onde os diferentes geossistemas presentes na área de estudo estivessem representados.

Fez-se então o traçado tomando as cotas altimétricas das curvas de nível, extraídas de cartas topográficas, e a respectiva distância do ponto inicial. Esses dados foram lançados numa planilha no programa Excel onde foi gerado o gráfico contido na figura 31 sobre o qual foram adicionadas informações sobre uso do solo, hidrografia, solos e clima.

Por fim, as informações sobre cada geossistema foram organizadas em quadros de correlações: Esses quadros apresentam as principais características quanto aos atributos naturais e sociais de cada geossistema.

3 O MUNICÍPIO DE BELMONTE NO CONTEXTO REGIONAL

3.1 Caracterização da paisagem e os geossistemas primitivos

A identificação dos limites originais de um geossistema está fundamentada na simulação de cenários ou paisagens pretéritas que antecederam as derivações antropogênicas de um determinado espaço temporal em análise.

Neste trabalho as características ecossistêmicas da cobertura vegetal (figura 3) e sua compartimentação pelas unidades geomorfológicas (figura 5), entre os elementos componentes de um geossistema, conduziram a construção destes cenários

Dentre as formações vegetais presentes na área de estudo, a Floresta Ombrófila Densa (foto 1) é a mais representativa entre as formações vegetais do Bioma Mata Atlântica na área de estudo. Segundo o Manual Brasileiro de Vegetação (IBGE, 1992) a principal característica ecológica da Floresta Ombrófila Densa reside nos ambientes ombrófilos típicos da região florística florestal.

No sul da Bahia a Floresta Ombrófila Densa, por apresentar grande semelhança em estrutura e por compartilhar grande número de espécies com a Floresta Amazônica, foi denominada de Floresta Perenifolia Latifoliada Higrófila Hileana Baiana (ANDRADE-LIMA apud GOUVÊA et al., 1976).

Segundo Andrade-Lima (apud GOUVÊA et al., 1976) esta formação vegetal ocupava uma faixa paralela à linha da costa de aproximadamente 70 km de largura, entre os meridianos 39° e 39°30' oeste e os paralelos de 13°15' a 18°18' sul.

As condições ecológicas descritas pelo Manual Técnico de Vegetação Brasileira (IBGE, 1992) estão presentes em toda a extensão territorial do município de Belmonte que está contido dentro da área da distribuição original da floresta conforme descrita por Andrade-Lima (apud GOUVÊA et al., 1976), exceto pelas áreas ocupadas por restingas, mangues e brejos localizados na planície costeira e no vale do rio Jequitinhonha, de forma que a maior parte do município fora inicialmente ocupada pela Floresta Ombrófila Densa.

A figura 3 mostra um provável cenário da distribuição da cobertura vegetal existente a dois ou três séculos atrás. A reconstituição deste cenário com a distribuição original da cobertura vegetal remonta a um momento anterior ao início do processo de derivação antropogênica a que os geossistemas de Belmonte foram ou ainda estão submetidos.

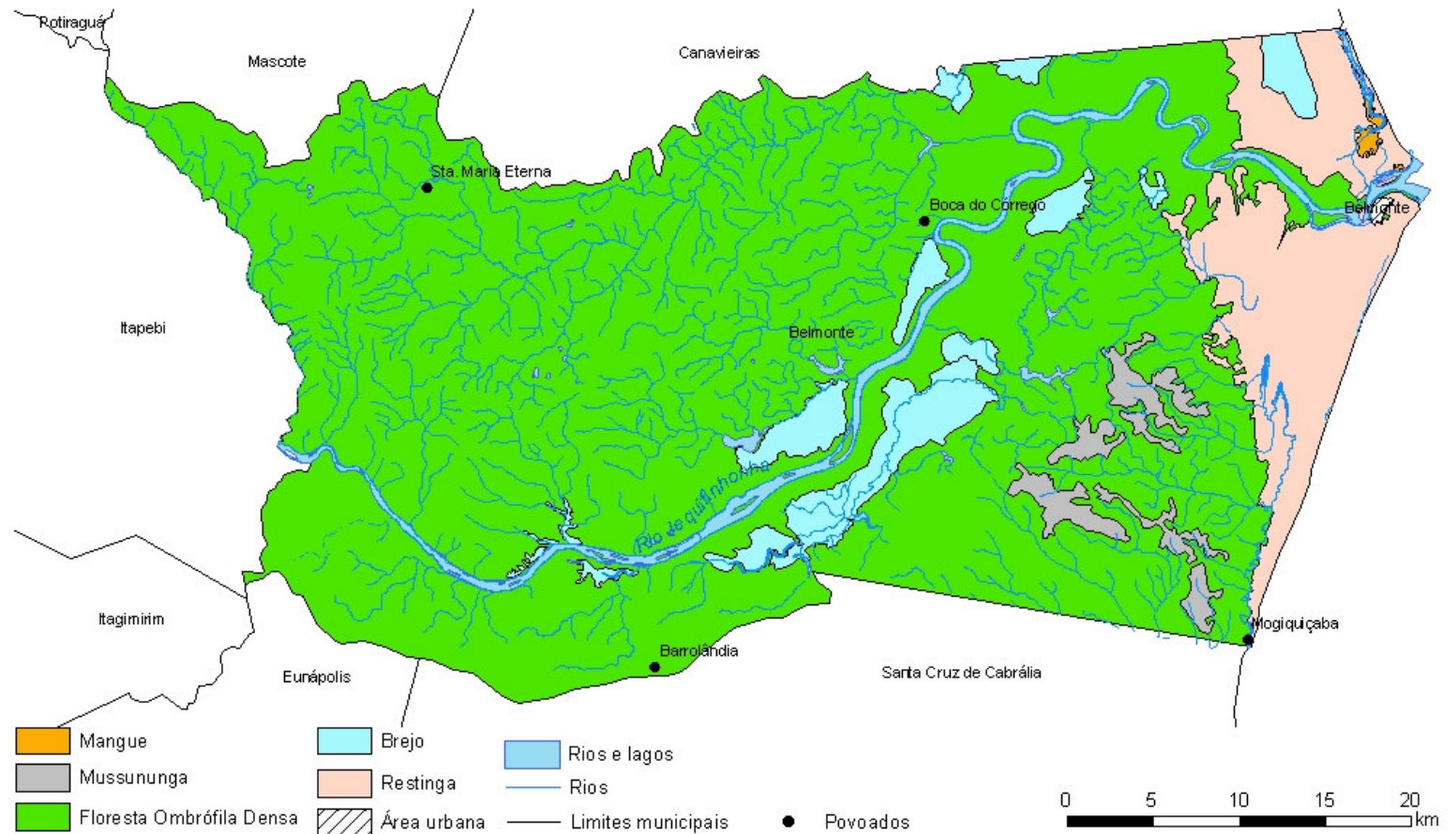
A reconstituição foi feita considerando que os limites atuais entre as tipologias vegetais existentes já haviam sido estabelecidos. Dessa forma considerou-se que as áreas ocupadas por formas contemporâneas de uso do solo eram recobertas pela Floresta Ombrófila Densa.

FOTO 1: MUNICÍPIO DE BELMONTE
FLORESTA OMBRÓFILA DENSA



Fonte: IBGE, 2006

FIGURA 3: MUNICÍPIO DE BELMONTE - DISTRIBUIÇÃO ORIGINAL DA VEGETAÇÃO

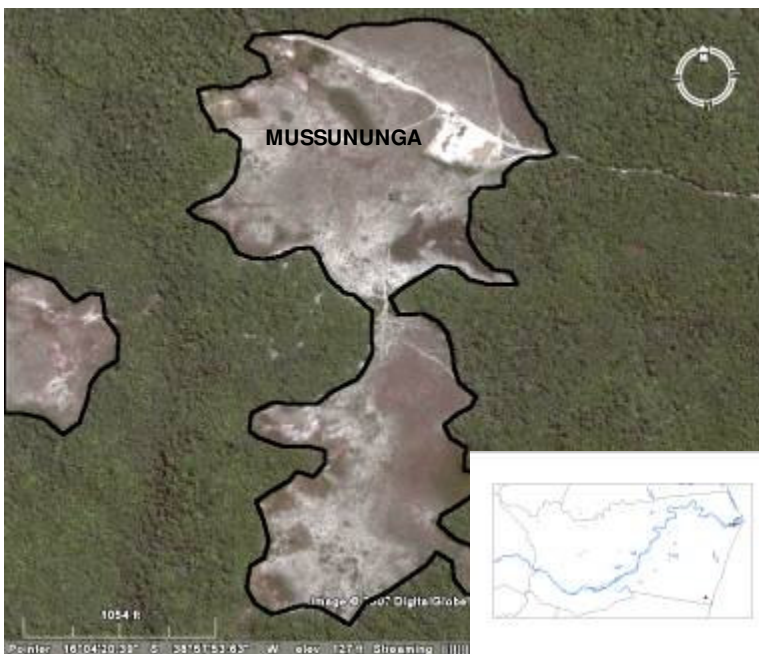


Fonte: Distribuição original da vegetação - informações bibliográficas (LEITE, 1976).
 Elaboração: André P. Santos

Nos tabuleiros costeiros e no sopé das serras apenas as áreas com ocorrência de depósitos de areias residuais do Quaternário, interrompem o domínio da Floresta Ombrófila Densa.

Sobre os solos originados destes depósitos constituídos por areias quartzosas finas a muito grossas com grânulos e seixos de quartzo, sob a forma de ilhas, nos quais há a presença em sub-superfície de um horizonte marrom escuro cimentado por ácidos úmicos e óxido de ferro, estabeleceu-se uma vegetação regionalmente denominada “mussunungas” (figura4).

FIGURA 4 MUNICÍPIO DE BELMONTE CLAREIRA COM VEGETAÇÃO DE MUSSUNUNGA.



Fonte: Google Earth, 2006

Esta formação vegetal de porte exclusivamente herbáceo-arbustivo (foto 2), onde podem ser encontradas espécies utilizadas na medicina popular como o assa-peixe (*Vernonia* sp) e espécies ameaçadas de extinção como a gonçalo-alves (*Astronium macrocalix*), além de outros que compõem o cenário florístico, apresenta-se em forma de clareiras naturais que interrompem o domínio da floresta com suas grandes árvores.

FOTO 2: MUNICÍPIO DE BELMONTE - VEGETAÇÃO DE MUSSUNUNGA



Fonte: IBAMA, 2005

Originalmente, a Floresta Ombrófila Densa ocupava a porção interior da planície costeira, os vales fluviais, as serras e ainda os tabuleiros costeiros. Dessa forma, esta formação vegetal ocupava três grandes províncias geomorfológicas regionais: A Planície Costeira, a Bacia Metasedimentar e os Tabuleiros (figura 5).

A identificação dos quatro geossistemas primitivos (figura 6) fundamentou-se, dessa forma, na sobreposição dos mapas de vegetação e das unidades geomorfológicas recebendo a seguinte nomenclatura:

Costeiro

Geossistema resultante das interações entre solo e vegetação estabelecidas após um longo processo de construção e destruição da planície costeira associada à foz do Jequitinhonha. A planície costeira é constituída por terraços marinhos compostos por sedimentos depositados por eventos transgressivos e regressivos ocorridos no pleistoceno e holoceno por causa de flutuações climáticas que ocorreram neste período Dominguez (1982).

Segundo Dominguez (1982) a planície costeira pode ser dividida em duas subunidades, ao norte de Belmonte é caracterizada por uma variedade de formas de acumulações sedimentares, incluindo pântanos, mangues (foto 3), terraços marinhos e fluviais.

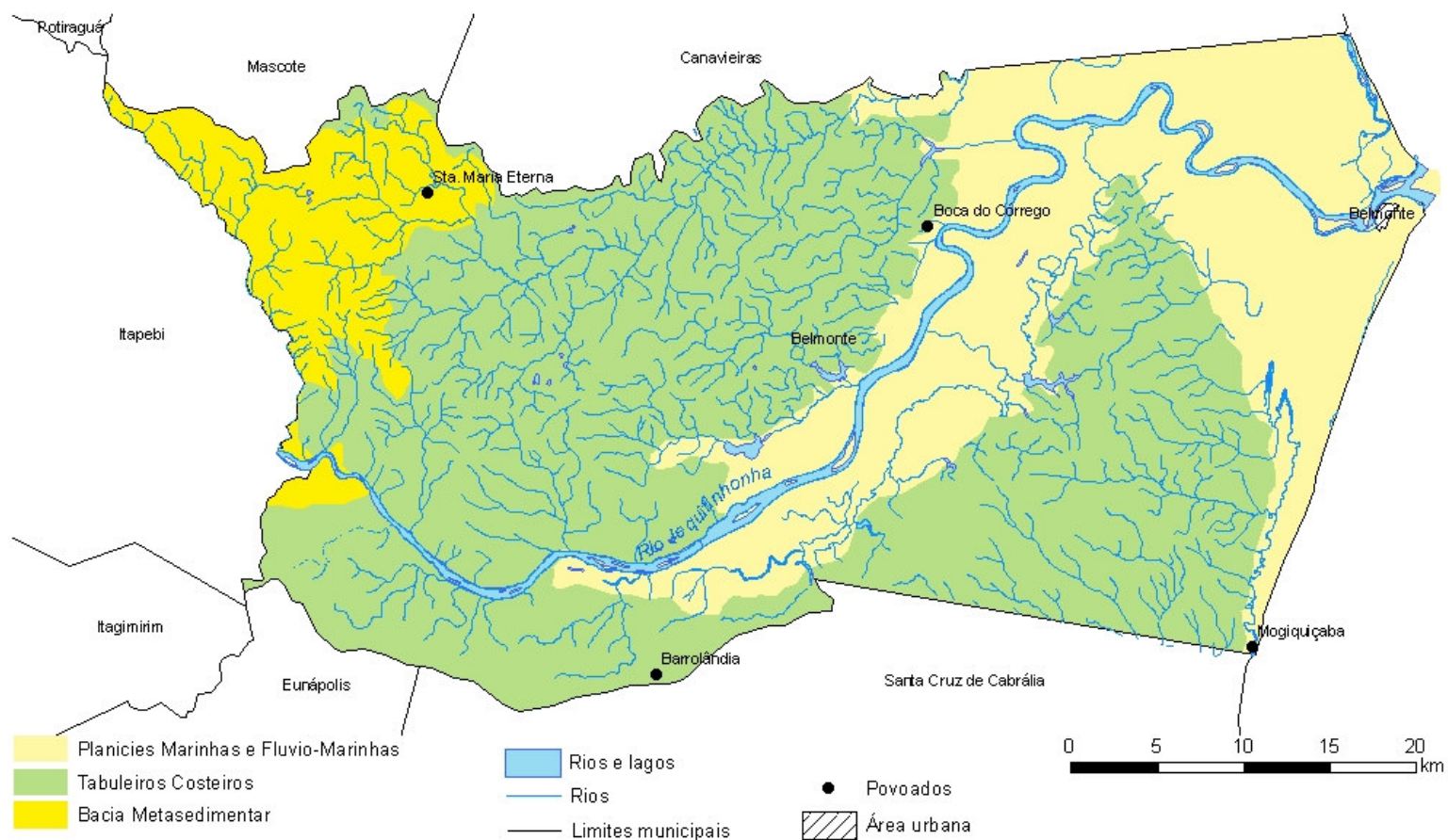
Nesta porção do Geossistema Costeiro, as áreas de manguezais são cortadas por canais de maré, conectando a foz do Jequitinhonha ao estuário complexo do rio Pardo. Para além dos canais de maré, a forte ação erosiva do rio Pardo e do Jequitinhonha promoveu a expansão dos terraços fluviais, os quais foram ocupados pela Floresta.

FOTO 3: MUNICÍPIO DE BELMONTE
VEGETAÇÃO DE MANGUEZAL



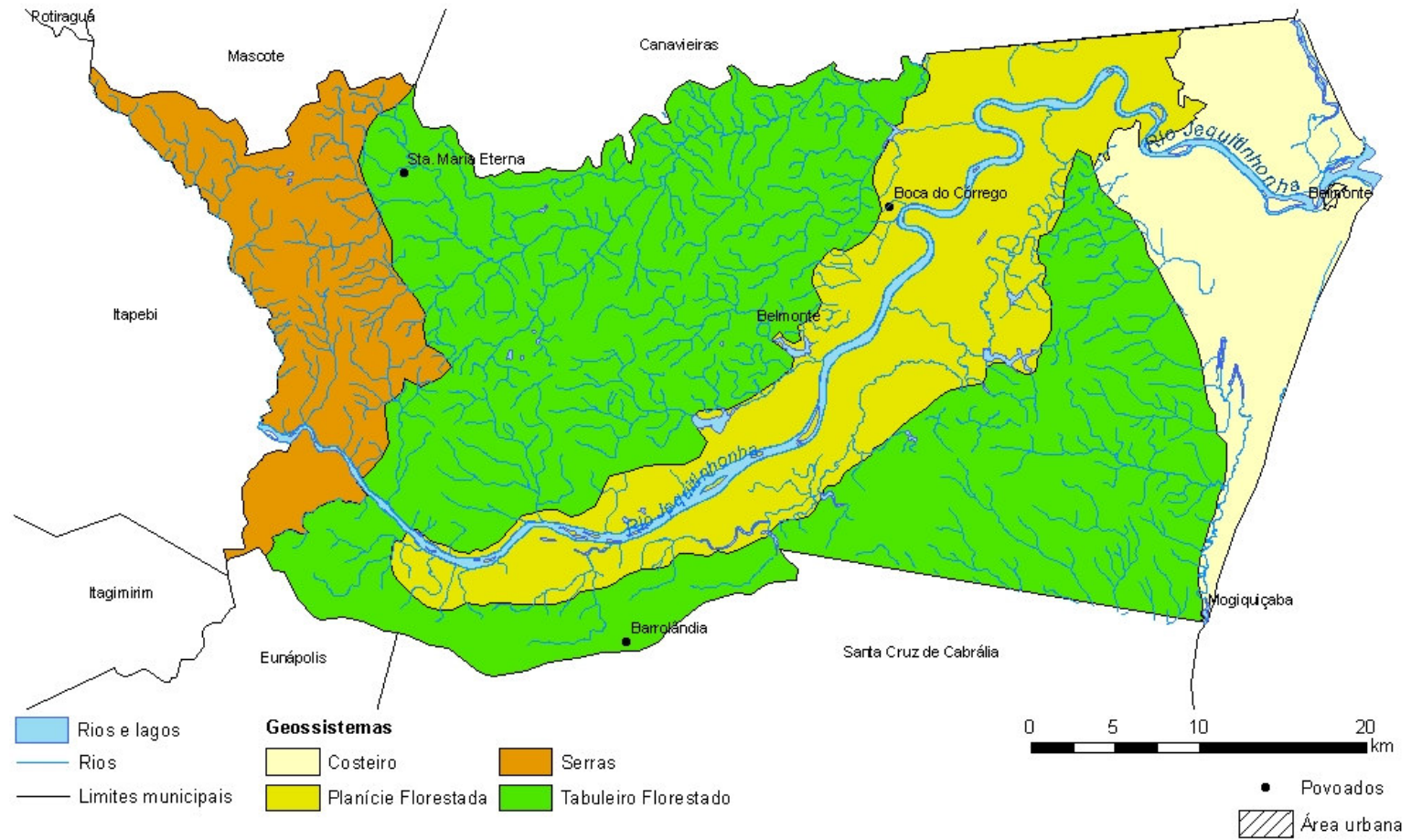
Fonte: André P. Santos

FIGURA 5: MUNICÍPIO DE BELMONTE - UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS



Fonte: Unidades geomorfológicas - Radam Brasil - IBGE, 1981.
Elaboração: André P. Santos

FIGURA 6: MUNICÍPIO DE BELMONTE - GEOSSISTEMAS PRIMITIVOS



Elaboração: André P. Santos

Ao sul de Belmonte a planície costeira (foto 4) é caracterizada por cordões litorâneos, testemunhos de posições pretéritas da linha da costa. Nesta região as interações entre solo e vegetação são mais evidentes. Os cordões arenosos foram ocupados por vegetação de restinga de porte arbóreo na face interna da planície e por vegetação arbustiva e gramínea na face externa mais próxima à atual linha da costa. As depressões entre os cordões arenosos foram ocupadas por pântanos e brejos. Nesta subunidade a planície costeira apresenta sua maior extensão, aproximadamente 15 km.

FOTO 4
MUNICÍPIO DE BELMONTE:
GEOSSISTEMA COSTEIRO



Fonte: IBAMA, 2005

Tabuleiros Florestados

Geossistema compartimentado pelos Tabuleiros costeiros, unidade geomorfológica definida por Santos (2005) como:

Modelos residuais de topos planos e encostas íngremes resultantes da dissecação dos sedimentos do Grupo Barreiras, depositados no Plioceno por sistemas fluviais entrelaçados associados a leques aluviais, em fases erosivas do Quaternário

Os tabuleiros ficam imediatamente a oeste da planície costeira. Seu contato com a planície se dá através de uma linha de falésias mortas. Os topos planos dos Tabuleiros foram ocupados pela Floresta Ombrófila Densa que encontrou as condições ideais de temperatura e umidade para seu desenvolvimento. A figura 7 mostra um trecho do município de Belmonte, exemplo da linha de contato entre a planície costeira e os tabuleiros.

Por estarem localizados logo após a planície costeira, os índices de umidade e precipitação, aliados às temperaturas tropicais, forneceram as condições ideais para o

estabelecimento dessa formação florestal mesmo na extremidade oeste do município onde os índices de precipitação pluviométrica são menores do que a porção leste. Os índices pluviométricos deste geossistema estão localizados num intervalo entre 1.300 mm e 1.600 mm e temperatura média anual entre 23 e 25°C (AOUAD, 1996).

Os inventários dos planos de manejo florestal existentes nesta área mostram grande diversidade de espécies de aproveitamento econômico para exploração de madeira, evidência do porte e densidade da cobertura vegetal.

FIFUGRA 7
MUNICÍPIO DE BELMONTE: LINHA DE FALÉSIAS



Em Belmonte, os Tabuleiros costeiros apresentam altitudes entre 80 e 120 metros. Nesta província geomorfológica os inúmeros vales formados pela rede de drenagem apresentam fundo chato. Nos meses mais chuvosos, os vales são tomados pelas águas do leito dos rios que compõem a rede de drenagem, propiciando a formação de áreas de brejo.

Planície Florestada

O geossistema “Planície Florestada” é delimitado pelas vertentes do vale formado pelo baixo curso do Jequitinhonha a partir do contato do geossistema Serras com o Jequitinhonha onde o vale formado pelo rio é mais estreito. Deste ponto em diante o vale do rio deixa de apresentar-se estreito e passa formar uma extensa planície (foto 5) que se estende até a planície costeira.

Rio perene, o Jequitinhonha possui uma grande quantidade de tributários que formam uma densa rede de drenagem dendrítica (figura 8) que recobre o município em questão.

No município de Belmonte, o Jequitinhonha segue a direção W/E. A presença dos tabuleiros recobrimo grande parte do seu território justifica a presença de grande número de tributários deste rio com nascentes próximo ao litoral, o que faz com que o rio principal dessa bacia aumente o seu volume próximo à foz.

O rio Ubu é o principal tributário do baixo curso do Jequitinhonha, e é um dos responsáveis pela formação da planície. Está localizado à margem direita, há pouco mais de 15 km da foz do Jequitinhonha. Seu curso dá-se no sentido S-N, paralelo ao litoral. Este rio, durante as cheias do Jequitinhonha, tem suas águas represadas por causa do maior nível do rio principal.

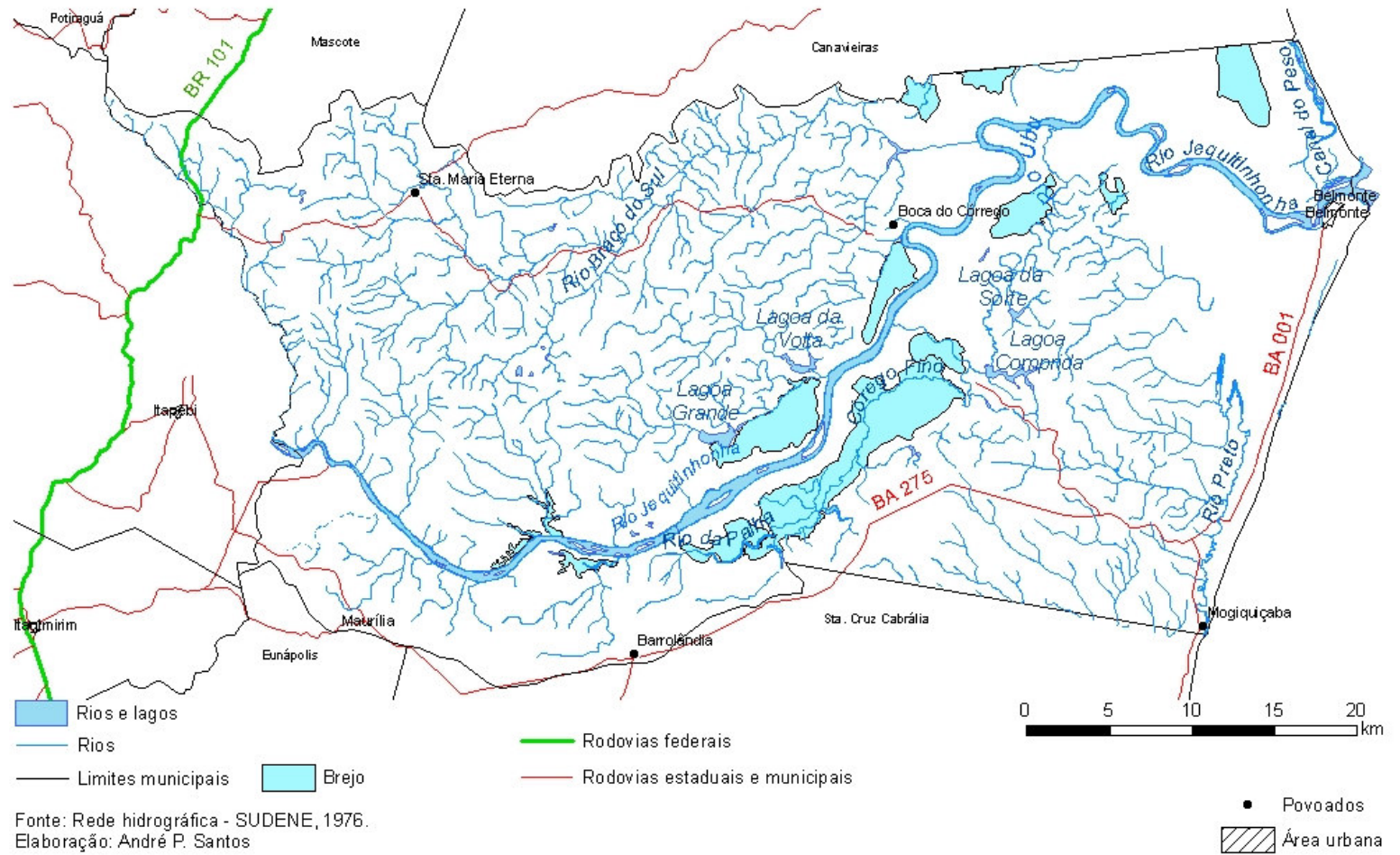
Com uma rica rede hidrográfica e um clima de elevada pluviosidade, uma vasta área da planície e dos vales dos rios estava quase sempre recoberta por água, área que foi ocupada por vegetação de Brejo e nas partes mais secas pela Floresta Ombrófila Densa, formando grandes corredores de mata ciliar.

FOTO 5
MUNICÍPIO DE BELMONTE
GEOSSISTEMA PLANÍCIE FLORESTADA



Fonte: André P. Santos, 2007

FIGURA 8: MUNICÍPIO DE BELMONTE - REDE HIDROGRÁFICA



Serras

Geossistema localizado na porção oeste do município (figura 6). Neste geossistema a Floresta Ombrófia Densa estabeleceu-se sobre as bordas da bacia metassedimentar do rio Pardo, bacia do tipo Graben delimitada por degraus ou patamares que em Belmonte apresentam altitudes entre 120 e 440 metros. Constituem-se na porção do território municipal com os maiores índices de declividade.

Os agentes atmosféricos, em especial a precipitação com índices médios anuais de 1.200 mm a 1.400 mm, conforme o mapa de pluviometria do estado da Bahia (2003), modelaram o relevo sob a forma de serras (foto 6) que se estendem do rio Jequitinhonha, próximo ao município de Itapebi ao extremo noroeste do município, em direção ao povoado de Teixeira do Progresso em Mascote. O estabelecimento de cobertura vegetal de porte arbóreo trouxe estabilidade ao relevo.

Uma das características marcantes deste geossistema é o grande número de nascentes de pequenos tributários do Jequitinhonha em Belmonte, e de tributários do rio Salsa, segundo Dominguez (1982) antigo leito do Jequitinhonha.

FOTO 6
MUNICÍPIO DE BELMONTE
GEOSSISTEMA SERRAS



Fonte: André P. Santos, 2006

3.2 O processo de ocupação e sua evolução

Localizado em pleno domínio da Mata Atlântica na Bahia, Belmonte tem a sua história de ocupação humana marcada por uma sucessão de ciclos econômicos fundamentados na exploração de recursos naturais em diferentes unidades de paisagem, iniciada com a exploração econômica da lavoura cacaueteira no século XIX.

Belmonte, ao longo da história, tem sofrido ações típicas de regiões de fronteira agrícola. Pertencente à histórica região cacaueteira - correspondente a Microregião Ilhéus/Itabuna, conforme IBGE (2006) - o município de Belmonte está localizado no limite sul dessa região (figura 1), entre as microregiões Ilhéus/Itabuna e Porto Seguro do Estado da Bahia, no baixo curso do rio Jequitinhonha.

Desde o início do século XX, este município acabou sofrendo um processo de marginalização espacial em detrimento do grande desenvolvimento de Ilhéus e Itabuna na economia cacaueteira, e hoje se comporta como periferia de novos processos de regionalização.

Belmonte é um município da periferia da histórica microrregião cacaueteira da Bahia (ASMAR, 1985). É o último município litorâneo, ao sul de Ilhéus, pertencente a essa região (figura 9). O rio Jequitinhonha corta seu território no sentido oeste/leste dificultando a sua integração com o restante da micro-região. O acesso aos outros municípios pode ser feito a partir da BA-275, conexão entre a BA-001 e a BR-101 no trecho que corta o município de Itagimirim. Do encontro da BR-101 com a BA-275 até a cidade de Belmonte percorrem-se uma distância de 86 km. Além dessa via, outra conexão com os municípios do “cacau” dá-se por meio de um canal existente entre o Jequitinhonha, em Belmonte, e o Pardo em Canavieiras.

A região cacaueteira tem sua história marcada pela atuação do Estado em sua economia, excetuando-se os últimos anos do século XIX e início do século XX, quando se dá o início da exploração econômica do cacau na Bahia. Neste período, os proprietários de terras ainda não contavam com nenhum tipo de auxílio governamental. Bondar (1923) afirma que os primeiros produtores de cacau foram verdadeiros desbravadores, plantaram suas roças na ponta do facão.

Com a valorização do cacau no mercado internacional e com o rápido crescimento da área de cultivo e da produção, tais lideranças foram adquirindo força política além das riquezas. Ainda nos primeiros anos do século XX o cacau veio a ocupar o 3º lugar na balança de exportações do estado, fazendo aumentar cada vez mais a importância regional na economia baiana e também na nacional.

Esse contexto permitiu o fortalecimento de uma elite regional que passou a reivindicar a presença do Estado na região. Fazia-se necessário a construção de uma infra-estrutura de transportes que permitisse o escoamento da produção até o porto de Ilhéus, além da criação de linhas de crédito para financiar a produção que estava em expansão.

Esse momento da história mostra-nos o surgimento de forças de solidariedade convergentes a interesses regionais que emanaram da região, as horizontalidades, segundo Santos (2001).

Entretanto, mesmo nesse momento, tais horizontalidades encontravam-se orientadas por uma racionalidade comum às verticalidades dos grandes agentes do mercado internacional do cacau.

Em detrimento dos esforços regionais, em 1931, o governo estadual veio a criar o Instituto do Cacau da Bahia (ICB), através do qual passou a intervir diretamente na região, proporcionando a criação de uma infra-estrutura para o escoamento da produção e também o aumento da produção e da área cultivada. No final da década de 1950, é criada a CEPLAC pelo governo federal que passou a exercer grande influência na organização do espaço econômico regional.

Na década de 70, através do PROCACAU, a CEPLAC lança um pacote tecnológico chamado “Derruba Total”, que consistia na derruba completa da vegetação nativa e na criação de novos cacauais plantados em consórcio com a banana (*Musa spp.*) e, numa fase posterior, com uma árvore leguminosa chamada Eritrina (*Erytrina fusca*) vinda da Amazônia. Esse programa foi responsável pela ampliação da área cultivada e pelo aumento da produtividade. Aproximadamente, 35% da área atual ocupada pelo cultivo correspondem a esse sistema (MAY; ROCHA, 1996). A adesão não foi maior pelos custos que envolviam este novo sistema de cultivo.

O município fica também em outra periferia, a da região extremo sul da Bahia (SEI, 2007). São duas as principais vias de acesso aos municípios dessa região: a BA 001 (figura 10), via litorânea entre o município de Santa Cruz Cabrália e a cidade de Belmonte, e a BA-275 com traçado leste/oeste, liga a BA-001 à BR-101. A rodovia BA-001 foi pavimentada, em 1996, com recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR), a BA-275 começou a ser pavimentada, em 2004, em decorrência dos acordos entre a empresa Veracel Celulose e o governo do estado. O povoado de Barrolândia fica localizado às margens da BA-275, o povoado de Santa Maria Eterna e o distrito de Boca do Córrego são acessados a partir de uma estrada municipal.

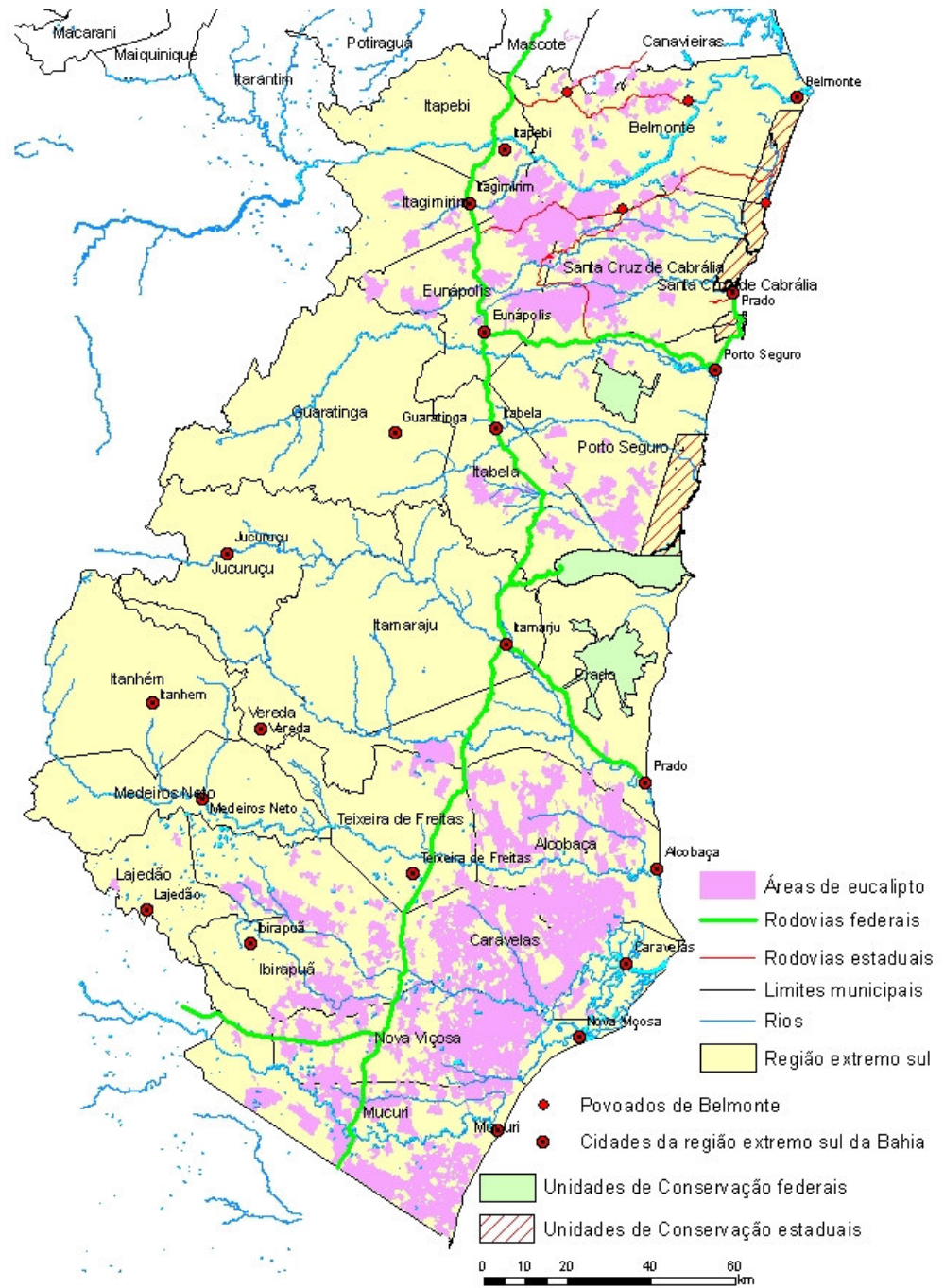
Desde o início da década de 1990, uma forte tendência à homogeneização da paisagem vem ocorrendo no extremo sul da Bahia com intensidade similar ao início da expansão da lavoura cacaueira. Trata-se da expansão das áreas de cultivo do eucalipto para a produção de celulose (figura 10).

Três grandes empresas são as responsáveis por este processo: A Bahiasul (pertencente à Suzano), a Aracruz e a Veracel. As duas primeiras com área de atuação nos municípios de Prado, Itamarajú, Teixeira de Freitas, Mucuri, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa e a última em Belmonte e municípios vizinhos.

A Veracel começou a atuar na Bahia ainda no início da década de 1990. Segundo informações colhidas na página da empresa, na internet, em 1991 deu-se início às atividades da Veracruz Florestal Ltda., como subsidiária da Odebrecht, e, em 1992 os plantios foram iniciados. Em 1997, a Odebrecht associa-se à empresa sueca Stora, mudando no ano seguinte a razão social para a denominação atual; em 1999, a Stora funde-se à finlandesa Enso formando a Stora Enso. Em 2000 um novo acordo de acionistas marca o ingresso da Aracruz no empreendimento, com 50% das ações. Em 2003, a Odebrecht vende o restante de sua participação aos outros sócios da Empresa.

Em 2004, deu-se início à construção da fábrica para o processamento da celulose. A licença de implantação florestal da Veracel foi obtida inicialmente, em 1996, (Resolução CEPRAM 1.239 com validade até 19/07/01) e revalidada, em 2001, pela Portaria CRA 449/2001 por mais cinco anos, ou seja, até 19/07/2006.

FIGURA 10: REGIÃO EXTREMO SUL DA BAHIA



Fonte: Relação de municípios da região extremo sul - SEI, 2006; Áreas de eucalipto - extraídas de imagens CBERS II, 2006.

Elaboração: André P. Santos.

A FASE (2005) diz que a Veracruz Florestal foi responsável, conforme testemunhas das entidades ambientais locais, pelo desmatamento de milhares de hectares de mata atlântica em 1993. Na época, as denúncias de desmatamento foram comprovadas e a empresa teve seu funcionamento embargado pelas autoridades por um período de dois anos. Para a FASE (2005), a mudança de razão social foi uma estratégia utilizada para reiniciar suas atividades, depois da repercussão negativa do desmatamento.

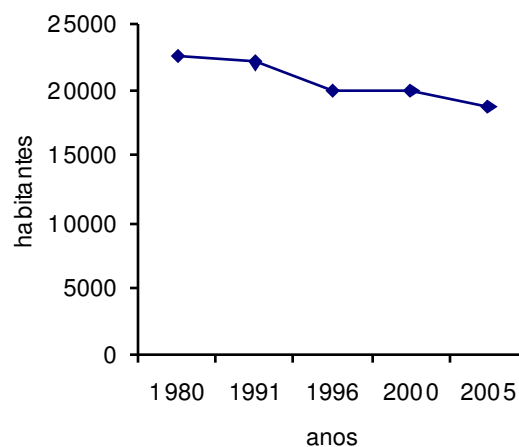
A empresa tem enfrentado críticas de diversos movimentos sociais entre eles, o MST e indígenas. Segundo o Conselho Indigenista Missionário – CIMI – (2005), comunidades indígenas do extremo sul da Bahia protestam contra a produção de eucalipto em suas terras tradicionais e em regiões próximas a elas.

De acordo com o CIMI (2005), os índios Pataxós denunciam a existência de cerca de 30 mil hectares de eucalipto da Veracel e da Aracruz Celulose em terras reivindicadas por eles na região do Parque Nacional de Monte Pascoal. Em abril de 2004, cerca de 3.000 famílias, ligadas ao Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) protestaram contra a Veracel Celulose, ocupando 25 hectares de terras da empresa, no município de Porto Seguro.

Para o MST, as empresas de celulose representam um dos maiores obstáculos para realizar a reforma agrária na região. Só a Veracel possui cerca de 150 mil hectares das melhores terras agricultáveis na região do Extremo Sul da Bahia e é uma das responsáveis pela elevação do preço da terra nos últimos anos.

A série 1980-2000 dos censos realizados pelo IBGE (figura 11), mais a estimativa da população para o ano de 2005, realizada por este instituto, mostram o declínio do contingente populacional do município. Nesse

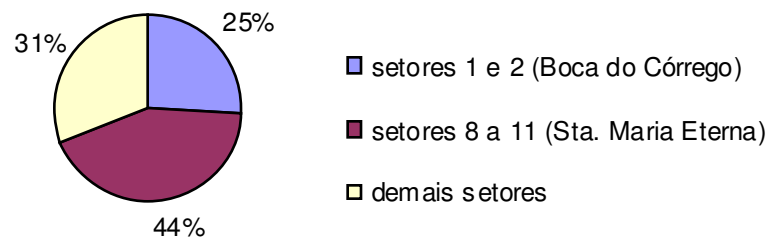
FIGURA 11
MUNICÍPIO DE BELMONTE
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA 1980 – 2005*



Fonte: IBGE, Censos 1980 – 2000
* População estimada – IBGE, 2006

período Belmonte perdeu cerca de 3.000 habitantes, aproximadamente 10% da população de 1980. A crise que atingiu a lavoura cacaueteira, na década de 1990, acelerou o declínio da população rural. Entre os anos de 2000 e 2005, o município perdeu 1.277 habitantes, equivalente a 6,3% da população municipal em 2000.

FIGURA 12: MUNICÍPIO DE BELMONTE, DISTRITO DE BOCA DO CÓRREGO – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SETOR CENSITÁRIO - 2000



Fonte: IBGE, 2003

Os números do censo de 2000 evidenciam o esvaziamento humano das atividades agrícolas. Em Belmonte, 82% da população rural vivem em povoados (figura 12), tornando quase que desabitado o espaço agrário.

Mesmo em distritos onde a população urbana é menor que a rural, há a ocorrência deste padrão de distribuição da população em poucos setores e com área menor que os restantes do mesmo distrito, como o caso dos setores com numeração de 5 a 10, localizados em Barrolândia, no distrito de Mogiquiçaba. Nestes setores vivem 67% dos habitantes do distrito (figura 13).

FIGURA 13: MUNICÍPIO DE BELMONTE DISTRITO DE MOGIQUIÇABA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR SETOR CENSITÁRIO



Fonte: IBGE, 2003

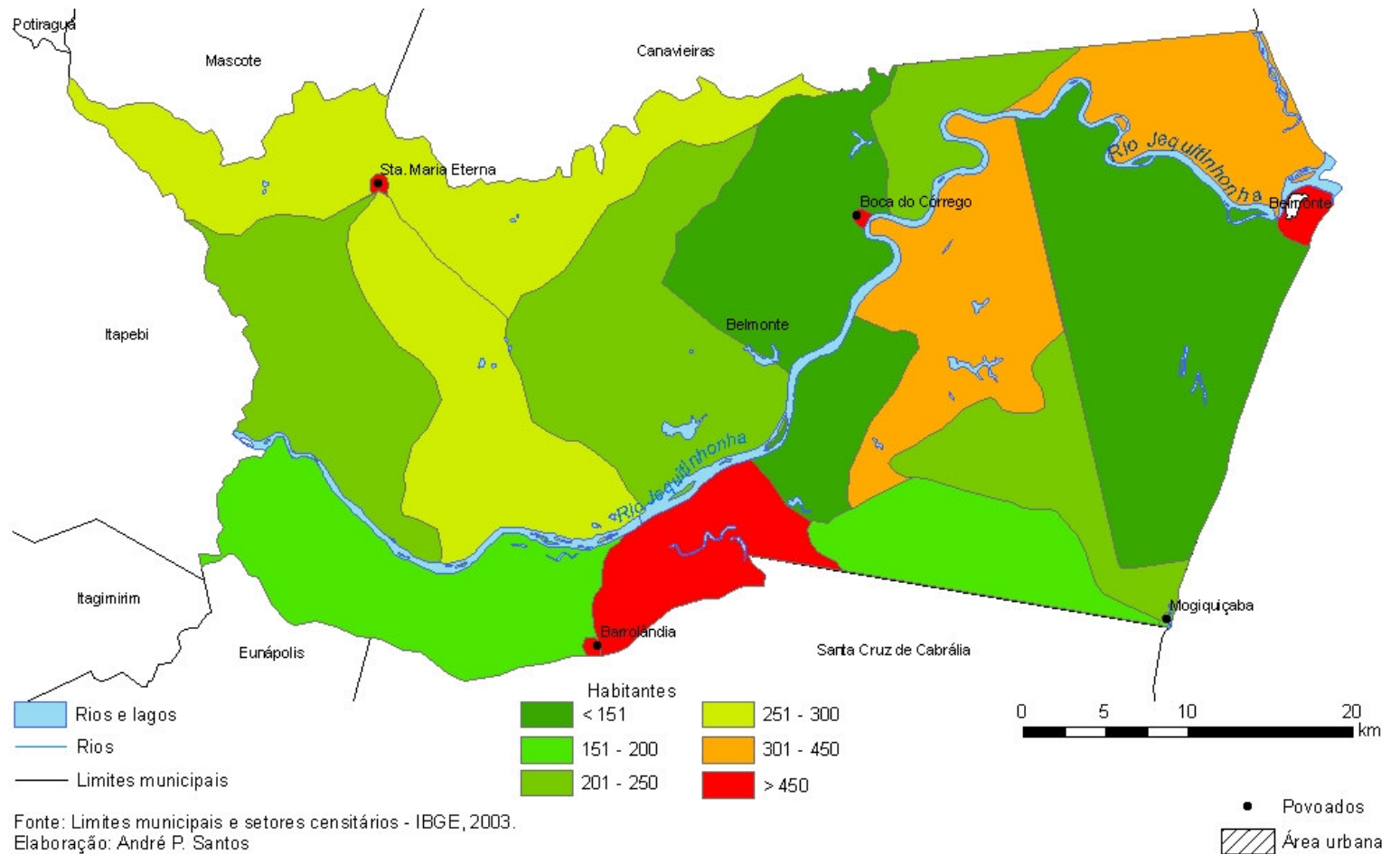
... (figura 14) onde a agricultura é a principal atividade econômica era de 3.637, em 2000, (IBGE, 2003) e

nos povoados com concentração de mão-de-obra no setor terciário, o número de habitantes era, naquele ano, de 5.614 (IBGE, 2000).

Este fenômeno acompanha uma tendência nacional e as suas causas, em Belmonte, estão relacionadas principalmente à crise da lavoura cacaueteira e a um modelo de pecuária de baixa produtividade.

A história demonstra que o espaço regional onde está inserida a área de estudo pode ser caracterizado como um sistema aberto a novas fontes de energia (SANTOS, 1988), outrora representadas pelos programas de política agrária e hoje, claramente representadas pelas políticas de desenvolvimento turístico, sendo que, estas novas verticalidades começaram a atuar no espaço regional quando todo ele encontra-se envolvido numa crise econômica, com muitos municípios perdendo população como é o caso do município de Belmonte.

FIGURA 14: MUNICÍPIO DE BELMONTE - DISTRIBUIÇÃO DE HABITANTES POR SETOR CENSITÁRIO - 2000



4 APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Na medida em que os geossistemas primitivos foram sendo apropriados pela sociedade, uma série de derivações foi desencadeada promovendo a diferenciação dessas unidades primitivas em subunidades que neste trabalho foram tratadas como geossistemas derivados.

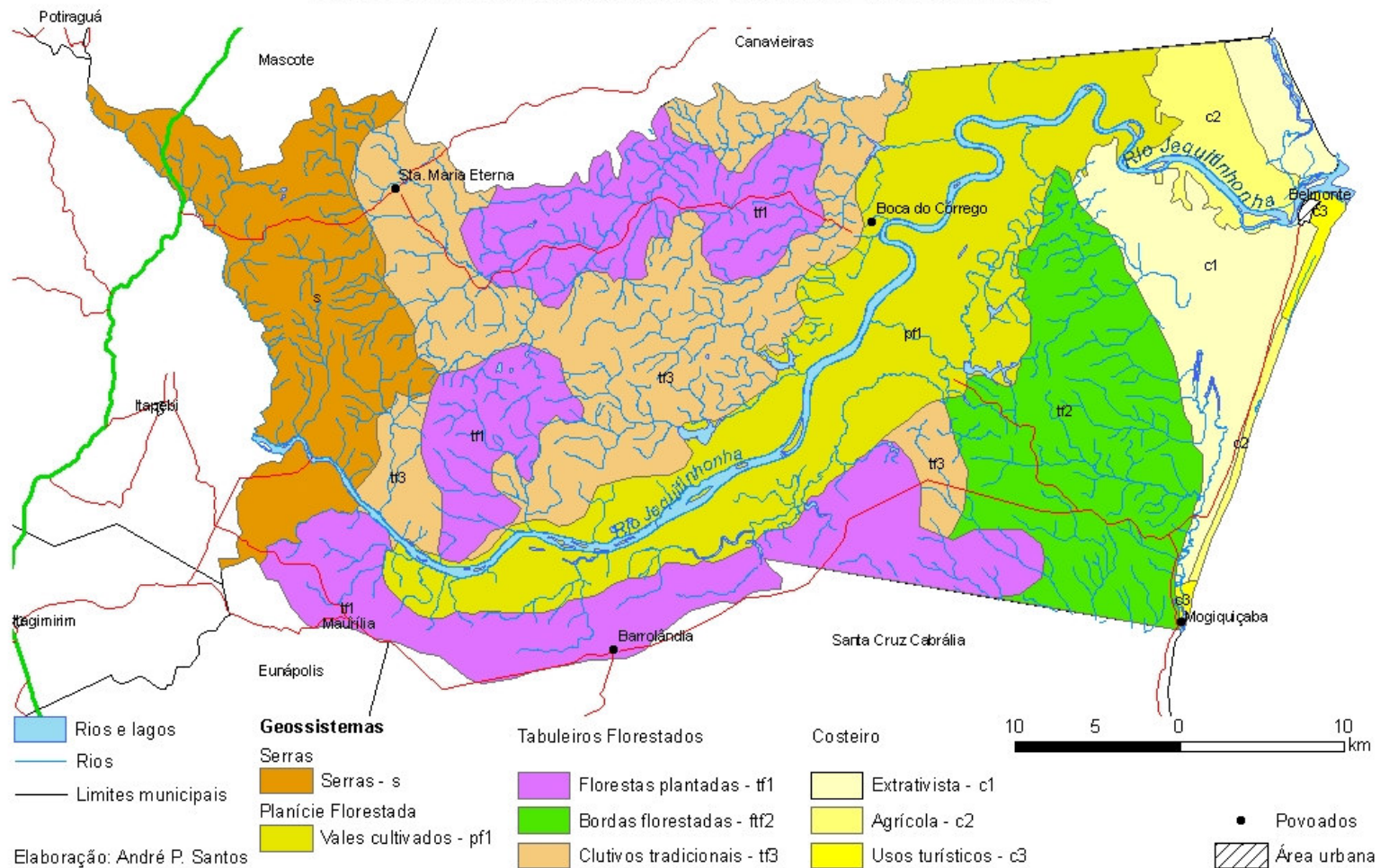
O mapa da figura 15 mostra o atual estado dos sistemas naturais, em Belmonte, após um século de interações entre sistemas sociais e naturais e as derivações decorrentes. Este mapa é resultante do cruzamento do mapa de geossistemas primitivos (figura 6) com o mapa de uso do solo, em 2005 (figura 16), além de informações colhidas em campo referentes a mudanças no uso do solo e eventos ainda não cartografáveis tais como a mudança no uso do solo ao longo das praias da porção sul do geossistema Costeiro.

A nomenclatura adotada na identificação dos geossistemas derivados expressa a matriz natural e as atividades humanas predominantes. Esta nomenclatura reflete o posicionamento teórico de Monteiro (1976) ao considerar sociedade e natureza como entidades de um único sistema, em que a ação humana, por mais intensa que venha a ser, não anula a condição natural dos geossistemas.

A delimitação destes geossistemas serviu para demonstrar a coexistência de processos diferenciados de produção do espaço, contrariando a idéia inicial de um redirecionamento deste processo para o litoral. Os geossistemas derivados encontram-se delineados no mapa a seguir e sua caracterização está contida nos quadros dos anexos 5, 6, 7 e 8.

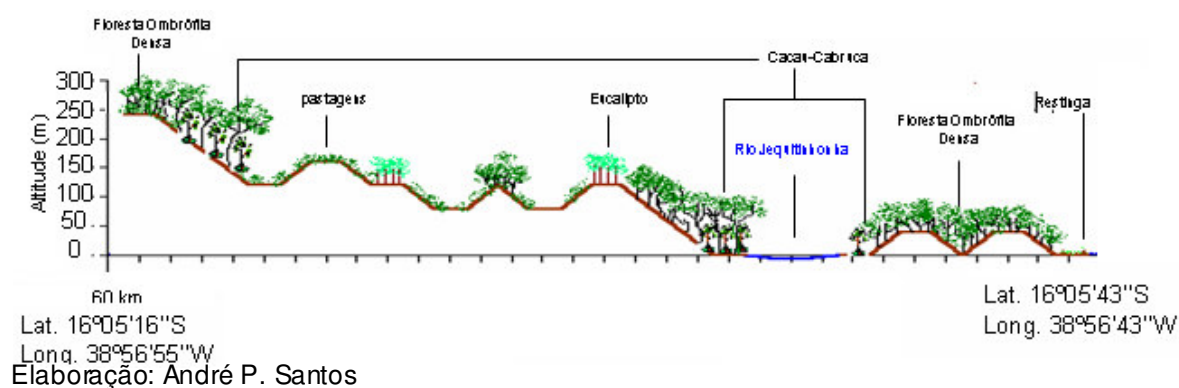
Relações muito fortes entre vegetação e províncias geomorfológicas foram observadas na delimitação dos geossistemas primitivos, assim como as relações entre a estrutura pedológica e a diferenciação espacial das derivações antropogênicas na delimitação dos geossistemas derivados.

FIGURA 15: MUNICÍPIO DE BELMONTE - GEOSISTEMAS DERIVADOS



O perfil da figura 17 mostra um corte transversal do município de Belmonte feito no sentido SE/NW, com 60 km de extensão (figura 18). Nele pode ser observado a disposição geral do relevo onde se evidencia a planície costeira, os tabuleiros, o vale do rio Jequitinhonha e o início da formação das serras. O relevo neste corte, assim como em toda a região onde fica inserida a área de estudo, apresenta altitudes modestas, menores que 300 metros.

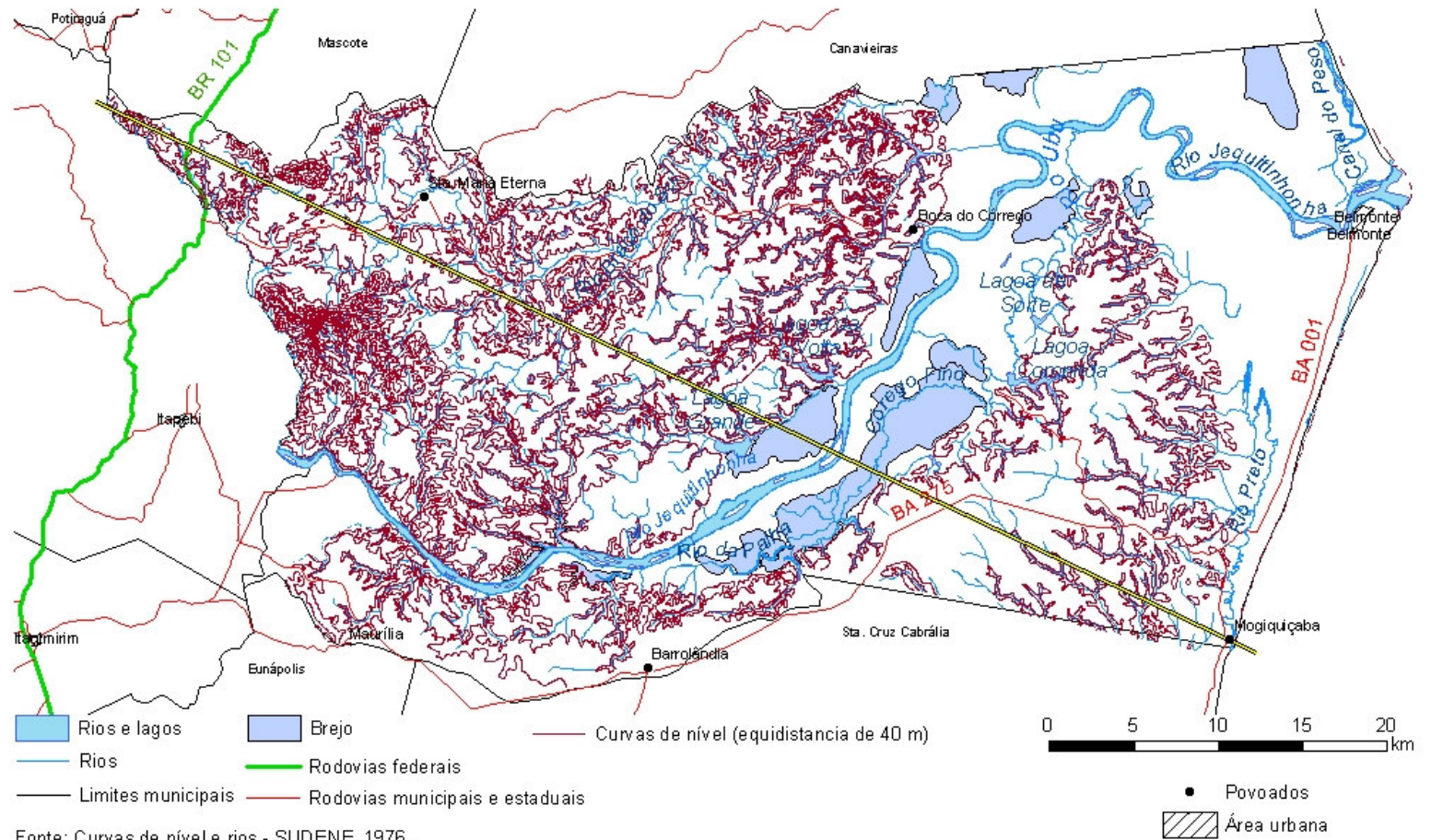
FIGURA 17: PERFIL INTEGRADO



A seguir são tratados os processos de apropriação de cada uma das unidades identificadas como geossistemas primitivos no capítulo anterior, e as derivações conseqüentes dos processos observados. Tratam de processos históricos e contemporâneos das relações sociais que marcaram a apropriação da natureza no município e das relações entre sociedade e natureza.

A disposição do texto foi construída, a princípio, para mostrar a evolução da ocupação dos sistemas naturais de Belmonte, mas a coexistência de diferentes padrões de apropriação de diferentes porções espaciais do território municipal fez necessário adotar retomos temporais para a explicação destes processos sincrônicos de derivação dos geossistemas primitivos.

FIGURA 18: MUNICÍPIO DE BELMONTE - TRAÇADO DO PERFIL INTEGRADO



Fonte: Curvas de nível e rios - SUDENE, 1976.
 Elaboração: André P. Santos

4.1 Geossistema Costeiro

4.1.1 O estuário e o comércio fluvial

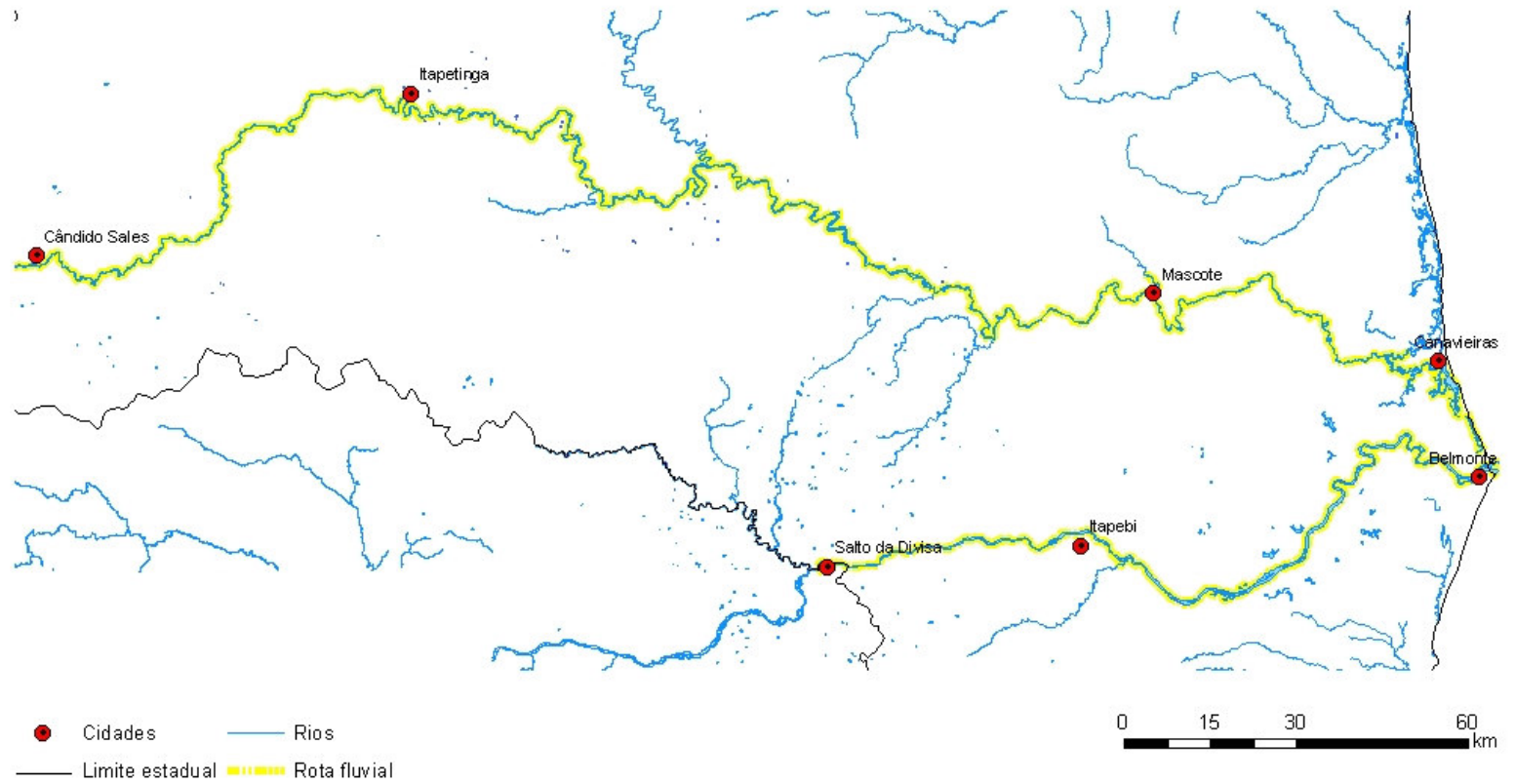
O tráfico de diamantes durante o século XVIII desencadeou a formulação do Regulamento Diamantino pelo governo ultramarino, por conta disso Belmonte permaneceu isolada em uma região em que por esse regulamento não poderiam ser abertas estradas nem serem criadas sesmarias.

Os colonos portugueses, que, fugindo dos índios “Queréns” pertencentes à nação “Botocuda”, encontraram abrigo entre os índios “Camacãs” no estuário do rio Pardo, tiveram a mesma sorte dos colonos portugueses que povoaram o estuário do rio Jequitinhonha, que encontraram ali índios da mesma nação Camacã (SANTIAGO, 1996).

O povoamento estabelecido nesta região, que além do isolamento promovido pelo Regulamento Diamantino, também encontrou muitas dificuldades para se estabelecer por ser constituída por um mosaico de mangues, brejos, canais fluviais e marítimos, permaneceu assim sem comunicação com o interior do país até a ascendência do comércio fluvial no início do século XIX, que na Bahia foi fortalecido pelos incentivos do governador colonial, o conde de Palma, entre 1817 e 1821 (SANTIAGO, 1996). Uma grande rota envolvia as cidades de Canavieiras e Belmonte no comércio fluvial (figura 19). Esta rota encontra-se descrita na obra de Santiago (1996, p.4) e transcrita abaixo:

O nordeste de Minas e a região de Conquista tinham assim condições de escoar seus produtos, principalmente carnes, algodão e cereais, e Belmonte e Canavieiras se transformaram em grandes entrepostos de sal e tecidos e toda sorte de produtos importados. A navegação começava em Porto Santa Cruz (hoje Cândido Sales – BA), nas margens do Pardo, próximo a Conquista, passando pela Verruga (hoje Itambé) e por Catolé (hoje Itapetinga) até chegar em Canavieiras e daí, pelos mangues e pelo canal aberto a mão, até Belmonte, não sem passar pelo Peso, e daí para a Cachoeirinha (pouco acima de Itapebi), Salto Grande (Salto da Divisa – MG), São Miguel (Jequitinhonha) até chegar em Araçuaí, que também se transformara em grande empório e grande porto. Belmonte era o centro de toda essa rota comercial.

FIGURA 19: ROTA FLUVIAL MINAS/BAHIA - RIOS PARDO E JEQUITINHONHA



Fonte: Rota fluvial - Santiago, 1996
Elaboração: André P. Santos

A importância da navegação, e conseqüentemente da rede fluvial dessa região, para a população de Belmonte e da cidade vizinha (Canavieiras) tomara-se clara desde então. Mas, a decadência da mineração em Minas Gerais fez decair também a navegação fluvial, e com o declínio, Belmonte e cercanias voltaram ao isolamento geográfico. Até mesmo o canal construído a braços, como relata o historiador, acaba se fechando pelo acúmulo de sedimentos trazidos pelos dois rios. A intervenção que objetivava derivar um sistema natural para um estágio de maior funcionalidade para as atividades humanas mostrou-se frágil diante dos processos naturais.

Neste período, as derivações antropogênicas concentravam-se sobre a rede hidrográfica, sobretudo nos estuários, uma vez que era ali onde os colonos estavam produzindo o espaço geográfico, que por muito tempo serviu para a reprodução do seu modo de vida. Uma sociedade onde os principais agentes produtores do espaço eram os comerciantes que exploravam aquela rota comercial e que encontravam nas cidades de Belmonte e Canavieiras condições ideais para seu desenvolvimento. Entretanto, não se deve imaginar que este espaço foi tão somente produzido por estes agentes na busca de suprir suas necessidades materiais. Ele foi também produzido pela reprodução da própria vida daqueles habitantes, que absorveram hábitos dos habitantes primeiros daquele lugar, os índios Camacãs, que viviam do mangue e dos rios. Dessa forma, não abandonaram a navegação, nem mesmo hoje.

Este padrão de produção espacial concentrada no litoral, em especial nos estuários, é uma herança clara dos indígenas daquela região, que eram povos da planície, que pouco adentrava o planalto. Sem estradas e sem poder abri-las, os colonos se fixaram onde a vegetação era menos densa e onde havia mais alimento. Foram nestes espaços próximos aos estuários onde o geossistema costeiro começou a sofrer derivações de baixa intensidade.

O período em que o espaço geográfico limitava-se ao estuário dos rios foi rompido pouco a pouco com a expansão do cultivo do cacau. Novos agentes passavam a atuar no processo de produção do espaço.

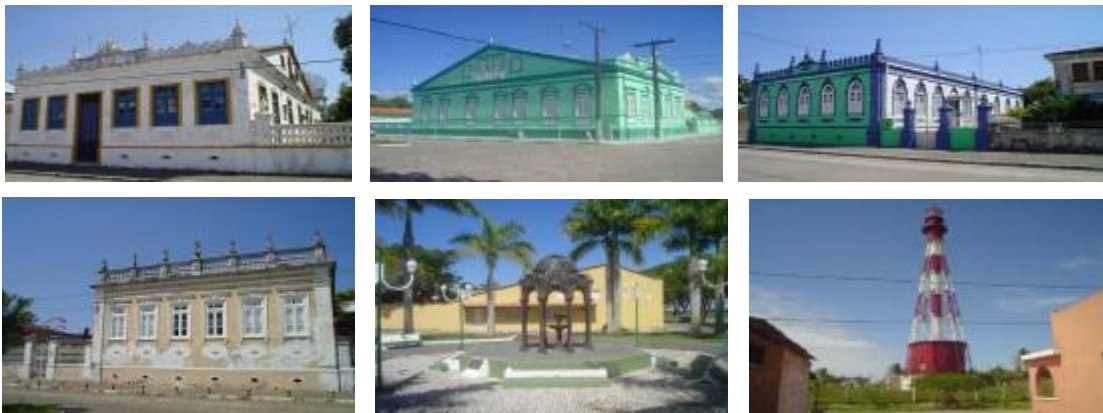
4.1.2 A cidade e o rio

A história diz que o município de Belmonte foi criado por força de Ordem Régia, de 1694, com território desmembrado de Porto Seguro, recebendo a denominação de Vila de São Pedro de Belmonte e que o Alvará Régio de 11.04.1718 a elevou à categoria de cidade (BAHIA, 2007).

Estabelecida próximo à foz do rio Jequitinhonha, onde outrora habitavam índios botocudos, com os quais os colonos estabeleceram relações amistosas através da catequese jesuíta (BAHIA, 2007), a cidade de Belmonte chega ao final do século XVIII com apenas 25 casas. Em 1950, ainda com Itapebi como distrito, o município contava com uma população de 33.115 habitantes, destes apenas 7.484 viviam em áreas urbanas, o restante povoava a zona rural do município (PEDREIRA, 1981).

O dicionário dos municípios baianos (1983) afirma que, até o ano de sua publicação, a principal atividade econômica do município era o cultivo do cacau. Os

FOTO 7: CIDADE DE BELMONTE – PATRIMONIO HISTÓRICO



Fonte: Derock, 2007

registros históricos apontam o vale do rio Jequitinhonha como um dos primeiros sítios do cultivo do cacau na Bahia, isto no final do século XIX (GARCEZ, 1976).

A riqueza gerada pelo cacau, no final do século XIX e início do século XX, deixou um rico patrimônio arquitetônico (foto 7) ainda hoje presente em Belmonte. A cidade foi construída com os recursos advindos da lavoura. Entre os anos de 1890 e 1930, toda a

região cacauera foi beneficiada com a prosperidade econômica ocasionada pela expansão da área cultivada e pelos bons preços no mercado internacional.

Esse período de bonança consolidou uma classe burguesa representada pelos coronéis, grandes produtores de cacau. Essa burguesia, segundo Moreira (2004), teve acesso a uma cultura global sob forte influência européia, para onde se destinava grande parte da produção regional. Toda a Europa vivia, naquele momento, sob a influência do ecletismo arquitetônico.

O ecletismo neste período foi sinônimo de modernidade e de modernização, tendo sido um fenômeno que caracterizou a mentalidade de uma época e que determinava basicamente a tolerância a duas idéias: a liberdade de criação e recriação, combinando formas e misturando ornamentações de estilos e ainda permitindo aos planejadores novas soluções de plantas que atendessem as novas demandas de programas (...) O ecletismo arquitetônico iria encontrar aceitação plena numa sociedade em transformação, ávida por tudo que representasse a modernização (MOREIRA, 2004, p. 6).

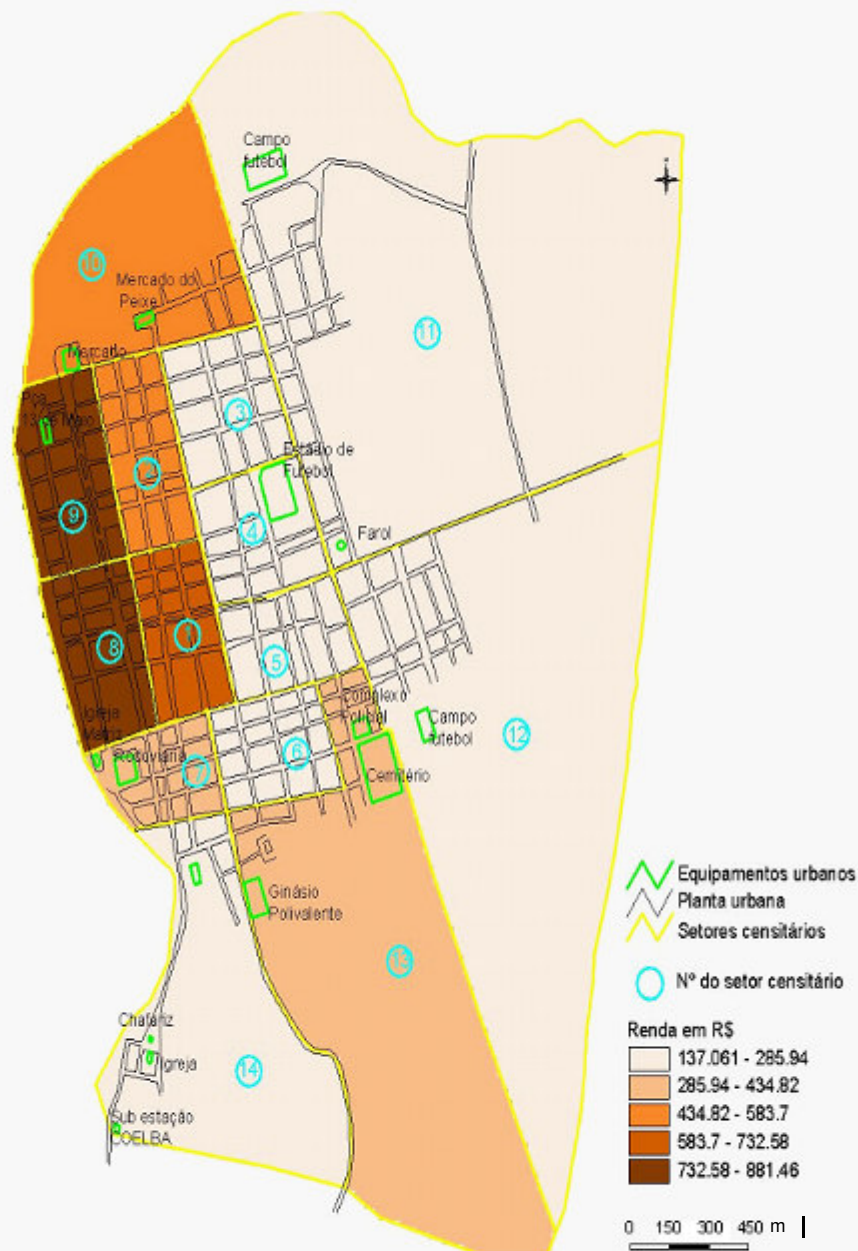
Para a referida autora, o sítio urbano de valor histórico na cidade de Belmonte é remanescente desse período de influência do ecletismo, período áureo do cacau. Nessa época a cidade funcionava como sede das propriedades rurais. Era a morada dos coronéis e de seus agregados, além de pequenos comerciantes e pescadores.

Moreira (2004) defende que a conservação do acervo arquitetônico de Belmonte deu-se por conta da decadência da economia cacauera a partir de 1980. Segundo a autora, a falta de dinheiro impediu a substituição do antigo casario por novos prédios, ao contrário do que aconteceu em Ilhéus que já havia passado por um processo de substituição do antigo casario por novas edificações antes da década de 1980. A decadência da lavoura, além de ser responsável pela preservação do casario histórico, atingiu toda a economia da cidade.

O núcleo histórico, embora seja a área da cidade de maior renda média dos responsáveis por domicílios particulares permanentes (IBGE, 2003), concentra os setores censitários com menor número de habitantes (de 238 a 490 habitantes). Esses setores censitários (figuras 20 e 21) constituem uma área cada vez mais desabitada, com muitos domicílios fechados e postos à venda, enquanto que os bairros periféricos concentram a maior parte da população urbana da sede municipal. Os setores

cenitários 6 e 11 concentram 26% da população da cidade. Nesses setores está a população com a menor renda média da sede do município (entre 137 e 286 reais).

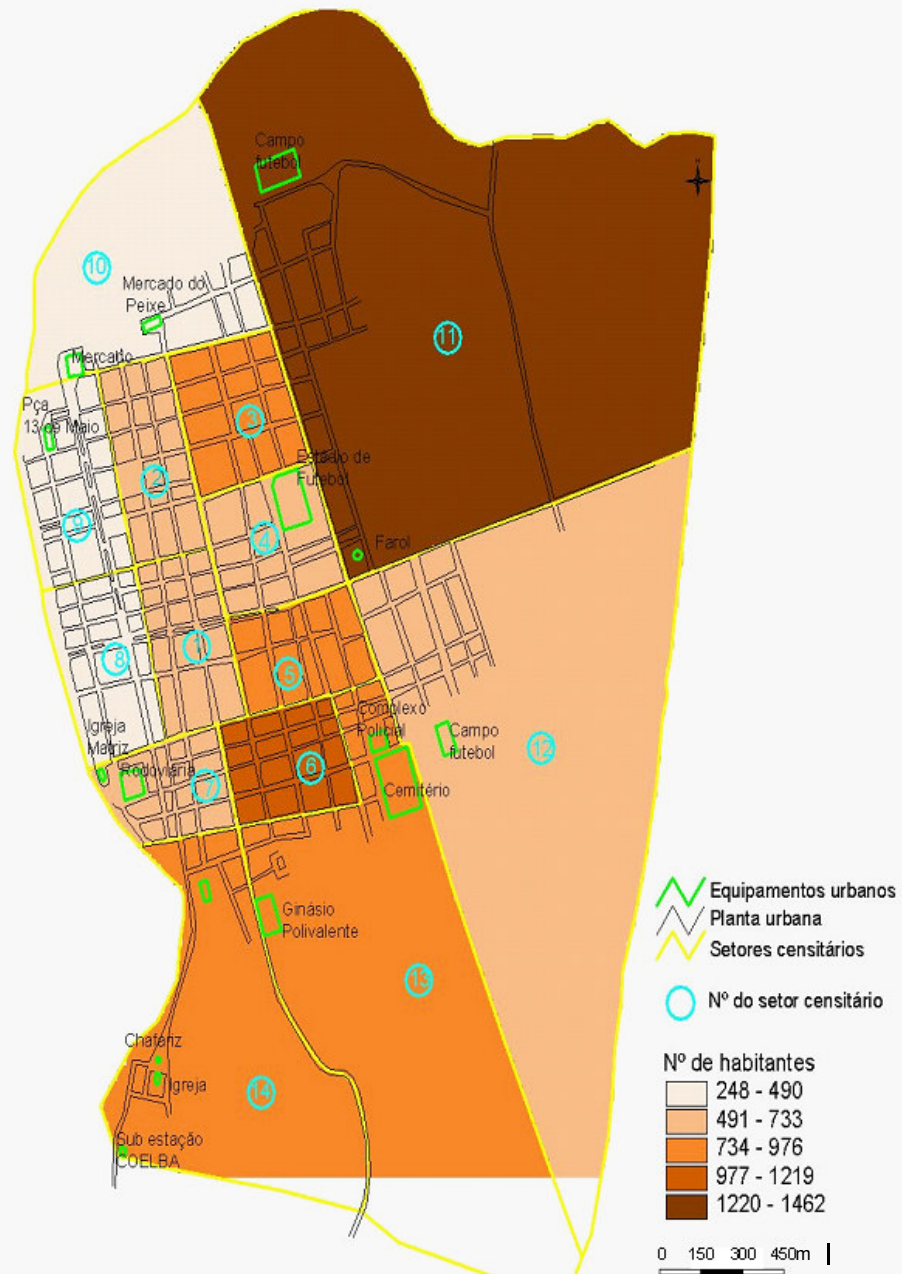
FIGURA 20: CIDADE DE BELMONTE – RENDA MÉDIA DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR SETOR CENSITÁRIO - 2000



Fonte: Malha de setores censitários, planta urbana e dados demográficos – IBGE, 2003

Elaboração: André P. Santos

FIGURA 21: CIDADE DE BELMONTE – DISTRIBUIÇÃO DE HABITANTES POR SETOR CENSITÁRIO - 2000



Fonte: Malha de setores censitários, planta urbana e dados demográficos – IBGE, 2003

Elaboração: André P. Santos

A localização da cidade próxima à foz do Jequitinhonha, cerca de 1.600 metros de distância, e a situação do sítio urbano, extremamente plano com altitudes variando de um a dois metros, tomaram-na sujeita e extremamente vulnerável às cheias daquele rio. Esta vulnerabilidade marcou profundamente as relações entre sociedade e natureza naquele local. As cheias do rio deixaram a cidade completamente isolada por muitas vezes ao longo da história a exemplo das cheias de 1942 (ROCHA FILHO, 1976) e 1979 (SANTIAGO, 1996).

O mesmo rio, apropriado como via de circulação de pessoas e mercadorias e como provedor de alimentos, sempre representou uma ameaça para a cidade, tornando-a refém dos processos erosivos e das inundações.

A situação geográfica da cidade veio influenciar o padrão de relacionamento entre sociedade e natureza. Ainda no início do século XX os habitantes passaram a se defender dos processos erosivos decorrentes da ação do Jequitinhonha. Primeiro com a construção de um cais, com 1.300 metros de comprimento, ao longo das décadas de 1930 e 1940, depois das cheias de 1979 com o desvio do canal principal para o norte.

O cais foi construído para proteger a cidade das cheias do rio; entretanto, sua construção foi insuficiente para conter o volume de água durante a cheia de 1979, quando toda a cidade foi inundada (SANTIAGO, 1996), destruindo grande parte da estrutura do cais.

FIGURA 22: CIDADE DE BELMONTE (1964) – PROCESSO EROSIVO DESENCADEADO PELO RIO JEQUITINHONHA SOBRE A CIDADE



Fonte: CEPLAC, 2001

O episódio de 1979 levou a cidade a promover uma grande intervenção no curso do rio. Um longo canal foi aberto pela prefeitura desviando o canal principal para longe da cidade, afastando o risco de novas inundações e contendo processos erosivos (figura 22) que avançavam sobre as ruas próximas à Matriz de Nossa Senhora do Camo.

Como pode ser observado na foto de 1965 da figura 22, um processo de erosão lateral (linhas vermelhas) estabeleceu uma área de empréstimo de sedimentos na margem direita em frente à cidade, tomando para si parte das ruas e colocando em risco a referida igreja. O processo foi contido com a alteração do leito do rio desde antes da cidade até a foz, utilizando-se para isto, retro-escavadeiras, tornando o leito do rio mais retilíneo.

A alteração do canal principal desencadeou um novo processo de sedimentação. A desembocadura do rio foi dividida em duas com o surgimento de um delta (imagem de 2003, figura 23). A desembocadura mais ao sul apresenta acelerado processo de assoreamento, estando prestes a ser fechada. Sua baixa profundidade tem trazido de volta a ameaça de novas inundações em bairros da região nordeste da cidade, próximos aos mangues e canais da margem direita do rio mais próximo à foz, no setor censitário de maior número de habitantes e com os menores rendimentos registrados para a cidade.

As alterações promovidas no estuário do Jequitinhonha derivou esta porção do geossistema costeiro para um estado de menor funcionalidade para as atividades humanas. O desvio do canal principal teve como objetivo livrar a cidade da força frontal das águas do rio. Entretanto, a evolução dos processos de deposição de sedimentos na foz, fez com que os problemas retomassem, desta vez afetando setores da cidade habitados por população de baixa renda.

A vegetação existente na margem direita do rio deu lugar ao sítio urbano, exceto pelas áreas de brejo, constantemente alagadas, e uma pequena faixa de manguezais, único obstáculo entre as águas do rio e os bairros mais carentes.

As áreas com vegetação típica de restinga, localizadas ao sul do Jequitinhonha, foram substituídas por plantações de côco em pequenas propriedades rurais destinadas à prática do veraneio. Estas pequenas propriedades, recentemente, começaram a ser

submetidas a outras modalidades da atividade turística. Diferente do observado na margem esquerda, onde poucas mudanças, além da abertura do trecho artificial do Canal do Peso, podem ser observadas. As áreas com vegetação típica de restinga, ao norte do Jequitinhonha, estão em pequenas propriedades rurais de base familiar, forma mais comum de apropriação da natureza nestas áreas ao norte do Jequitinhonha.

A diferenciação entre margens esquerda e direita teve como consequência a delimitação de dois geossistemas derivados do Costeiro. Na margem esquerda o geossistema derivado “Baixa Derivação”, e na margem direita o geossistema derivado “Novos Usos”.

FIGURA 23: MUNICÍPIO DE BEL MONTE - FOZ DO RIO JEQUITINHONHA



Fonte: CEPLAC, 2001; Google Earth, 2006

4.1.3 A porção norte do Geossistema Costeiro

Até a década de 1960 os rios eram as principais vias de circulação entre Belmonte e os municípios da região cacauzeira. O crescimento da lavoura fez surgir mais estradas interligando os referidos municípios da região à cidade de Ilhéus, fato que possibilitou a quebra do isolamento de Canavieiras, município vizinho a Belmonte, por via terrestre, o que não foi possível para Belmonte por causa dos rios Pardo e Jequitinhonha, barreiras geográficas entre Belmonte e o restante da região.

Para contornar o efeito do isolamento devido à ausência de vias de acesso terrestre ao restante da microrregião cacauzeira, os produtores de cacau continuaram a usar o rio Jequitinhonha para escoar a produção até a cidade de Belmonte e, com a finalidade de alcançar a cidade de Ilhéus, retomaram o projeto da abertura do canal do Peso na mesma época em que a prefeitura municipal iniciou a abertura da atual BA-275 (figura 4) por entre a floresta, sobre os tabuleiros ao sul do Jequitinhonha.

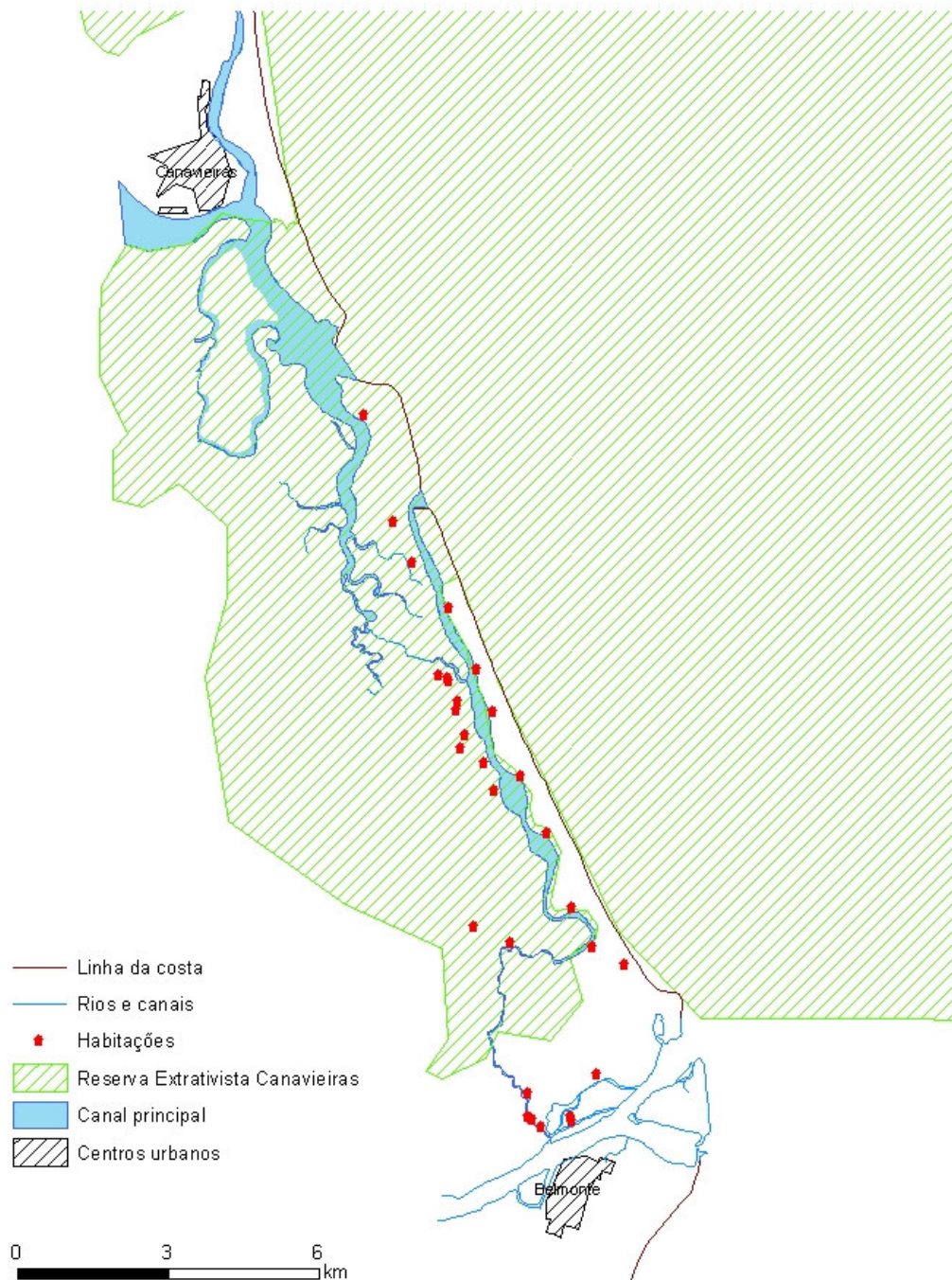
As intervenções que ocorreram por volta dos anos 60 do século XX desencadearam um novo ciclo de derivações sobre geossistemas ainda sob baixa intensidade de atividades humanas.

O Canal do Peso (figura 24), diferente do primeiro canal aberto no período colonial, está localizado próximo à linha da costa, recortando mangues e restingas e foi aberto há mais de 45 anos, com auxílio de retro-escavadeiras (figura 25). Seu início, em Belmonte, está localizado há aproximadamente 3.500 metros da desembocadura do Jequitinhonha e, devido a essa proximidade, o nível de suas águas é regulado pelas flutuações da maré.

Os relatos do historiador Santiago (1996) informam que os sedimentos trazidos pelo Jequitinhonha acabaram por fechar o canal e que ele permaneceu assim por algum tempo, como se a natureza não concordasse com a derivação que sofreu, mas, por persistência humana, o canal foi reaberto, em 1990, pela prefeitura de Belmonte.

As dimensões do canal aberto por engenharia não promoveram grandes impactos nos elementos naturais., mesmo tendo promovido derivações no geossistema “Costeiro”.

FIGURA 24: MUNICÍPIO DE BELMONTE - CANAL DO PESO



Fonte: Reserva extrativista de Canavieiras - IBAMA, 2006
Elaboração: André P. Santos

Uma variada composição de paisagens delimita trechos distintos ao longo do canal (figura 25). Saindo de Belmonte, ao atravessar o Jequitinhonha e entrar neste canal, as paisagens são tipicamente rurais, mostram o quanto, até o presente, os produtores rurais dependem dessa via de transporte. As barcaças de cacau das fazendas que margeiam o canal ficam localizadas bem próximas às águas (foto 8), construídas sobre pilares para não serem atingidas pelas cheias do rio e até mesmo pela elevação das marés.

Esta porção do geossistema “Costeiro”, em razão das atividades agrícolas

FIGURA 25: MUNICÍPIO DE BELMONTE
TRECHO ARTIFICIAL DO CANAL DO PESO



Fonte: Google Earth, 2006

existentes, passou a ser identificado como parte do geossistema derivado denominado de “Agrícola”.

FOTO 8: CANAL DO PESO - FAZENDA COM BARCAÇA PARA SECAR CACAU

Fonte: André P. Santos

O que torna peculiar esta unidade de paisagem é o interessante mosaico composto por plantações de cacau, coco e formações naturais, como brejos e restingas, além das características da sua população humana.

FOTO 9: CANAL DO PESO – EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS E LANCHA DE PASSAGEIROS

Fonte: André P. Santos

Hoje, além das tradicionais canoas que trafegam pelo canal, um grande número de pequenas embarcações motorizadas transporta passageiros e turistas (foto 9) entre as cidades de Belmonte e Canavieiras.

A face leste desta porção do geossistema “Costeiro” é a de mais baixa derivação de todos os geossistemas de Belmonte. Passado o trecho inicial das fazendas de cacau e de gado, vê-se uma vegetação pujante, florestas de mangue (*Rhizophora sp*) com árvores com mais de 10 metros de altura (figura 26), abrigo para uma infinidade de espécies de aves além de uma grande população de caranguejos e aratus.

FIGURA 26: MUNICÍPIO DE BELMONTE
TRECHO NATURAL DO CANAL DO PESO



Fonte: Google Earth, 2006

Além das roças de cacau, existem pequenas propriedades rurais, casas de pescadores que interrompem a monotonia dos manguezais com plantações de coco e pequenos cultivos agrícolas.

As imagens mostram que o canal foi aberto numa região extremamente plana, quase que plenamente ao nível do mar, apenas alguns pontos apresentam altitude superior a 5 metros. O que explica junto com o grande volume de água do rio Jequitinhonha, a composição de paisagens semelhantes às do Pantanal, com muitos canais, lagoas e brejos, além da vegetação de restinga na qual foram se fixando os plantadores de coco e os pequenos pecuaristas (foto 10). As fotografias aéreas

mostram que desde a década de 1960, entre as manchas de restingas já existiam plantações de coco e cacau.

FOTO 10: MUNICÍPIO DE BELMONTE - CANAL DO PESO
PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS



Fonte: André P. Santos

O baixo grau de derivação que essas paisagens sofreram nos últimos 35 anos, a grande diversidade de espécies que o canal com seus manguezais e restingas abrigam, e a importância do recurso alimentar de populações tradicionais, são razões que justificam maior atenção do Estado para esta área.

O relatório elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente sobre qualidade ambiental urbana na Costa do Descobrimento (MMA, 2000), reconheceu a importância do canal para a manutenção da população residente ao longo do canal e para os catadores de caranguejo das cidades de Belmonte e Canavieiras, sugerindo a criação de uma reserva extrativista que veio a ser criada em 2006.

Nessa porção espacial, as teorizações de Santos tornam-se tão palpáveis, que se percebe, de fato, a existência de diferentes dimensões de tempo (cronos) envolvendo as transformações no espaço. Naquele canal, até então, não existem tempos fluidos, apenas tempos lentos, o tempo das marés, dos ventos, da colheita, da “andada” dos caranguejos, do canoeiro.

4.2 Geossistema da Planície Florestada: Os vales e o cacau

Muitos dos migrantes que foram atraídos pela febre dos diamantes encontrados em Canavieiras, mesmo quando todas as jazidas haviam sido exauridas, acabaram ficando na região. Cem anos antes do frenesi provocado pelos diamantes e de toda a agitação da rota de comércio fluvial, o cacau fora trazido do Pará para a Bahia. As primeiras sementes foram plantadas nas cercanias da cidade de Canavieiras, na Fazenda “Cubículo” de propriedade do senhor Antonio Dias Ribeiro (SOUSA, 2001, p.34).

Segundo Leite (1976), além dos cultivos de subsistência, incluindo-se o café e a cana-de-açúcar, não houve outro cultivo importante que precedesse o cacau, cujo plantio foi incrementado antes de meados do século XIX. O autor afirma que em 1976, em Belmonte, os cacauais ocupavam 37,64% da subárea, pastos apenas 3,91%; capoeiras (vegetação secundária) e brejos 52,07%; e a calha do rio 6,38%.

A implantação deste cultivo, no vale do Jequitinhonha (foto 11), desencadeou um novo ciclo de

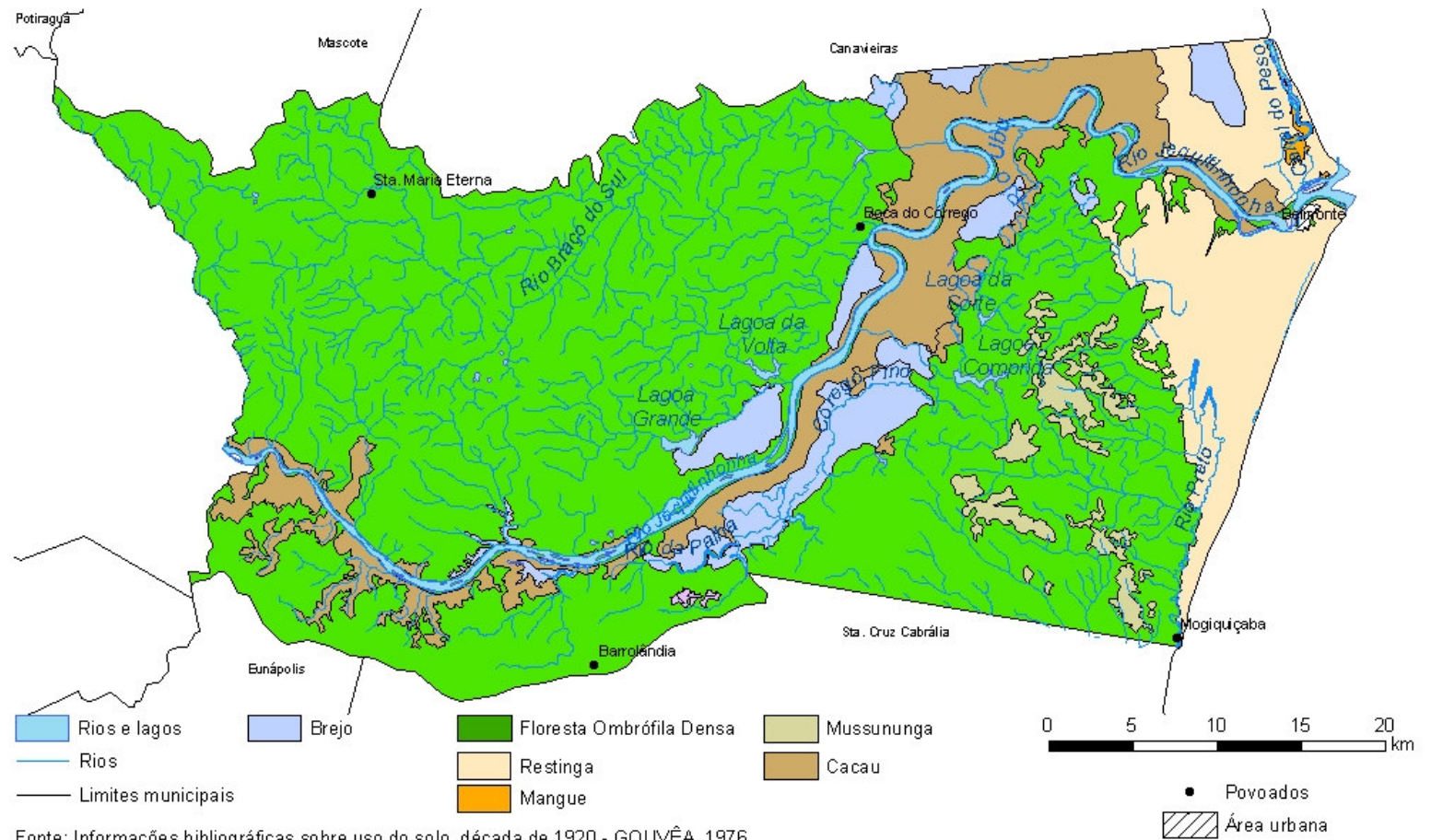
FOTO 11: MUNICÍPIO DE BELMONTE
PLANTAÇÃO DE CACAU – MARGEM
DIREITA DO JEQUITINHONHA



Fonte: IBAMA, 2005

derivações a que o geossistema “Planície Florestada” passou a ser submetido. Na década de 1920, as plantações de cacau já ocupavam toda a extensão do Jequitinhonha no município (figura 27). O Jequitinhonha, anteriormente usado como rota de comércio transformara-se no caminho para se atingir o interior do município onde estavam as roças de cacau.

FIGURA 27: MUNICÍPIO DE BELMONTE - USO DO SOLO - SIMULAÇÃO DE CENÁRIO - DÉCADA DE 1920



Propriedades e mais propriedades rurais foram surgindo ao longo das margens do rio Jequitinhonha. Por volta de 1890, os plantios de cacau já apresentavam condições de serem explorados economicamente.

As plantações existentes, ainda hoje, no vale do Jequitinhonha, em Belmonte, foram implantadas sob um sistema de plantio denominado de “Cabruca”. Neste sistema o cultivo é feito em consórcio com a floresta.

Segundo May e Rocha (1996) o sistema de plantio “Cabruca” é uma forma de uso do solo conservacionista, por manter uma maior proporção de remanescentes florestais do que se verifica em outras formas de uso do solo em outras regiões do domínio da Mata Atlântica. Cerca de 10% de todas as árvores, em todos os estágios, nas áreas sujeitas a esta prática são preservados para o sombreamento do cacauzeiro (LOBÃO et al., 1997)

Uma nova estrutura social estava assim surgindo, tendo por base um espaço rural gerador de muitas riquezas. A cidade funcionava apenas como a casa sede das propriedades rurais ao longo do rio, morada dos coronéis e de seus agregados, além de pequenos comerciantes, entre estes os compradores da produção da lavoura cacauzeira, e pescadores.

Esta nova dinâmica de produção do espaço, e as derivações desencadeadas por ela, outrora concentrada no estuário e agora ao longo das margens do baixo curso do Jequitinhonha, possibilitou a reconstrução do cenário existente na década de 1920 (figura 27), através da reclassificação do mapa de uso do solo, considerando apenas as áreas plantadas com cacau existentes ao longo das margens destes dois rios.

Em 1976, segundo Leite (1976), a grande maioria das plantações de cacau estava situada em solos aluviais, fase argilosa e franco-arenosa, e já possuíam idade superior a 50 anos. As plantações que limitam com os extensos brejos (foto 11) da zona de colmatagem, situada entre os diques do Jequitinhonha e a calha do rio Ubu, vinham perdendo cacauzeiros continuamente em conseqüência do levantamento lento e progressivo das águas nesta zona intermediária.

Na medida em que descobria a fertilidade dos solos de aluvião, os plantadores de cacau descobriam também a riqueza da exuberante mata que ocupava a planície.

A extração de madeira deu-se primeiro às margens dos rios aonde o cacau ia sendo plantado. A mata precisava ser raleada para que o cacau fosse introduzido. Mas era além dos limites das roças de cacau que a mata começava a ser ameaçada, pois as terras que não se mostravam aptas ao plantio continham espécimes de alto valor comercial para a construção civil e a indústria moveleira.

Este processo não se tornou mais feroz por causa da dificuldade para transportar a madeira. Praticamente não havia estradas e as maiores árvores ficavam mais distantes das existentes. Santiago (1996) afirma que a extração de madeira já se fazia sentir em 1880.

Pelo fato dos solos mais propícios para o cultivo do cacau encontrarem-se nos vales fluviais, o seu cultivo acabou ficando restrito a estas áreas. Mas, fora do município, além dos limites dos tabuleiros, um pouco mais para o interior, em direção ao norte, a área cultivada com cacau formava uma mancha cada vez mais densa e contínua. Ilhéus, a maior cidade da região passou a ser o centro econômico e também político regional, para onde a produção escoava e conseqüentemente para onde todas as estradas estavam direcionadas. O cultivo do cacau na planície e nas vertentes que limitam a planície trouxe estabilidade ao sistema formado pela dinâmica do Jequitinhonha, entretanto, o excesso de desmatamento promovido para a implantação da pecuária, desde Itapebi até a porção mineira da bacia do Jequitinhonha, desencadeou processos erosivos que aceleraram o assoreamento do leito do referido rio (foto 12).

Mesmo sendo o maior rio da região cacaeira em volume d'água, o rio Jequitinhonha, já em 1976 (ROCHA FILHO, 1988), oferecia apenas um trecho navegável de 106 km entre o distrito de Cachoeirinha, 6 km à montante da cidade de Itapebi, até sua foz na cidade de Belmonte. A partir daquele ano, a população desses municípios passou a dispor de transporte rodoviário entre as duas cidades, fazendo com que as lanchas motorizadas, de baixo calado, não fossem mais utilizadas como meio de transporte pelos seus habitantes. Nos períodos de estiagem o rio Jequitinhonha tem seu leito tomado por extensos bancos de areia, dificultando o tráfego das embarcações.

Após atravessar uma década de crise, com baixas nos preços e na produção, mesmo com uma alta momentânea no preço da arroba no ano de 2002, e o desenvolvimento de clones resistentes à vassoura-de-bruxa (*criseplis pemiciosa*), não há nenhum novo processo de derivação dos geossistemas sendo capitaneados pelos agentes sociais envolvidos diretamente com a produção de cacau no município de Belmonte.

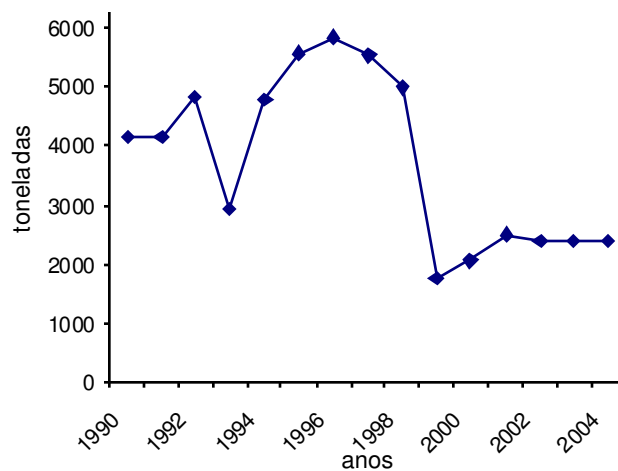
Apesar de ocupar uma área limitada do território municipal, a cacauicultura foi, até o início do cultivo do eucalipto na década de 1990, a principal atividade econômica do município. O diagnóstico da região cacauera realizado no final da década de 1975 (LEITE, 1976) mostrou que, naquela década, as “roças” de cacau do município já estavam com mais de 50 anos de idade, implicando na eminente queda da produtividade.

FOTO 12: MUNICÍPIO DE BELMONTE
ASSOREAMENTO – RIO JEQUITINHONHA



Fonte: IBAMA, 2005

FIGURA 28: MUNICÍPIO DE BEL MONTE – PRODUÇÃO DE AMÊNDOAS DE CACAU EM TONELADAS (1991-2004)



Fonte: IBGE, 2006

O gráfico sobre a produção de amêndoas de cacau (figura 28) mostra uma brusca queda entre 1998 e 1999. Mesmo esboçando melhoras nos anos seguintes, até o ano de 2004, a produção da lavoura não retomou aos índices anteriores à queda ocorrida entre 1998 e 1999.

A queda da produção e a baixa nos preços da tonelada complicou seriamente a viabilidade do cultivo. Os programas de renovação de plantios com os novos clones, realizados nos anos de 2002 e 2003, com assessoria da CEPLAC, alcançaram o município, de forma que

FOTO 13: MUNICÍPIO DE BELMONTE - VALE DO JEQUITINHONHA - SEDE DE FAZENDA REFORMADA



Fonte: André P. Santos

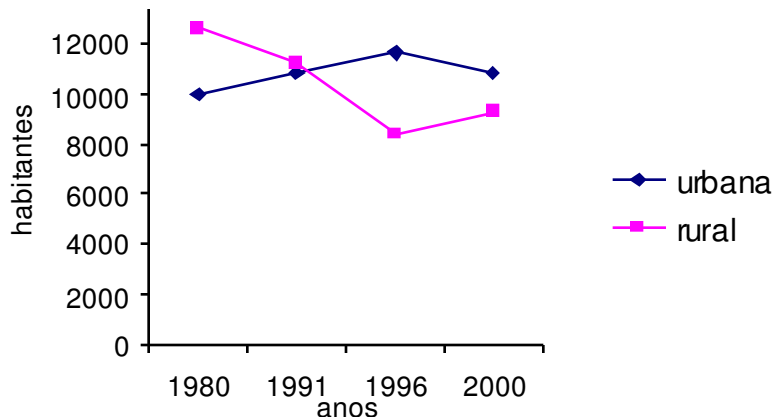
os proprietários rurais contemplados puderam investir não só no melhoramento do plantio, mas, também, em infra-estrutura, como estradas e casas (foto 13).

O processo de seleção de áreas a serem renovadas envolveu condições de fertilidade do solo entre outros fatores. Em Belmonte, essas áreas estão localizadas no vale do Jequitinhonha onde, historicamente, tem-se produzido cacau a mais de 100 anos. Entretanto, a queda dos preços, ainda em 2003, e os baixos resultados do processo de renovação das áreas de cultivo, agravaram ainda mais o nível de endividamento dos produtores.

Em 1990, a população das áreas urbanas de Belmonte já era igual à população da zona rural (figura 29) e, em 1996, os percentuais urbano e rural haviam sofrido uma inversão de 100% em relação ao ano de 1980. Antes de migrarem para os grandes centros em busca de emprego, o habitante da zona rural, no período analisado nas

figuras anteriores, deslocou-se, para a sede do município.

FIGURA 29: MUNICÍPIO DE BEL MONTE:
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANO-RURAL
(1980-2000)



Fonte: IBGE, Censos 1980 – 2000

Não se pode atribuir exclusivamente à decadência da lavoura cacaueteira e à pecuária, o padrão de distribuição da população rural do município. Este fenômeno talvez esteja mais relacionado com a existência, entre os anos 1980 e 2000, da atividade madeireira, de unidades industriais instaladas nos povoados de Barrolândia e Santa Maria Eterna. As serrarias funcionaram como um forte fator de atração populacional.

4.3 Geossistema dos Tabuleiros Florestados

Este sub-capítulo trata do processo de apropriação que resultou na substituição quase que completa da Floresta Ombrófila Densa por cultivos agrícolas em Belmonte. Para este fim foram utilizados depoimentos de servidores públicos do IBAMA e habitantes do extremo sul, todos com mais de vinte anos de residência na região. Além destes depoimentos foram utilizados dados colhidos em arquivos do IBAMA em Eunápolis e imagens dos satélites LandSat I, LandSat V e CBERS II.

Pouco se tem de documental sobre a história recente dessa região. Existem relatos sobre o início da colonização europeia, dos habitantes primitivos do litoral e do vale do Jequitinhonha. De fato, existe um grande período de silêncio entre o

descobrimto e a decadência da atividade madeireira iniciada na segunda metade do século XX, na região onde se localiza Belmonte.

Embora transformações na paisagem da extensa floresta que recobria o extremo sul da Bahia tenham acontecido ainda no início do século, é a BR-101 a responsável pela onda de “desenvolvimento” que deu forma à região.

Com a conclusão do trecho da rodovia que corta o extremo sul da Bahia inaugurou-se um novo ciclo de ocupação e apropriação da natureza com conseqüências diretas sobre a floresta, sendo Belmonte o ultimo território atingido pelas derivações provocadas pela apropriação da floresta.

Foi nos sistemas naturais dominados pela floresta que se deu início a derivações que objetivaram a tomada para si, por parte de novos agentes sociais, em sua maioria, migrantes, vindos do Espírito Santo¹, dos recursos florestais e, lateralmente, das terras ocupadas por essa formação vegetal.

A perspectiva de integrar-se à malha viária nacional motivou toda a região fazendo surgir novas estradas até a BR-101. Os maiores núcleos urbanos, exceção de Porto Seguro, surgiram com a abertura da rodovia, a exemplo de Eunápolis e Teixeira de Freitas, onde grande parte dos empresários que exploravam a floresta se estabeleceu e de onde controlavam as atividades nos municípios adjacentes como Belmonte.

A facilidade de circulação das riquezas existentes ou geradas na região, proporcionadas pela implantação da BR-101, contribuiu de forma decisiva para a aceleração do esgotamento das reservas florestais nativas, elemento indispensável à produção de madeira. A indústria madeireira chegou ao extremo sul baiano em 1928 (NOVA VIÇOSA, 2006), com a instalação da Elecunha, em Nova Viçosa e Bralanda. De 1955 a 1965, a exploração madeireira se intensifica impulsionada por fazendeiros de Minas Gerais e do Espírito Santo. Em 1976, exatamente 28 anos depois da instalação da primeira serraria, o pólo madeireiro da região já contava com quase 60 indústrias².

As unidades industriais de base florestal (serrarias) que penetraram em território baiano vindas do Espírito Santo e Minas Gerais avançam para o norte em busca de

¹ Declaração prestada por Hévio Luiz Côvre em entrevista concedida em janeiro de 2005.

² Informação concedida por Cosme Damião P. Cavalcante (servidor do IBAMA) em entrevista concedida em janeiro de 2006.

novas áreas para serem exploradas, chegando a Belmonte, através da BR-101, na década de 1970.

Pouco antes das florestas de Belmonte tornarem-se um recurso natural cobiçado pelos exploradores da floresta do extremo sul da Bahia, diferente do momento anterior quando se deu a implantação de extensas áreas de cacauais e pastagens para a pecuária bovina, na década de 1965, foi editado o Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/1965), instrumento legal que objetivava normatizar a exploração dos recursos florestais do país. O Art. 16 dessa lei afirma que:

As florestas e as outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em áreas de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

- I- 80% (oitenta por cento) na propriedade rural em área de floresta situada na Amazônia legal;
- II- 35% (trinta e cinco por cento) na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia legal, sendo no mínimo 20% (vinte por cento) na propriedade e 15% (quinze por cento) na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do §7º deste artigo;
- III- 20% (vinte por cento), na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do país”.

§2º A vegetação de reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com critérios técnicos e científicos estabelecidos no regulamento, ressalvadas as hipóteses previstas no §3º deste artigo.

O item III deste artigo, aplicável ao município de Belmonte, autoriza a exploração de, no máximo, 80% da área de floresta na Mata Atlântica. O Art. 19 diz que:

A exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público quanto de domínio privado, dependerá de aprovação prévia do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo, compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme. (Artigo com redação determinada pela lei 7.803/1989)

O censo agrícola de 1920 mostrou que, naquele ano, apenas 18,17% da área do município de Belmonte era ocupada por propriedades rurais (DINIZ, 1983). Além do vale do Jequitinhonha e suas roças de cacau, a floresta dominava absoluta.

Até o ano de 1973, o município de Belmonte ainda contava com uma vasta cobertura florestal, composta por formações secundárias da floresta ombrófila densa (área aproximada de 100.000 ha conforme análise e interpretação da imagem LandSat I), exceto pela porção norte do município, margem esquerda do rio Jequitinhonha (foto 14), onde a floresta já havia sofrido transformações decorrentes do avanço da pecuária.

FOTO 14: MUNICÍPIO DE BELMONTE
PASTAGENS AO NORTE DO
JEQUITINHONHA

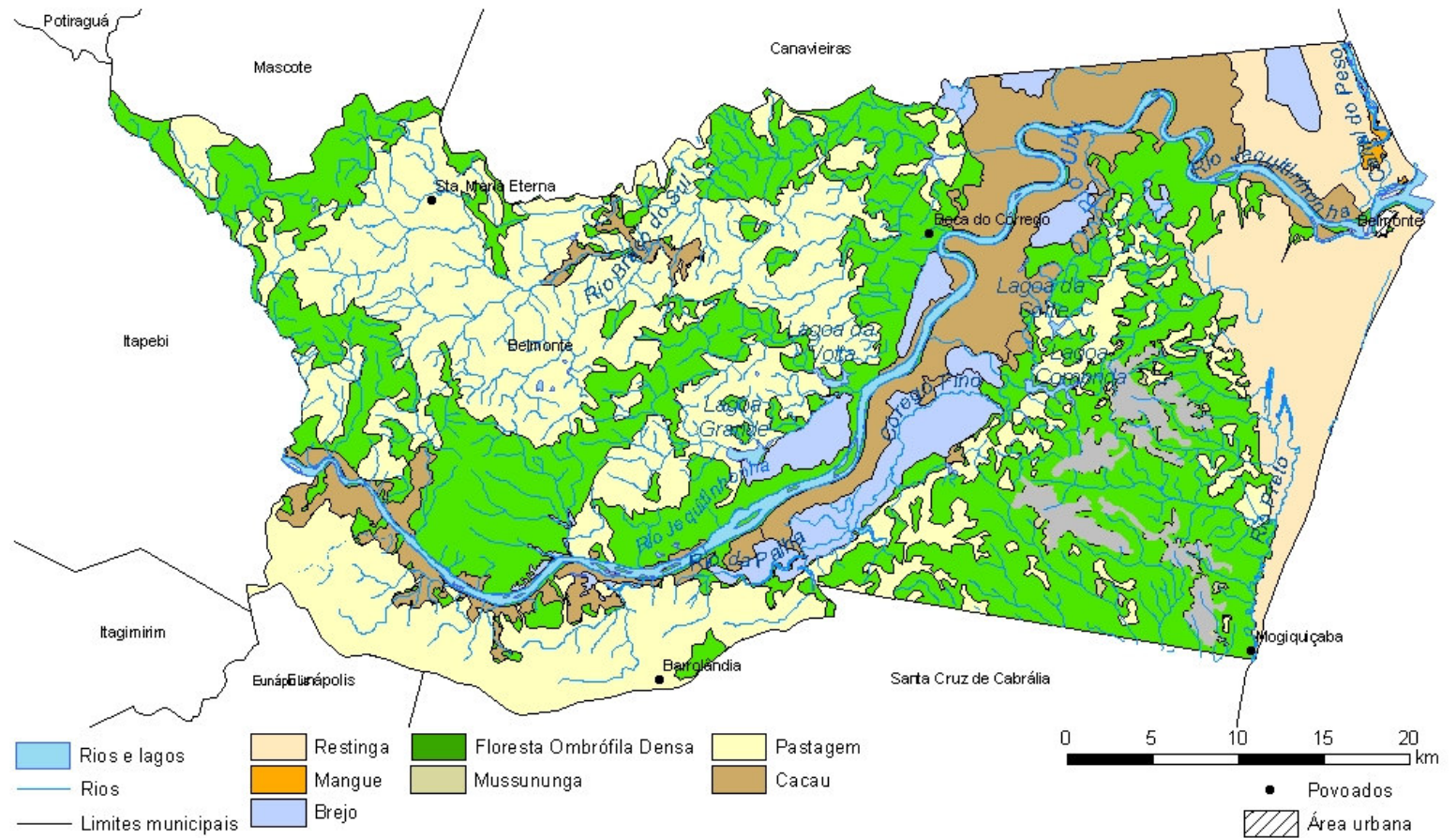


Fonte: André P. Santos

Vinda do oeste, a pecuária avançara a partir do território mineiro para a Bahia, ocupando áreas não absorvidas pelas roças de cacau, fato observado em todo o vale do Jequitinhonha. Em 1973, como mostra a figura 30, elaborada a partir da análise de imagem do satélite LandSat I, as pastagens já haviam se tornado elemento dominante nas paisagens entre a BR-101 e o povoado de Santa Maria Eterna e, também, entre este distrito e o povoado de Boca do Córrego, além de acompanhar a estrada que liga Santa Maria Eterna ao município de Canavieiras.

As estradas dessa porção do território de Belmonte, mesmo apresentando precárias condições de tráfego ainda nos dias atuais, constituíram-se em componentes de grande relevância dentro do sistema de objetos (SANTOS, 2000) que substanciaram as ações que constituíram aquela porção do espaço geográfico, de forma que, mesmo com a forte tendência de substituição das áreas de pastagem por plantações de eucalipto, esta é a porção do território de Belmonte onde se encontram propriedades rurais cuja atividade dominante ainda é a pecuária.

FIGURA 30: MUNICÍPIO DE BELMONTE - USO DO SOLO - 1973



A análise da imagem do satélite Landsat I mostra um padrão W/L como vetor de ocupação da floresta ao sul do Jequitinhonha, deixando claro o papel da estrada Belmonte/Itapebi (BA-275) como eixo de escoamento da madeira. Em 1973, entre a cidade de Itapebi e o distrito de Barrolândia, em Belmonte, a floresta já se apresentava num avançado estágio de fragmentação. Extensas áreas de pastagens já se encontravam estabelecidas.

A grande ofensiva para a apropriação da floresta em Belmonte, deu-se no início da década de 1980, entre os anos de 80 e 83. Neste período, extensas áreas foram suprimidas para implantação de pastagens.³ À medida que o recurso fora se tornando escasso, as empresas começaram a migrar para o norte em direção a Belmonte.

Na década de 1990 as empresas madeireiras estavam concentradas no município de Itabela, há cem quilômetros de Belmonte.

Servidores do IBAMA, advindos do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), afirmam que no início da década de 1990, em Itabela, cidade localizada às margens da BR 101, a 30 km ao sul da cidade de Eunápolis, existiam mais de 100 serrarias e parte da madeira extraída, em Belmonte, acabava sendo industrializada naquele município.

Antes de começarem a explorar a floresta, extraíndo madeira para suas unidades industriais, os migrantes capixabas partiram para a conquista da terra. Asmar (1985) identificou crescimento de 49,6% no número de estabelecimentos rurais no município de Belmonte entre os anos de 1972 e 1976. O referido autor afirma que o aumento do número de propriedades rurais deu-se com a apropriação de terras devolutas recobertas pela floresta.

Nesse período, conforme o Código Florestal (Lei 4.175 de 1965), os proprietários de terra poderiam, mediante autorização, substituir 80% da cobertura florestal nos limites de sua propriedade por cultivos agrícolas e ainda explorar madeira, mediante elaboração de um plano de manejo florestal, nos 20% restantes.

Ao norte do Jequitinhonha, a pecuária não deixou grandes áreas a serem exploradas, mesmo assim, as áreas florestadas, em 1973, foram drasticamente

³ Afirmativa feita por Baianinho, dono de uma oficina de tratores trabalhando na região há mais de vinte anos, em entrevista realizada em março de 2006.

reduzidas. Em 1995, restavam apenas seis áreas remanescentes da floresta que outrora recobria aquelas terras. A figura 31, produzida a partir da interpretação da imagem do satélite LandSat V, de 1995, mostra o avanço do espaço agrário em direção ao último refúgio da floresta próximo ao litoral.

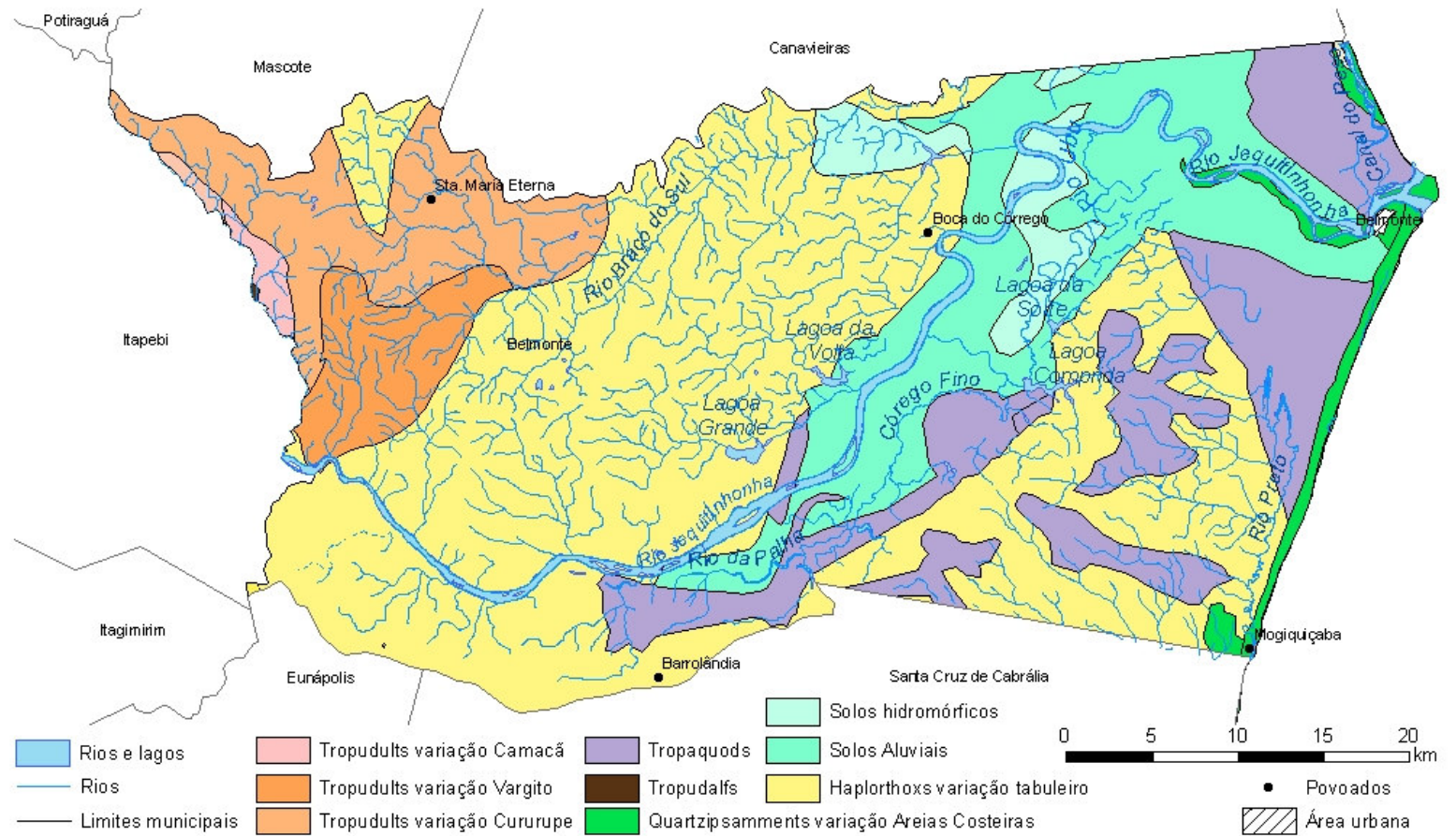
A CEPLAC, utilizando-se da classificação americana, desenvolveu uma nova classificação para registrar com maior detalhe a variação regional do grau de fertilidade dos solos no sul e sudoeste da Bahia. Assim, em 1975, elaborou um mapa (figura 32), cujo principal objetivo era a identificação de solos adequados para a expansão da área de cultivo do cacau, levando em consideração, principalmente, o grau de fertilidade dos solos.

Depois de 50 anos limitadas pelo vale do Jequitinhonha, as roças de cacau alcançaram os tabuleiros da margem direita do rio próximo ao povoado de Santa Maria Eterna, entre os anos de 1973 e 1995, configurando o geossistema derivado “Cultivos Tradicionais”. A expansão do cultivo do cacau neste geossistema ocorreu ao longo das manchas de solos aluviais encontrados nos vales formados pela rede de drenagem estabelecida sobre os tabuleiros.

Os solos aluviais não possuem horizontes definidos, exceto o horizonte A, que assenta diretamente sobre camadas estratificadas, de cores e texturas variáveis. Ocorre nos diques marginais dos rios, de média fertilidade, com bom teor de matéria orgânica na superfície, indicado para plantio de cacau, culturas anuais e fruticultura. (ROCHA FILHO, 1988, p. 89)

Os vales, e muitas das encostas dos tabuleiros, ao norte do Jequitinhonha, possuem ainda fragmentos florestais, e as plantações de cacau existentes, possuem estrutura fisionômica semelhante à da floresta. As plantações de eucalipto, que desde a década de 1990 vêm substituindo as áreas de pastagem deste geossistema, ocupando as áreas planas localizadas nos tabuleiros, em virtude da facilidade em mecanizar as etapas de plantio e colheita, não ameaçam a existência das áreas cultivadas com cacauzeiros. Nesta porção do geossistema “Tabuleiros Florestados” há uma discreta associação entre as áreas com cacauais e novos plantios de eucalipto. Uma provável explicação está na disponibilidade hídrica relacionadas à concentração de manchas de solos aluviais, fator indispensável para a produtividade do eucalipto.

FIGURA 32: MUNICÍPIO DE BELMONTE - CLASSES DE SOLOS SEGUNDO CEPLAC - 1975



Fonte: Classes de solos segundo CEPLAC, 1975 - Landau, 2003.
 Elaboração: André P. Santos

Na porção sul do município, margem direita do Jequitinhonha, o processo de apropriação da floresta teve maior expressividade após a consolidação da BR-101 e a exaustão das florestas nos municípios mais próximos ao estado do Espírito Santo. O sistema de objetos para a exploração da floresta nesta porção do geossistema “Tabuleiros Florestados”, contava, além da BR-101, com a BA-275, até o povoado de Barrolândia, e com estradas seminais de Belmonte e municípios vizinhos, como Santa Cruz Cabrália e Eunápolis. Estas estradas faziam a conexão entre as áreas de exploração em Belmonte e as unidades industriais.

Mesmo antes da edição de leis mais restritivas que o código florestal, a exploração da floresta, a partir dos anos 80 do século XX, diferenciou-se da que ocorrera ao norte do município por conta da adoção da técnica e do conhecimento da engenharia florestal. Grandes áreas florestadas passaram a ser exploradas com base em planos de manejo florestal.

Nos arquivos do IBAMA, em Eunápolis, foram encontrados 18 processos referentes a execução de planos de manejo florestal anteriores à publicação do decreto 750 em 1993, e mais seis processos entre 1993 e 1999 (anexo 2). Os maiores remanescentes florestais existentes hoje são os que foram explorados por meio de planos de manejo, evidência da importância deste modelo de apropriação para a conservação da floresta.

O advento dos planos de manejo freou a onda de substituição da floresta por cultivos agrícolas. Com a escassez da madeira ocorreu intensa valorização econômica do recurso, tornando viável economicamente a manutenção da floresta através dos referidos planos de manejo florestal. Em 2006, o metro cúbico de maçaranduba, vinda da Amazônia, custava em média, 1.600 reais nas lojas especializadas de Porto Seguro.

O decreto federal 750 (conhecido como o “decreto da Mata Atlântica”), editado em 1993, um ano após a conferência Rio 92, restringiu drasticamente as possibilidades de uso de áreas florestadas e de seus recursos. Diante do preocupante número de apenas 8% de remanescentes da cobertura original do Bioma Mata Atlântica, o Estado brasileiro criou um mecanismo legal para impedir a exploração do que ainda restava.

A partir da edição deste decreto, a conversão de áreas florestadas em agrícolas tornou-se legalmente proibida caso a vegetação houvesse alcançado os estágios

avanzado ou médio de regeneração ou fossem áreas com vegetação primária. Apenas as áreas com vegetação secundária em estágio inicial de regeneração continuaram suscetíveis à supressão (Dec. 750/93, Art. 1º).

Conforme o Art. 2º deste decreto, a exploração de madeira em remanescentes florestais, no domínio da Mata Atlântica, poderia continuar existindo desde que fosse executada através de um plano de manejo florestal sustentável. Restrição apresentada pelo Código Florestal apenas para as áreas de Reserva Legal; no caso da Mata Atlântica, apenas 20% de uma propriedade rural.

A área da propriedade onde se localizava o plano de manejo era dividida em parcelas e a exploração em cada uma delas carecia de uma autorização específica onde constava o volume máximo de madeira a ser retirado daquela parcela específica (anexo 1)

O levantamento de dados sobre os planos de manejo (anexo 2) e das serrarias, em Belmonte, revelou que as florestas do município eram exploradas por empresas e empreendedores de Eunápolis, que a exploração da madeira em muitos casos era apenas mais uma atividade da propriedade e que o tamanho dos planos de manejo apresentava grande amplitude, de 20 a 823 ha, sendo que a maioria dos projetos possuía área entre 100 e 300 ha, e constantemente era feita a averbação cartorial dessas áreas como áreas de Reserva Legal (anexo 3).

A exploração dos planos de manejo era feita com acessória de engenheiros florestais, responsáveis pelos parâmetros técnicos a serem seguidos. No documento do anexo 4 está contido um interessante relato sobre as relações entre homem e natureza dentro dessa atividade econômica. A apropriação da floresta foi marcada por limitações impostas pelo clima úmido com chuvas constantes e as precárias vias de acesso, cheias de atoleiros e muito barro, muitas vezes interrompidas por córregos e pontes quebradas.

Para reduzir os custos da exploração da floresta, a madeira era beneficiada por unidades industriais instaladas em localidades próximas aos projetos, a exemplo de Barrolândia, que chegou a contar com sete unidades industriais (quadro 1). Cada unidade industrial para o beneficiamento da madeira gerava em média de 15 a 20

empregos diretos, funcionando como uma importante atividade para a população regional.

QUADRO 1
MUNICÍPIO DE BELMONTE: SERRARIAS

NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	ANO DE FIM DE FUNCIONAMENTO
Madereira Belmonte Ltda.	Barrolândia	1996
Madereira Dalbergia Ltda.	Barrolândia	1997
Bassi Comércio Indústria Ltda.	Barrolândia	2002
Dormal – Dormentes de madeira Ltda.	Barrolândia	1997
Jorge Neves da Veiga	Barrolândia	1998
Sealgrizzi Serraria Scaltone	Barrolândia	1996
Serraria Paloma	Barrolândia	2003
Guimarães Madeiras Ltda.	Boca do Córrego	1995
Madereira Raizes Ltda	Sta. Maria Eterna	2003

Fonte: Arquivos IBAMA – Eunápolis

Segundo Dean (1996), desde o início dos anos 90 do século passado, o movimento ambientalista passou a defender a tese de que a única alternativa para a preservação da Mata Atlântica consistia na criação de unidades de conservação. Naquele período, existia na Bahia apenas o Parque Monte Pascoal, criado em 1961, e a reserva biológica de Una criada em 1980 (IBAMA, 2006).

Os planos de manejo florestal apontavam para um outro caminho. O uso racional da floresta, respeitando critérios técnicos, permitiria a exploração econômica de espécies nativas sem trazer prejuízos à dinâmica natural da Mata Atlântica.

O modelo de exploração da floresta, baseado na execução de planos de manejo, em Belmonte, foi o responsável por derivações positivas no geossistema “Tabuleiros Florestados”, individualizando o geossistema “Bordas Florestadas” dos demais geossistemas do município, explicitamente pela área recoberta pela Floresta Ombrófila Densa, ainda em 2005.

A exploração da floresta através de planos de manejo foi encerrada em Belmonte e em toda a Mata Atlântica, na Bahia, por conta da influência do movimento ambientalista, na Bahia, que, sob forte influência da SOS Mata Atlântica, começou a pressionar o Estado afirmando que grande parte dos detentores dos planos de manejo não observava as normas técnicas. Diziam que o que existia era simplesmente o corte seletivo das espécies de maior interesse econômico.

Em 1998, o Estado brasileiro deu ouvidos às críticas do movimento ambientalista e, através do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) editou norma suspendendo a continuidade deste modelo de exploração da Mata Atlântica.

Através da resolução nº240 de 1998, o CONAMA resolveu suspender toda a exploração de madeira nativa da Mata Atlântica na Bahia conforme consta em seu artigo 1º:

Art. 1º determinar ao IBAMA e aos órgãos ambientais da Bahia, em conformidade com suas competências, a imediata suspensão das atividades madeireiras que utilizem como matéria-prima árvores nativas da Mata Atlântica, bem como de qualquer tipo de autorização de exploração ou desmate de florestas nativas concedidas pelo IBAMA ou pelos órgãos ambientais estaduais, na área de Mata Atlântica do Estado da Bahia.

Esta decisão foi tomada em detrimento de relatórios técnicos e por articulações do movimento ambientalista através do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. O retorno da atividade industrial de base madeireira ficou condicionado a uma série de critérios listados a seguir:

§ 1º A suspensão de que trata este artigo tem caráter provisório, até que se conclua os levantamentos da área de remanescentes florestais, das populações das espécies florestais de interesse comercial e os estudos dos efeitos da exploração florestal sobre a dinâmica das populações.

§ 2º Após a conclusão dos estudos citados no parágrafo anterior, e de outros que se fizerem necessários, deverá ser elaborado o zoneamento ecológico-econômico que determinar as áreas e os estoques mínimos para extrações madeireiras.

No ano seguinte, uma nova resolução do CONAMA voltou a permitir a execução de planos de manejo florestal. A resolução 248 de 11 de fevereiro de 1999 resolve em seu artigo primeiro:

Art. 1º Determinar que as atividades econômicas envolvendo a utilização sustentada de recursos florestais procedentes de áreas cobertas por Floresta Ombrófila Densa, em estágio primário, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica no estado da Bahia, somente poderão ser efetuadas mediante as seguintes diretrizes:

I - Manejo florestal sustentável, aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA ou pelo órgão estadual de meio ambiente que obedeça, os seguintes princípios gerais e fundamentos técnicos:

- a) conservação dos recursos naturais;
- b) preservação da estrutura da floresta e de suas funções;
- c) manutenção da diversidade biológica;
- d) desenvolvimento sócio-econômico da região;
- e) responsabilização civil do técnico projetista e do contratante;
- f) caracterização do meio físico e biológico;
- g) determinação do estoque existente;
- h) intensidade de exploração compatível com a capacidade do sítio e das tipologias florestais correspondentes;
- i) promoção da regeneração natural da floresta;
- j) adoção de tratamentos silviculturais adequados, inclusive replantio, quando necessário;
- l) adoção de sistema de exploração de baixo impacto;
- m) monitorização do desenvolvimento da floresta remanescente;
- n) garantia da viabilidade técnico-econômica e dos benefícios sociais;
- o) apresentação de planejamento logístico das áreas a serem anualmente exploradas.

Com a publicação dessa resolução os planos de manejo voltaram a ser explorados. Em Belmonte, há o registro de um processo posterior à edição da resolução CONAMA 248/99, o processo 02006.001851/99-59 em nome de Luiz Breda, na Fazenda Boa Sorte, com área de 100 ha, mas as novas regras tornaram a execução muito complexa.

Para o movimento ambientalista não havia como continuar explorando os planos de manejo. Com esta argumentação, o movimento ambientalista continuou a pressionar o Estado e, no final de 2002, conseguiu que o então ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, através de um ofício ministerial, determinasse que o IBAMA suspendesse as autorizações para a exploração dos planos de manejo. Desde então, a exploração da floresta passou a ser considerada uma atividade criminosa.

Com a suspensão dos planos de manejo, as áreas de floresta tornaram-se dispendiosas aos seus proprietários, e uma tendência de transferência de titularidade começa a se esboçar. Os detentores dos projetos mais antigos estão pondo a venda as

suas terras a preços mais baratos que os de mercado. Algumas áreas enfrentam problemas de invasão com posseiros e ladrões de madeira.

Como consequência das restrições legais impostas à exploração da floresta, a indústria madeireira sucumbiu. Hoje, não só o município, como toda a região, tem a demanda de madeira suprida pelos estados do Pará e Rondônia.

4.4 Geossistema de Serras

Este geossistema é composto por um mosaico de usos do solo com grandes áreas de pastagem na porção norte do geossistema e plantios de cacau na porção sul. A cultura do eucalipto começa a avançar sobre as áreas ocupadas pelas pastagens.

A floresta que recobria as serras foi quase que completamente eliminada pelas atividades humanas. Assim como o geossistema “Tabuleiros Florestados”, o geossistema “Serras” também foi atingido pelo avanço da pecuária e pela exploração madeireira desencadeada pela abertura da BR-101. Essa é a área do município mais próxima da rodovia.

Os remanescentes florestais ficaram restritos aos topos das serras e às encostas de maior declividade. Mesmo depois das derivações negativas promovidas pelo desenvolvimento da pecuária, as áreas com floresta continuam sob pressão, sendo vitimadas por desmatamentos irregulares. Entre os anos de 2001 e 2005, 63 hectares de floresta foram eliminados e substituídos por pastagens.

As áreas cultivadas com cacau são as que promoveram menos derivações neste geossistema. Com estrutura semelhante a da floresta, os cacauais acabam por proteger córregos e nascentes, encontrados em grande quantidade neste geossistema, além de evitar processos erosivos encontrados nas áreas dominadas por pastagens.

A ameaça aos últimos fragmentos encontrados na área está relacionada à baixa produtividade das pastagens, estabelecidas sobre solos de baixa fertilidade; ao modelo de pecuária extensiva praticado no município e à escassez de terras já abertas em detrimento da expansão do eucalipto.

5 PADRÕES RECENTES DE DERIVAÇÕES ANTROPOGÊNICAS

5.1 O novo ciclo de exploração da floresta

A exploração da floresta para a produção de madeira foi condutora de um período específico da produção do espaço geográfico em Belmonte. Hoje, a produção de carvão (foto 15), a partir da madeira extraída de áreas desmatadas ilegalmente, dá continuidade a esta atividade de forma marginal à legislação ambiental do país.

FOTO 15: REGIÃO DO CANTA GALO
FORNOS DE CARVÃO



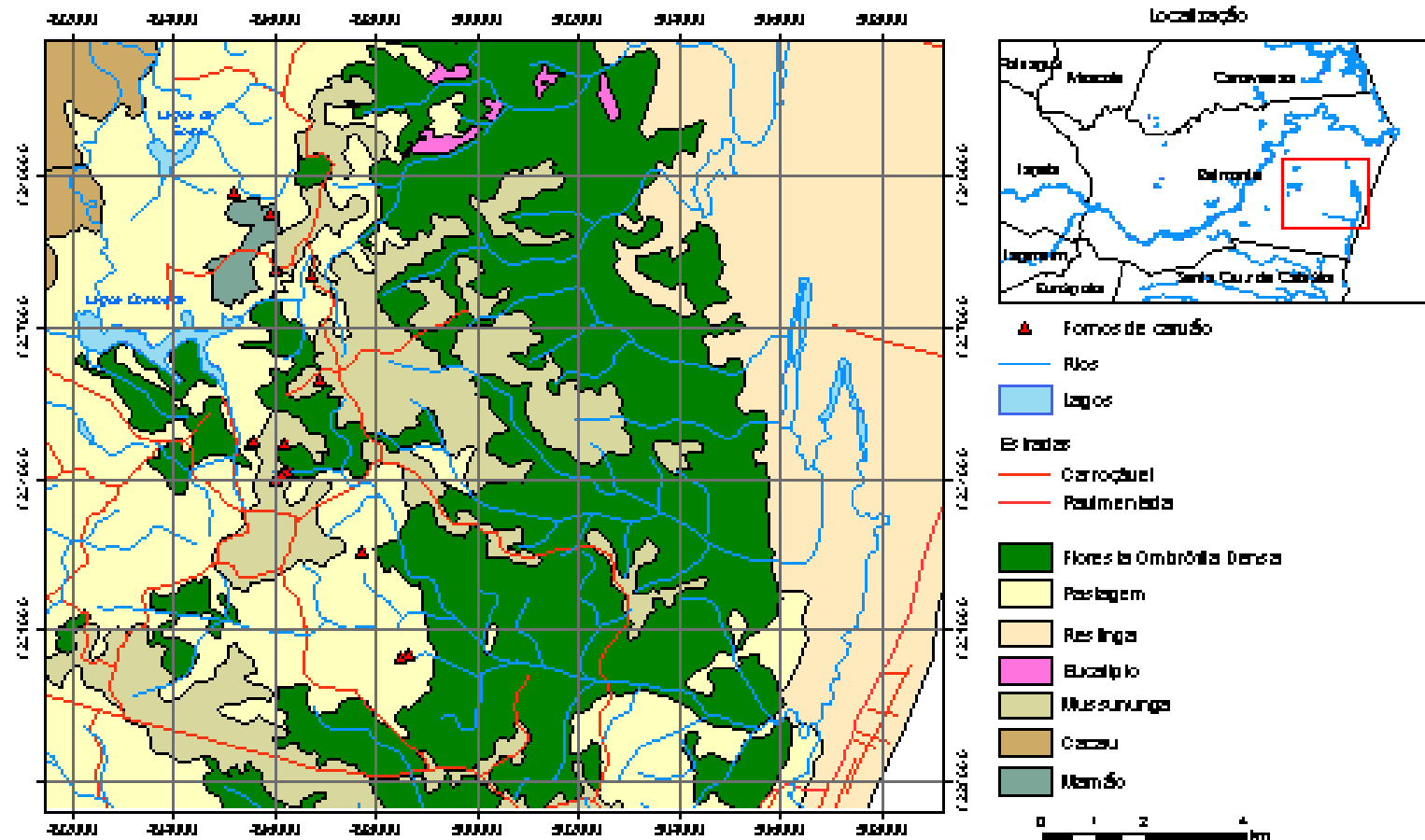
Fonte: IBAMA, 2005

Embora ilegal, a produção de carvão tem servido como alternativa de renda para uma grande parcela da população rural do município de Belmonte, principalmente na região do Canta Galo (figura 33), região localizada à margem direita do rio Jequitinhonha, inserida no geossistema derivado “Bordas Florestadas”, na porção leste do geossistema “Tabuleiros Florestados”, na margem direita do Jequitinhonha.

Esta região está sendo submetida a um processo de apropriação da natureza (nos dois sentidos abordados neste trabalho - adequação dos sistemas naturais e privatização do espaço) que tem como características a exploração da pobreza e o alto grau de derivação negativo dos sistemas naturais.

A posse da terra é fator relevante para os conflitos sociais ali existentes. Trata-se da porção do território municipal com maior área de fragmentos florestais (Floresta Ombrófila Densa). Grande parte das terras onde existem estes fragmentos não é titulada, ainda pertencem ao estado da Bahia.

FIGURA 33: MUNICÍPIO DE BELMONTE - REGIÃO DO CANTAGALO



Fonte: Vegetação e uso do solo - Interpretação de Imagem CBERS II de Junho de 2005; pontos de queimada - trabalho de campo com utilização de GPS.
 Elaboração: André P. Sampaio

A inexistência de documentos legais que atestem a posse da terra fez com que grupos diferentes fossem motivados a tomarem para si, em momentos diferentes, a natureza que, até a década de 1980, ainda não havia sofrido nenhum processo de derivação significativo.

O primeiro dos grupos representado por alguns poucos grandes proprietários rurais (ver anexo 4, quadro dos planos de manejo florestal, o número de propriedades localizadas no Canta Galo e região do rio Ubu), apropriou-se de grandes extensões de terras, criando pastagens e fazendo a floresta sucumbir.

Naquele primeiro momento, surgiu a Fazenda “Boca da Mata” que devido a sua extensão acabou por emprestar o seu nome a toda àquela região. A região do “Canta Galo” é também conhecida como a região da “Boca da Mata”.

Mesmo com o surgimento de grandes fazendas, muita terra ainda continuava sendo considerada “terra de ninguém”. Na década de 1990, a segunda leva de desbravadores (termo emprestado de Bondar, 1923, ao se referir aos pioneiros da região cacauzeira) foi organizada. Trabalhadores rurais filiados ao sindicato de trabalhadores rurais de Eunápolis foram orientados a ocupar as terras adjacentes à fazenda “Boca da Mata”, o que aconteceu de fato, inclusive com a ocupação da própria “Boca da Mata”.

A partir dessa segunda leva de desbravadores, composta por famílias da periferia de Eunápolis, a área dos últimos fragmentos florestais foi definitivamente ocupada. Quase confirmando o determinismo geográfico, os pobres que ocuparam a floresta foram em busca da terra, mas com a escassez de recursos econômicos e tecnológicos, os solos pobres que sustentavam a exuberante floresta não atenderam a expectativa dos novos posseiros. Grande parte desses ocupantes voltou para a cidade sem, contudo, desistirem de suas posses.

Em 2004, deu-se início a um novo movimento de exploração da floresta. Uma rede clandestina montada para transformar remanescentes florestais em carvão destinado às empresas de ferro-gusa localizadas no estado do Espírito Santo. A figura 34 mostra a distribuição dos fornos utilizados na fabricação do carvão vegetal. Os fornos foram identificados em trabalho de campo e a sua localização foi determinada com equipamento de GPS.

No total, foram identificados 14 pontos com fornos de carvão. A disposição dos fornos mostra com clareza que o posicionamento dos mesmos deu-se em razão da proximidade de remanescentes florestais, no máximo, distante dois quilômetros devido à dificuldade no transporte da lenha até os fornos.

As informações colhidas no IBAMA mostram que o destino do carvão vegetal oriundo da região do Canta Galo, no município de Belmonte, era, segundo as declarações prestadas pelos motoristas dos caminhões que realizavam o transporte, especificamente as empresas Siderúrgica Santa Bárbara, sediada em Vila Velha, e a C.B.F Indústria de Gusa S/A, na cidade de João Neiva, ambas no estado do Espírito Santo.

O ferro gusa, matéria-prima do aço, é uma liga de ferro-carbono obtida em alto forno e fundida em molde padrão de formato piramidal de, aproximadamente, 4,5 kg ou trapezoidal de 6,5 kg. É dividido em 3 categorias de acordo com sua especificação química - ferro gusa de fundição, ferro gusa nodular e ferro gusa de aciaria.

- Ferro Gusa de Aciaria: matéria-prima utilizada na produção do aço.
- Ferro Gusa de Fundição: matéria-prima para peças fundidas.
- Ferro Gusa Nodular: matéria-prima utilizada na produção de peças especiais.

O carvão representa cerca de 60% do custo de produção do ferro gusa, sendo seu transporte um dos maiores problemas, uma vez que são percorridos aproximadamente, 1.200 km para chegar às usinas produtoras de gusa (SINDIFER, 2000)

Nessa rede clandestina, empresas do município de Eunápolis agem como fomentadoras da atividade em Belmonte. Os depoimentos colhidos pela fiscalização do IBAMA, entre os trabalhadores das carvoarias e dos posseiros, revelam que os representantes dessas empresas forneciam toda a infra-estrutura para a produção do carvão, como as moto-serras e tratores (foto 16) para a extração da madeira, combustível, alimentação e o dinheiro para a construção dos fornos (aproximadamente quinhentos reais por forno⁴).

⁴ Declaração prestada por Santineuso dos Santos (produtor de carvão) em entrevista concedida em janeiro de 2005.

FOTO 16
INFRA-ESTRUTURA PARA PRODUÇÃO DO CARVÃO VEGETAL



Fonte: IBAMA, 2005.

Os depoimentos revelaram também o envolvimento de mais dois grupos de agentes. Entre os posseiros e os produtores de carvão foi instituído um tipo de arrendamento informal. O posseiro cede, mediante pagamento, a sua parcela de terra para que dela seja tirada toda a madeira destinada aos fornos de carvão, tendo-a de volta no final para seu próprio uso.

Participam também dessa rede, plantadores de mamão que agem da seguinte forma: identificam os solos mais apropriados para o cultivo, arrendam as terras sem nenhum tipo de contrato formal, produzem ou terceirizam a produção de carvão (foto 17), derrubam o que restou da mata com tratores e ocupam as terras com novas plantações.

O transporte do carvão (foto 18) até as siderúrgicas no Espírito Santo é feito por caminhões fretados no município de Eunápolis. Em alguns dos depoimentos prestados ao IBAMA, os motoristas revelaram valer a pena correr o risco de ser apanhado pela fiscalização, pois o frete pago pelo transporte ilegal do carvão (cerca de

FOTO 17: REGIÃO DO CANTAGALO
FORNOS DE CARVÃO EM UM PLANTIO
DE MAMAMÃO



Fonte: IBAMA, 2005.

1.500,00 reais em 2005) é três vezes maior que o pago por outro tipo de mercadoria pela mesma distância percorrida.

Além dos posseiros, trabalham na produção do carvão (foto 19) pessoas vindas, principalmente, da cidade de Eunápolis (em sua grande maioria do bairro “Juca Rosa”), mas também de outras cidades do extremo sul da Bahia como Mucuri. Trata-se de trabalhadores com



Fonte: IBAMA, 2005.

baixa qualificação, semi-analfabetos, desempregados, remanescentes da zona rural ocupada por plantações de eucalipto e desempregados urbanos, que encontraram na fabricação de carvão uma alternativa para sua subsistência, sem, contudo, deixar a condição de marginalidade que já possuíam.

FOTO 19: REGIÃO DO CANTA GALO
ACAMPAMENTO DE CARVOARIA

As condições de trabalho são as mais precárias possíveis. As relações trabalhistas são completamente informais, não possuem carteira assinada, não usam



Fonte: IBAMA, 2005

equipamentos de segurança, os acampamentos (foto 19) não possuem nenhum tipo de estrutura, são barracos feitos com madeira tirada ali mesmo, recoberta por lona preta e palhas de coco.

Em recente trabalho realizado pelo Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA, foram identificados 14 polígonos de desmatamento na região do Canta Galo, atestando o fim de 349 hectares da cobertura florestal remanescente.

O trabalho foi realizado a partir da comparação de imagens de satélite do ano 2001 (Landsat TM) e 2005 (CBERS II). A identificação do uso do solo atual (2005) mostra estreita ligação da redução da cobertura vegetal com a produção de carvão e com o cultivo do mamão. A sobreposição dos polígonos de desmatamento com a localização dos fornos de carvão (IBAMA, 2005) confirma este fato.

5.2 Geossistema Costeiro: a celeuma do turismo

Como consequência histórica do processo de produção do espaço voltado para o interior, o geossistema “Costeiro” foi o que menos sofreu derivações ao longo do último século. Suas paisagens permaneceram sem grandes alterações até a última década. Este geossistema é caracterizado por baixo grau de urbanização, segundo o IBGE (2003), menos de 300 habitantes vivem no litoral do município.

Além da sede municipal, apenas o distrito de Mogiquiçaba está localizado neste geossistema. Em 2000, essa localidade era habitada por 174 pessoas (IBGE, 2003). Contrastando com sua localização litorânea, a população ativa da localidade não é constituída por pescadores e sim por trabalhadores rurais, extratores de piaçava e pequenos comerciantes.

Além deste pequeno lugarejo, o que pode ser visto ao longo de todo o litoral são pequenas propriedades rurais com velhas plantações de coco, chácaras destinadas ao veraneio, quase todas desertas e o terminal de barcaças da empresa Veracel Celulose.

A localização litorânea do município, reforçada pela baixa taxa de ocupação das praias e da vasta planície costeira fez com que o governo estadual inserisse Belmonte no planejamento para a atividade turística no Estado. Por conta da maior conectividade com Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, o município passou a pertencer à denominada “Costa do Descobrimento” (figura 34), mesmo possuindo maior proximidade cultural com os municípios da “Costa do Cacau”.

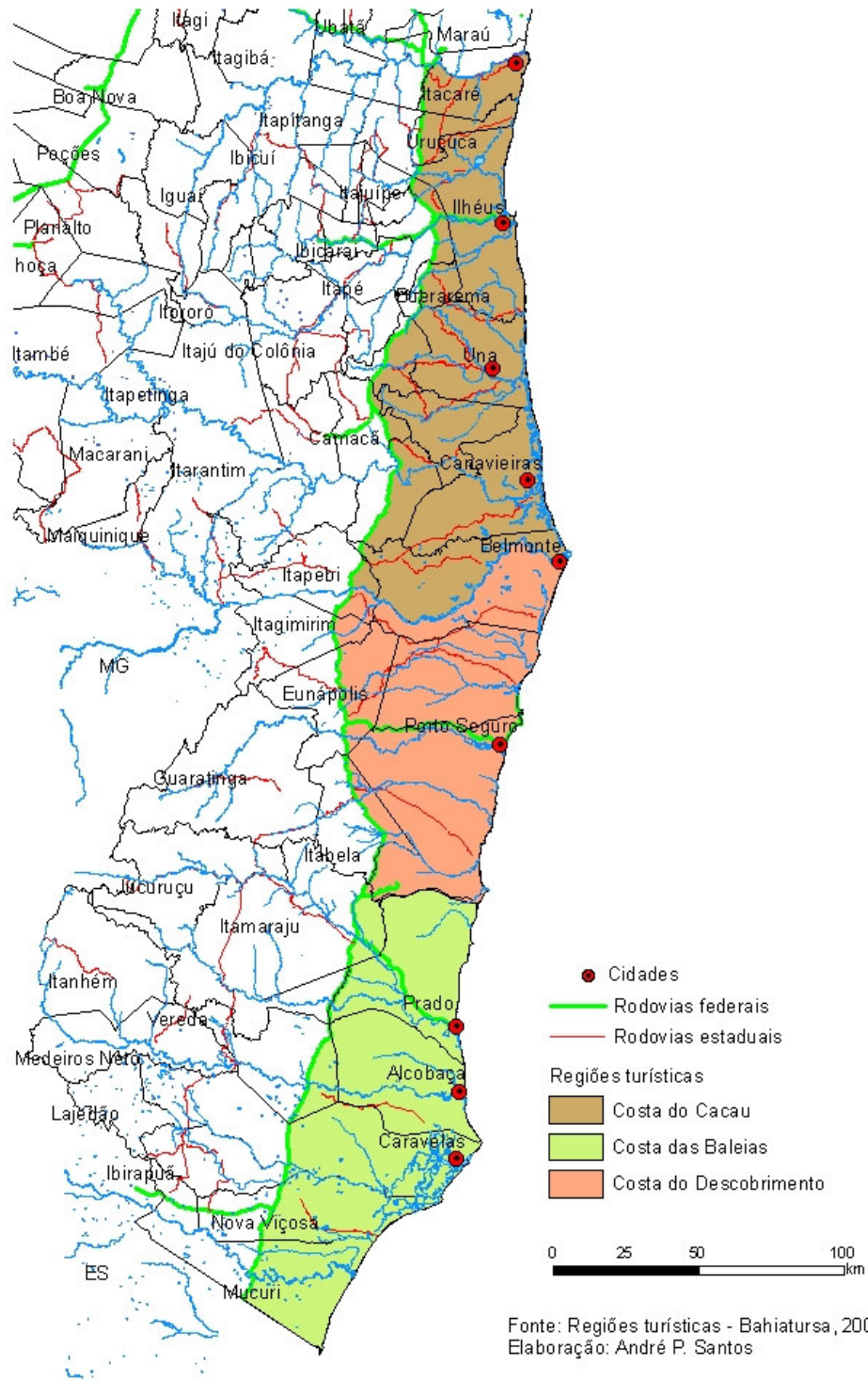
Burman e Queiroz, em 1996, afirmaram que o estabelecimento de uma malha viária poderia, junto com um modelo de planejamento adequado, proporcionar o desenvolvimento da atividade turística no município. Naquele ano, foram conduzidos os trabalhos para a pavimentação asfáltica da BA-001 entre Belmonte e Santa Cruz Cabrália.

O litoral é a porção do território de Belmonte que conta com melhores condições de acesso físico. Visitantes de outras regiões do Estado da Bahia e do Brasil precisam se deslocar até a cidade de Eunápolis, daí deixar a BR-101 e seguir até Santa Cruz Cabrália, pela BR-367, e então atravessar o rio João de Tiba, numa balsa motorizada, numa travessia de pelo menos trinta minutos, até a BA-001, que os levará até a cidade de Belmonte. Esta última rodovia, a BA-001, recebeu pavimentação asfáltica, em 1996, graças aos recursos do PRODETUR.

A criação de infra-estrutura básica prevendo um aumento na demanda pelo fornecimento de água e aumento na produção de lixo e esgoto, além da melhoria do acesso à cidade, através da BA-001, ainda não desencadeou aumento significativo no fluxo de turistas ao município.

Em 1996, quando Burman e Queiroz escreveram o artigo sobre municipalização do turismo, a condição periférica do município de Belmonte dentro da “Costa do Descobrimento” já estava plenamente estabelecida. Porto Seguro, segundo os autores, desde o início da década de 1980, havia se estabelecido como núcleo da atividade turística.

FIGURA 34: MUNICÍPIO DE BELMÔTE - LOCALIZAÇÃO TURÍSTICA



Entretanto, por estar localizado a cerca de 70 km de Porto Seguro, zona priorizada pelo PRODETUR, na década de 1990, Belmonte foi beneficiada por investimentos em infraestrutura advindos deste programa, como mostra a tabela abaixo.

TABELA 1
INVESTIMENTOS DO PRODETUR DIRECIONADOS AO MUNICÍPIO DE BELMONTE
– 1996 a 2002

PROJETOS	VALOR DA OBRA (US\$ mil)	ANO DE CONCLUSÃO
COSTA DO DESCOBRIMENTO	83.966	
Sistema de Abast. de Água Belmonte (contrapartida)	982	06/96
Rodovia Cabrália/Belmonte (contrapartida)	8.499	05/97
Sistema de Esgotamento Sanitário de Belmonte	2.994	08/01
Implantação da APA de Santo Antonio	118	09/02

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, 2006

Belmonte sofre o efeito polarizador do fluxo turístico da cidade de Porto Seguro. A freqüência de turistas de outras regiões do país é baixa. Não existem pacotes turísticos que envolvam o município e suas praias nos roteiros da “Costa do Descobrimento”; apenas turistas mais curiosos se deslocam até Belmonte, não permanecendo por mais de um dia antes do seu retorno a Porto Seguro.

Não existem muitas linhas de ônibus e a estrutura para o turismo no município é inexpressiva. O primeiro censo cultural da Bahia (Secretaria de Cultura e Turismo, 2006) catalogou 11 pousadas, a maioria funcionando com mão-de-obra familiar, todas de estrutura modesta e há apenas um restaurante de maior porte. O espaço turístico fica limitado ao distrito de Mogiquiçaba e à cidade (foto 20).

FOTO 20: MUNICÍPIO DE BELMONTE
PRAIA DO MAR MORENO E FOZ DO RIO PRETO EM MOGIQUIÇABA



Fonte: André P. Santos

Além destes problemas, as praias de mais fácil acesso apresentam alto grau de turbidez, em razão da grande quantidade de sedimentos transportada pelas águas do rio Jequitinhonha até o mar, e, a partir da sua foz, pelas correntes marinhas que margeiam a costa do município (figura 35).

A turbidez reduz o poder de atração de banhistas para as praias; entretanto, em Belmonte, a estrutura para o turismo acaba sendo o fator preponderante na atração dos banhistas, conforme análise do fluxo turístico em Belmonte.

Silva et al. (2003), em seu trabalho sobre a qualidade recreacional das praias da “Costa do Descobrimento”, identificou 25 segmentos praias conforme a figura 36, extraída do referido trabalho. Conforme consta nesta figura, os segmentos 1, 2 e 3 (figura 36) correspondem ao litoral de Belmonte, ao sul da foz do rio Jequitinhonha.

De acordo com Silva et al. (2003), as praias de Belmonte apresentam qualidade recreacional com índices que variam de médio (segmentos 1 e 3) e alto (segmento 2). Os segmentos 1 e 3, que apresentam os índices mais baixos de acordo com a avaliação dos referidos autores, em decorrência da turbidez das águas, são respectivamente os mais próximos à cidade e as próximas ao distrito de Mogiquiçaba.

FIGURA 35: MUNICÍPIO DE BELMONTE - SEDIMENTOS EM SUSPENSÃO NAS PRAIAS ADJACENTES À FOZ DO JEQUITINHONHA



Fonte: Google Earth, 2006

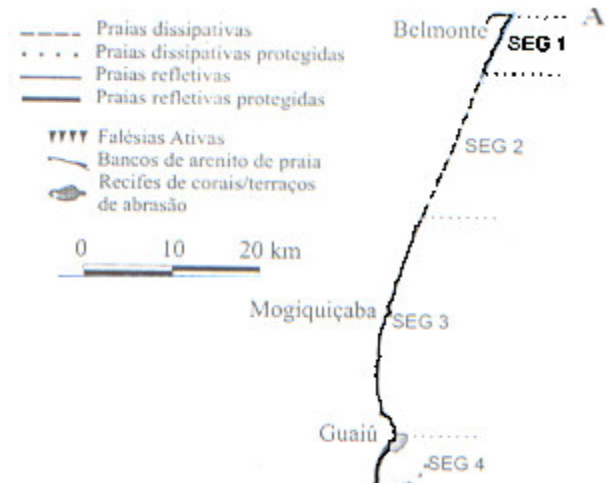
Estas praias, principalmente as do segmento 1, são as que contam com equipamentos voltadas para o turismo, como barracas e restaurantes, e, por este motivo, são as mais visitadas pelos turistas.

O segmento 2, de maior qualidade recreacional, conforme Silva et al. (2003), é dominado por chácaras e sítios, com poucas vias de de acesso e nenhuma estrutura física de apoio aos banhistas; apresentam menor fluxo turístico. Entre os segmentos 2 e 3, além dos sítios e chácaras, fica localizado o Terminal Marítimo de Belmonte.

O uso do solo no litoral ao sul da sede municipal é disciplinado pelo Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santo Antônio (figura 37). Criada em 1994 pelo Decreto estadual nº413, fica localizada entre os municípios de Santa Cruz Cabrália e Belmonte, entre as latitudes 15°53'15" sul e 16°16'31" sul e entre as longitudes 38°55'30" oeste e 39°03'57" oeste, tendo como limite norte a distância de 2,5 km da sede do município de Belmonte, e ao sul, a foz do rio João de Tiba, a leste o Oceano Atlântico, e, a oeste, uma distância de 5 km da linha de preamar.

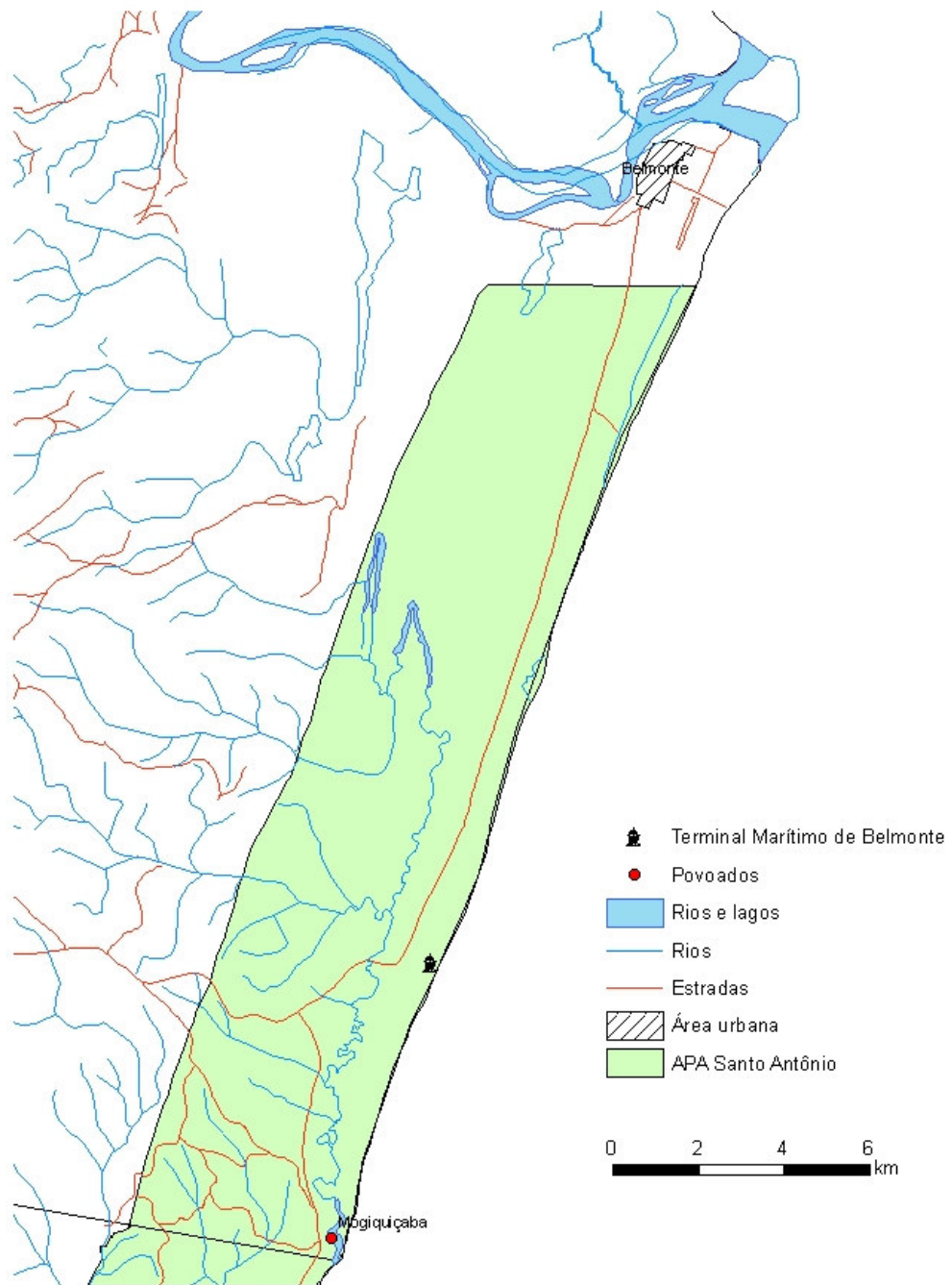
O decreto nº 413 determinou que a gestão da APA ficasse sob a responsabilidade da Empresa de Turismo da Bahia – BAHIA TURSA. Em 1999 a responsabilidade pela administração da Unidade de Conservação passou a ser do CRA (Centro de Recursos Ambientais) conforme determinado pelo Decreto estadual nº7.527. Embora a administração da APA seja de responsabilidade do governo do Estado, a maioria dos empreendimentos, de impacto local, é licenciada pela secretaria municipal de meio ambiente.

FIGURA 36: LITORAL DE BELMONTE
- SEGMENTOS DE PRAIA



Fonte: adaptado de Silva et al, 2003

FIGURAN37: MUNICÍPIO DE BELMOTE
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) SANTO ANTÔNIO



Fonte: Limites da Área de Proteção Ambiental Santo Antônio - CRA, 2006
Elaboração: André P. Santos

O conselho gestor da APA de Santo Antônio é formado por representantes das comunidades inclusas no perímetro da unidade, representantes dos setores produtivos, associações, entidades não governamentais e da administração pública, constituindo-se numa importante instância de discussão sobre questões relacionadas ao uso do espaço.

Em 2004, três propriedades ao sul da sede municipal, foram vendidas para empresários que não são do município e que, pela infra-estrutura (sistema de objetos) criada, serão destinadas a usos recreacionais voltados para a atividade turística. Uma dessas propriedades, a “Fazenda Ondina”, pertencente a um grupo de portugueses, já iniciou o processo de licenciamento de um grande hotel junto ao órgão estadual de Meio Ambiente. As outras duas, há dez quilômetros da cidade, ainda permanecem como meras propriedades rurais.

Esta nova tendência de apropriação da zona costeira, embora seja de baixa densidade e ainda insipiente, tem sido marcada por agressões sistemáticas (foto 21) a sistemas naturais que até então não haviam sido submetidos a intensos processos de derivação antropogênica, como as restingas (herbáceas, arbóreas e arbustivas), brejos e manguezais, além da rede de drenagem (rios e lagos dispersos ao longo do litoral, paralelo à linha da costa).

FOTO 21: LITORAL DE BELMONTE - INCENDIO EM ÁREA DE RESTINGA



Fonte: IBAMA, 2005

Grande parte do litoral de Belmonte e do município vizinho, Santa Cruz Cabralia, já pertence a imobiliárias que aguardam um melhor momento para explorá-las, terras que eram pequenas propriedades rurais e áreas pertencentes à União. As praias de Belmonte, desde o distrito de Mogiquiçaba até a cidade, exceto pela área do Terminal Marítimo, outrora espaço agrário, está a se transformar em reserva de mercado, pois, desde 2002, passaram a estar submetidas a um novo processo de especulação imobiliária.

O espaço litorâneo, ao norte do rio Jequitinhonha, também já foi alcançado pela especulação imobiliária decorrente da atividade turística. Em entrevista a um empresário local, foi relatado que um grupo de São Paulo, junto com um empresário do município, estava investindo em uma área no Canal do Peso. Estavam abrindo uma estrada na ilha formada pela abertura do canal. A obra foi paralisada por causa de uma ação judicial decorrente das reclamações de diversos proprietários de terra que teriam suas propriedades cortadas pela estrada.

A mudança no uso do solo no litoral de Belmonte faz parte de um processo observado ao longo de toda a “Costa do Descobrimento”. Com o esgotamento de espaços imobiliários para o turismo em Porto Seguro, como evidencia a evolução do preço da terra, principalmente entre Arraial D’Ajuda e Trancoso (distritos de Porto Seguro), o mercado imobiliário tem buscado alternativas nos municípios vizinhos (Prado, Santa Cruz Cabrália e Belmonte), trazendo para o mercado, o que Soja (2000) denominou de “espaços de reserva”.

5.3 Os novos atores da economia global

O geossistema “Novos Cultivos”, derivado do geossistema “Tabuleiros Florestados” (figura 20), diferencia-se dos demais por ser o geossistema pela concentração de florestas plantadas.

Com a decadência da pecuária e da atividade madeireira, um novo agente encontrou as condições necessárias para apropriar-se de uma grande extensão de terras e introduzir uma nova cultura responsável por

FOTO 22: MUNICÍPIO DE
BELMONTE
PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO



Fonte: IBAMA, 2005

um novo processo de homogeneização paisagística, a exemplo do que ocorrera na região cacauzeira. Representado apenas por três empresas, trazendo implicações como

concentração de terras e de renda, o eucalipto (foto 22) é hoje elemento predominante na paisagem regional.

A Veracel Celulose, através da aquisição de propriedades rurais e do fomento ao plantio de eucalipto em propriedade de terceiros, é a responsável pelas extensas áreas de eucalipto no município de Belmonte.

A empresa iniciou as suas atividades em Belmonte, entre 1999 e 2000, e desde então, em conjunto com o Estado, tem investido na produção de um sistema de objetos com obras de infraestrutura como o Terminal de Barcaças de Belmonte, a pavimentação da BA-275 e da estrada Ponto Central/Santa Cruz Cabrália, melhorias na

FOTO 23
FÁBRICA VERACEL CELULOSE EM EUNÁPOLIS



Fonte: VERACEL, 2005

estrada que liga a BR-367 (Porto Seguro) a Ponto Central e uma indústria para o beneficiamento da celulose (foto 23).

O sistema de objetos criado para a Veracel, cujo principal componente é a fábrica de beneficiamento de celulose, foi concebido para viabilizar o fluxo da produção e de pessoas envolvidas na produção da celulose desde o plantio até o escoamento da celulose por via marítima, pois, mesmo sendo uma atividade industrial, o empreendimento possui peculiaridades por se localizar na zona rural e sua força de trabalho na cidade.

Os principais componentes deste sistema de objetos são: a fábrica de beneficiamento de celulose (foto 23), a BA-275, que conecta a fábrica de celulose ao terminal de barcaças, pavimentada com asfalto em 2006, a estrada que faz a ligação da BR-367 com Ponto Central, povoado de Santa Cruz Cabrália próximo ao povoado de Barrolândia em Belmonte, que serve para o escoamento da colheita das plantações de eucalipto em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e o Terminal Marítimo de Belmonte

(foto 24), de uso privativo da Veracel, localizado a 60 km da fábrica, de onde a celulose é transportada até o Terminal Marítimo Portocel, no Espírito Santo, e de lá exportada para os mercados da Europa, Ásia e Estados Unidos.

Para efeitos tributários, a fábrica de celulose está legalmente localizada em Eunápolis, entretanto, mais de 90% das instalações físicas ficam no município de Belmonte. Este fato foi motivo de uma acirrada disputa entre os prefeitos de Eunápolis e Belmonte antes do início da construção da fábrica, em 2004.

A grande maioria dos funcionários da fábrica reside em Eunápolis e são transportados numa frota de ônibus terceirizada, pela BR-101, até Itagimirim e, a partir daí pela BA-689 até a fábrica. O número de funcionários que reside em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália não é de conhecimento público, entretanto, as obras de beneficiamento da estrada que liga o povoado de Ponto Central à sede do município de Santa Cruz Cabrália, aparentemente, está destinada mais ao fluxo de pessoas do que ao transporte da madeira destinada à produção da celulose, o que aponta a intenção da empresa em alojar parte dos seus funcionários nesses municípios.

As obras que estão sendo realizadas pelo DERBA facilitarão o acesso à fábrica eliminando a travessia de balsa na foz do rio João de Tiba. Trata-se de uma nova estrada que aproveita parte da Santo André/Ponto Central e que também contará com pavimentação asfáltica.

Em 2005, as obras para a pavimentação dessa estrada foram embargadas pelo IBAMA e pelo IPHAN, respectivamente, por ter suprimido áreas de Mata Atlântica sem anuência prévia (conforme decreto 750/93) e por não ter apresentado os estudos arqueológicos (fato que assume relevância por se tratar de área com histórico recente de ocupação indígena).

FOTO 24: TERMINAL MARITIMO DE BELMONTE



Fonte: IBAMA, 2005

Outras estradas em Belmonte, a exemplo da BA-282, que possibilitam o acesso ao povoado de Santa Maria Eterna e ao distrito de Boca do Córrego, sofreram melhorias no período da implantação dos plantios de eucalipto.

A inauguração da fábrica, em setembro de 2005, contou com a presença e o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mostrando a importância dada pelo Estado ao representante do capitalismo global. Esta importância não é dada apenas pelo governo federal, mas também pelo estadual.

Segundo a assessoria geral de comunicação social do governo do Estado da Bahia (AGECOM), os investimentos em infra-estrutura nos municípios de atuação da empresa são da ordem de 10 milhões de reais. Em Barrolândia, povoado mais próximo à fábrica, a empresa patrocinou a pavimentação e esgotamento sanitário, além dos investimentos no controle de tuberculose e a eliminação de hanseníase.

O povoado de Barrolândia tem se transformado num importante ponto de apoio para os empregados da empresa. Além dos bordéis, restaurantes, farmácias, pousadas, posto de combustível, outros estabelecimentos comerciais como oficinas mecânicas estão sendo abertos, nos últimos anos, por conta do incremento no fluxo de pessoas e dinheiro decorrente das obras de construção da fábrica e, mais recentemente, por conta das obras de pavimentação da BA-275.

Durante as obras de construção da fábrica, a população do povoado de Barrolândia dobrou com a instalação de um dos alojamentos construídos para abrigar os operários durante a construção da fábrica e, com o final das obras, abrigou os funcionários da ODEBRECHT que trabalharam nas obras da BA-275.

O grande problema decorrente da instalação da fábrica e da área de plantio de eucalipto está relacionado à escassez de trabalho no campo e concentração fundiária. Os assinantes da carta de Porto Seguro (2003) afirmam que as melhores terras agricultáveis continuam sendo ocupadas por plantações de eucalipto.

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE – (2004) afirma que a construção da fábrica de celulose representa um investimento de US\$ 1,25 bilhões de dólares, a maior obra privada no Governo Lula e com 50% de financiamento público.

Casas e currais derrubados e cercas desfeitas são elementos comuns nas áreas adquiridas pela empresa. Paisagem que atesta a extinção de postos de trabalho na zona rural e reforça o discurso dos movimentos sociais que reivindicam terras para reforma agrária.

O mapa da figura 6 mostra que o setor censitário 11, do distrito 15, onde se encontra a maior área de eucalipto, em Belmonte, possui um dos menores número de habitantes no município, ao contrário do setor 4 e 12, do mesmo distrito, onde ainda existem propriedades rurais com rebanho bovino e cultivo de cacauais.

Outro fenômeno decorrente da ação da empresa de celulose, no município, é o aumento do valor venal da terra. O trabalho realizado pelo IESB (1999) mostra que o preço médio por hectare das áreas hoje ocupadas por plantios de eucalipto, no município de Belmonte, ao longo da BA-275 e estradas próximas aos povoados de Santa Maria Eterna e Boca do Córrego, estava entre setecentos e vinte e cinco reais e um mil, cento e quarenta e um reais. Oito anos depois, este valor ultrapassou a cifra de cinco mil reais.

Em Belmonte, a área plantada, segundo informações extraídas da imagem de julho de 2005 do satélite CBERS, é de 23 mil hectares, formando um grande bloco ao longo da BA-275, entre Itapebí e Barrolândia, com 9 mil hectares, avançando, de forma cada vez menos fragmentada, em direção ao litoral do município, ocupando áreas antes destinadas à pecuária. O relatório de atividades da empresa, de 2004, informa que a área plantada, na Bahia, era de 67.267 ha, e que a área total de imóveis era de 149.807 ha.

Distritos e povoados também têm sido atingidos pela nova atividade, tendo o cotidiano alterado pelo contingente de forasteiros que trabalham no plantio e colheita do eucalipto. Parte da mão de obra designada para estas duas etapas da produção da celulose é recrutada entre os homens alfabetizados da região, o restante é proveniente de Eunápolis onde as empresas responsáveis estão instaladas. As pequenas localidades da zona rural acabam se transformando em centros de abastecimento e dormitórios temporários para os trabalhadores do eucalipto, a exemplo de Santa Maria Eterna (foto 25) e Barrolândia.

Os agentes que promoveram as derivações que resultaram no geossistema Novos Cultivos representam um forte vetor de homogeneização do espaço geográfico entre o povoado de Santa Maria Eterna e o distrito de Boca do Córrego, e em direção ao município de Canavieiras, às terras ocupadas pela pecuária, claramente em decadência na região.

O processo de derivação, responsável por este geossistema, deve alcançar todo o geossistema primitivo “Tabuleiros Florestado”, permanecendo apenas as plantações de cacau como testemunho do geossistema derivado Cultivos Tradicionais.

Além disso, um antigo e até então esquecido projeto de decreto da Assembléia Legislativa da Bahia, o de número 1957 de 1990, que prevê a realização de um plebiscito para a emancipação do distrito de Barrolândia foi desenterrado e existem especulações, por parte da imprensa regional, de que a empresa de celulose estaria por trás deste movimento emancipatório.

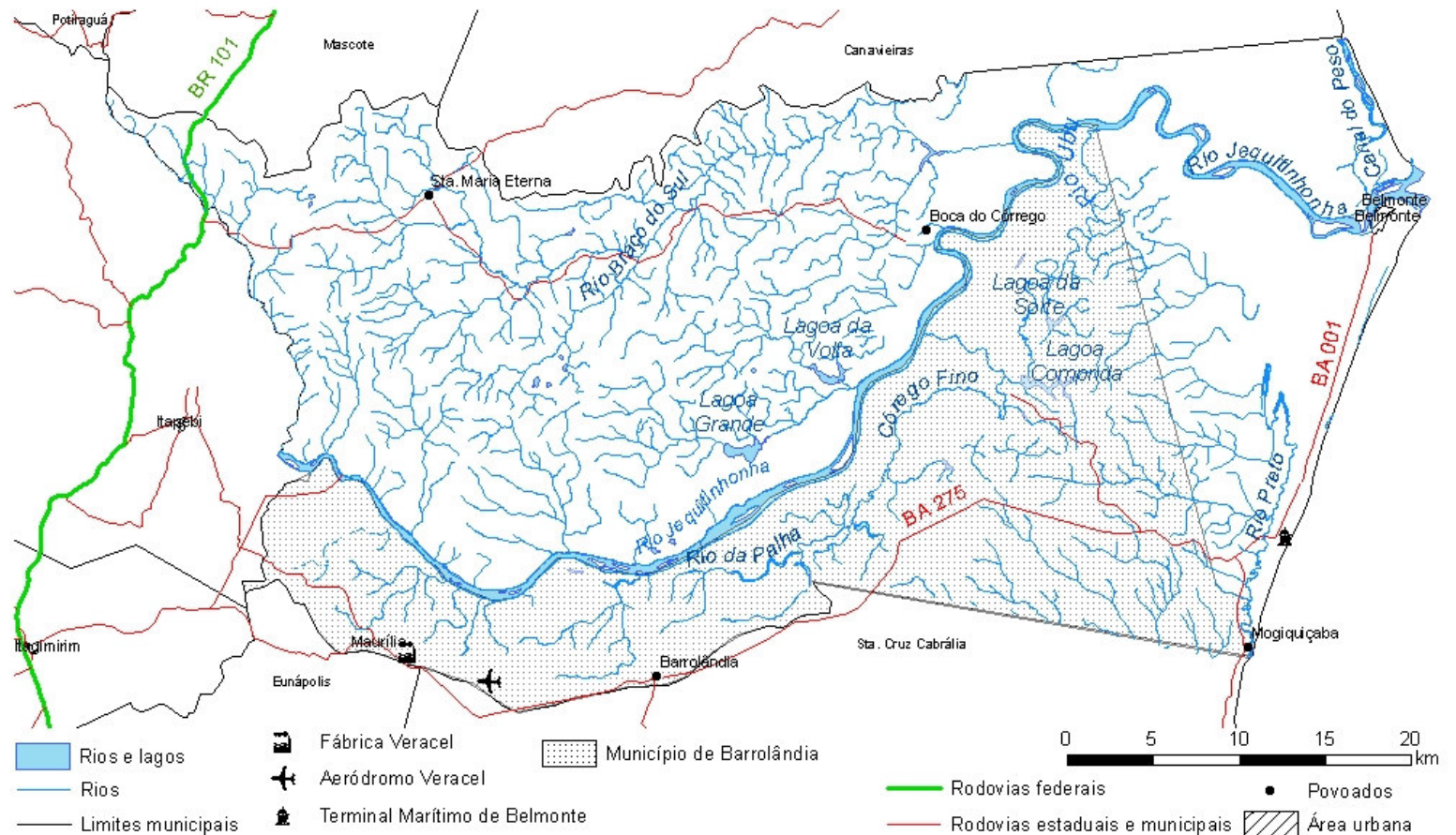
Caso a proposta seja aceita, conforme descrição dos limites deste novo município contido no projeto (figura 38), Belmonte perderia todas as terras agricultáveis ao sul do Jequitinhonha, onde estão localizados os plantios de eucalipto e mamão e as áreas de pastagens, perdendo, pelo menos, 5.000 habitantes, conforme setores censitários (IBGE, 2003). A concretização deste projeto traria um maior poder sobre o território para a empresa de celulose que passaria a ser dona de quase 100% da área do novo município.

FOTO 25: MUNICÍPIO DE BELMONTE
CENTRO DE SANTA MARIA ETERNA



Fonte: André P. Santos

FIGURA 38: LIMITES PROPOSTOS PARA O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA



Fonte: Município de Barrolândia - Projeto de Decreto legislativo nº 1957 de 1990; Empreendimentos Veracel - Imagem CBERS II de junho de 2005.
 Elaboração: André P. Santos

5.4 O paradigma ambientalista: a contra racionalidade

O movimento ambientalista existente no sul e extremo-sul da Bahia, fundamentado no discurso de ecólogos como Wilson (1988) de que a perda de biodiversidade é um dos mais graves problemas ambientais do planeta e que esta perda está diretamente relacionada à destruição de *habitats*, tem defendido a tese de que “mesmo com todas as dificuldades, áreas protegidas são o melhor instrumento para a conservação da biodiversidade”. Este ponto de vista consta do trabalho apresentado, em 1982, no III Congresso Mundial de Parques, realizado em Bali (TIMMERS et al., 2002).

A lei 9.985, de junho de 2000, define, em seu artigo 2º, unidades de conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O artigo 7º dessa mesma lei define os grupos e as categorias de unidade de conservação e seus objetivos:

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Diante das definições legais, o Estado da Bahia e o Movimento ambientalista adotaram estratégias diferenciadas. O governo estadual adotou como política territorial para os espaços reservados ao turismo a criação de áreas de proteção ambiental (APA). Em toda a Bahia existem 27 unidades de conservação dessa modalidade, criadas entre 1991 e 2001 (CRA, 2006).

Mesmo sendo uma modalidade de unidade de conservação prevista na lei, a APA não é vista como o modelo mais eficiente de gestão ambiental pelo movimento ambientalista na Bahia.

Em junho de 2002, sob o forte argumento de que restava apenas 8% da área original do bioma Mata Atlântica no Estado Bahia, e que grande parte dos remanescentes florestais está localizada no extremo sul do Estado, as Organizações não Governamentais Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do sul da Bahia (IESB), de Ilhéus, a Flora Brasil, de Itamaraju, e a Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, do sudeste do país, lançaram, em conjunto, um relatório propondo a ampliação da rede de unidades de conservação no sul e extremo sul do Estado (TIMMERS et al., 2002).

O relatório propõe a criação de 8 novas unidades de conservação, além da ampliação das já existentes. Das oito novas unidades de conservação propostas pelo relatório mencionado, três estão localizadas no município de Belmonte. Uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN) na fazenda Taquara, um antigo plano de manejo florestal (ver anexo 4) à margem do Jequitinhonha, próximo à Santa Maria Eterna; um parque nacional (PARNA) denominado de Parque Nacional de Belmonte que, junto com a Reserva da Vida Silvestre (REVIS) de Santo Antonio, recobrem a quase totalidade do geossistema derivado “Bordas Florestadas”.

Com base na proposta apresentada nesse relatório, o Ministério do Meio Ambiente publicou, em dezembro daquele ano (2002), a portaria 506, reconhecendo as áreas indicadas pelo relatório como prioritárias para a criação de novas unidades de conservação federais, contemplando o município de Belmonte com a indicação de duas

áreas, uma correspondente à proposta de RPPN da Taquara e outra correspondente ao Parque Nacional de Belmonte e à Reserva da Vida Silvestre de Santo Antonio, elevando-as à condição de ASPEs - áreas sob proteção especial (figura 39), impondo restrições ao uso do solo.

Entre as restrições impostas pela portaria 506, as contidas em seu artigo 4^o, que proíbem a implantação de novos plantios de espécies exóticas, representam uma clara tentativa de conter o avanço das plantações de eucalipto. Esta restrição incidiu diretamente sobre o território de Belmonte, pois a ASPE de Santo Antonio/Belmonte está localizada no principal vetor de expansão do eucalipto em Belmonte.

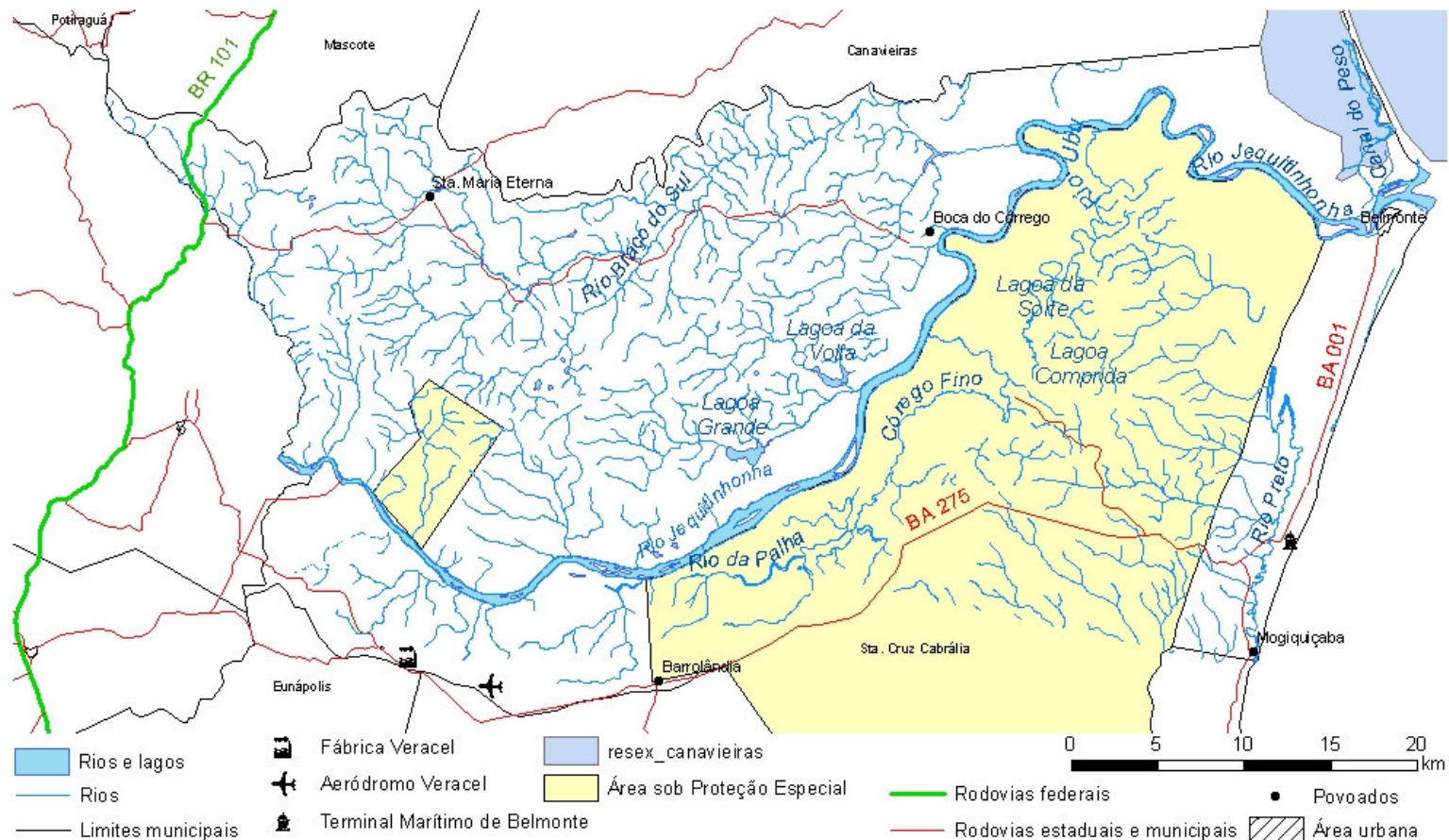
No início de 2005, foi formado um grupo de trabalho contratado pelo Ministério do Meio Ambiente para estudos mais aprofundados sobre cada uma das áreas apontadas no relatório das ONGs. Para a criação dessas duas novas unidades de conservação, este grupo de trabalho deverá apontar alternativas para os sérios problemas decorrentes da provável criação dessas unidades.

No entorno da ASPE Belmonte/ Santo Antônio, encontra-se grande parte dos plantios de eucalipto e sua área de expansão. O programa de fomento florestal da empresa de celulose teve que vedar, por conta das restrições da portaria 506 do Ministério do Meio Ambiente, o financiamento em propriedades localizadas dentro do perímetro da ASPE, ocasionando uma desvalorização do preço da terra.

A BA-275, a principal via de acesso de Belmonte à BR-101, recentemente pavimentada, corta esta área, e por conta de conectar a fábrica de celulose ao terminal de barcaças, há nesta rodovia um fluxo intenso de caminhões realizando o transporte da celulose da fábrica ao terminal.

Esta área possui uma grande concentração de piaçavais nativos, que é a base econômica de grande parte da população urbana e rural do distrito de Mogiquiçaba. A exploração deste recurso é feita por trabalhadores autônomos, meeiros em propriedades particulares. A criação de uma unidade de conservação de proteção integral como fora proposta pelo relatório eliminaria esta atividade econômica extrativista.

FIGURA 39: MUNICÍPIO DE BELMONTE - ÁREAS SOB PROTEÇÃO ESPECIAL (ASPE)



Fonte: Município de Barrolândia - Projeto de Decreto legislativo nº 1957 de 1990; Empreendimentos Veracel - Imagem CBERS II de junho de 2005.
Elaboração: André P. Santos

Além da lógica mais evidente em uma proposta de criação de unidades de conservação de proteção integral, que é a proteção de habitats e espécies ameaçadas de extinção por conta de ações humanas, a perda de hegemonia do poder político municipal sobre a gestão de seu território traduz uma outra lógica de aspectos contidos na lei 9.985.

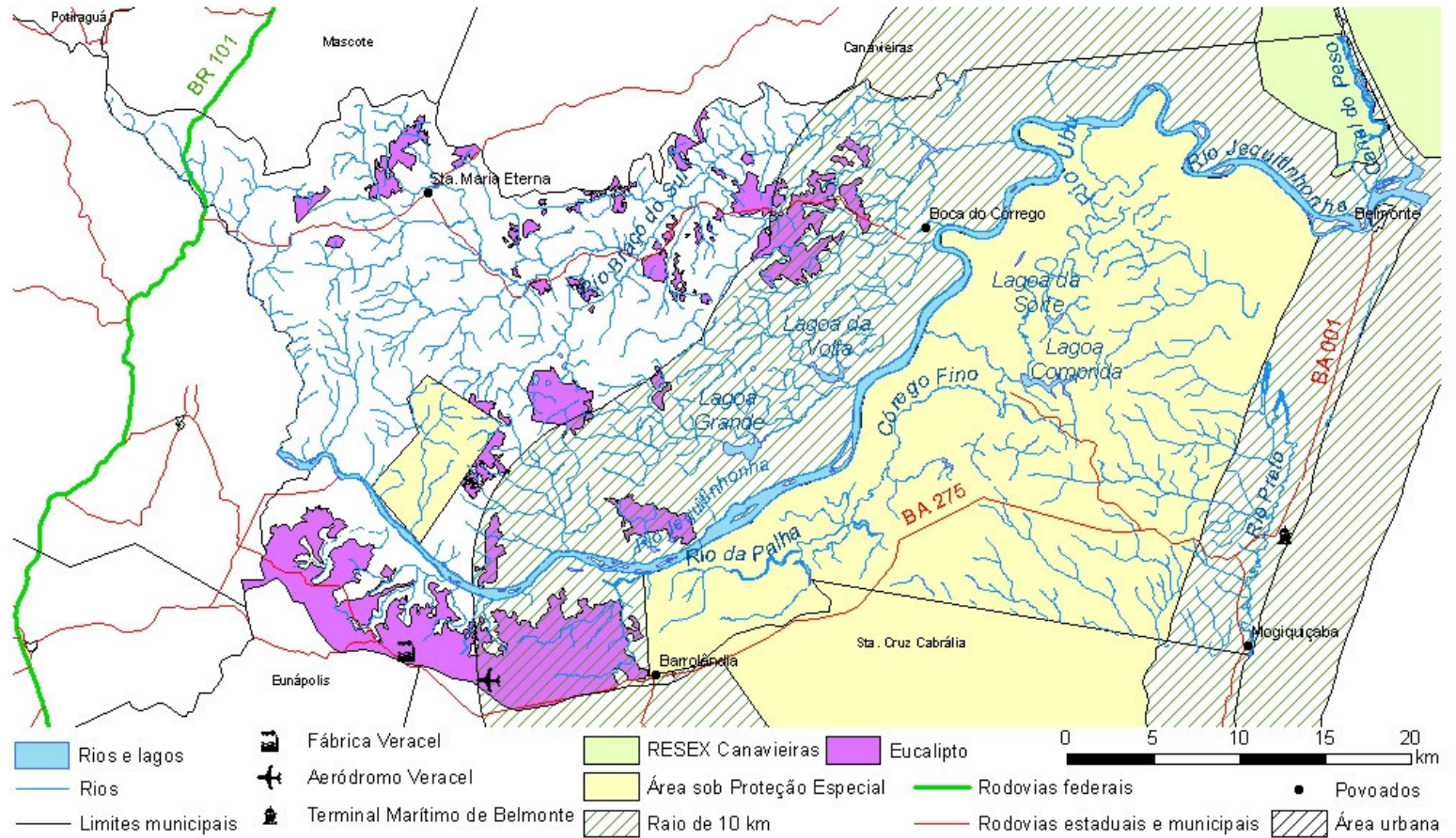
Com a criação de uma unidade de conservação de proteção integral, que é o caso das unidades propostas para a ASPE Belmonte/Santo Antônio, além da área da unidade, num raio de 10 km do seu entorno da unidade (figura 40), qualquer atividade considerada fator de risco para a integridade da unidade de conservação, para ser implantada, necessitará da aprovação do órgão gestor da unidade.

Na maioria das vezes, a decisão quanto ao que pode ou não pode é materializado na figura do chefe da unidade, de modo que grande parte do território municipal não será gerida pelo representante político eleito pelo voto direto dos habitantes do município, mas, sim, por alguém indicado por critérios técnicos ou por interferências políticas alheias aos anseios da população local.

A forte influência do movimento ambientalista sobre o atual governo federal, além de reforçar a preocupação do Estado com a manutenção dos poucos remanescentes florestais da Mata Atlântica, devido à legislação vigente, tem também efeitos territorialistas sobre municípios como Belmonte, somente contestado por agentes externos, como as grandes empresas de capital internacional.

Na luta entre ambientalistas e os grandes capitalistas, a exemplo da indústria de celulose, em Belmonte, cidadãos locais pousam como expectadores sem nenhum nível relevante de protagonismo social.

FIGURA 40: MUNICÍPIO DE BELMONTE - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE INFLUÊNCIA



Fonte: Município de Barrolândia - Projeto de Decreto legislativo nº 1957 de 1990; Empreendimentos Veracel - Imagem CBERS II de junho de 2005.
 Elaboração: André P. Santos

6 CONCLUSÃO

Identificar padrões é o objetivo de estudos sistêmicos e foi isto que este trabalho buscou, desde a escolha da vegetação como síntese das interações entre as diversas variáveis ambientais, ao processo de apropriação da natureza, expresso através da produção do espaço geográfico.

A escolha de uma metodologia baseada na observação da paisagem e na busca de testemunhos foi fundamental para entender os relacionamentos existentes entre elementos naturais e atividade humana.

Os resultados apresentados neste trabalho mostram que a apropriação da natureza e a produção do espaço pela sociedade assumiram diferentes padrões no decorrer da história regional. As mudanças de padrões revelaram momentos distintos na produção do espaço. A princípio apresentaram um comportamento seqüencial com a prevalência do novo padrão desencadeado pela nova atividade econômica (exemplo das derivações que ocorreram no geossistema “Costeiro”, especialmente no estuário do Jequitinhonha; no geossistema “Planície Florestada” com o cultivo do cacau; e, no geossistema “Tabuleiros Florestados” com a expansão da pecuária), e, contemporaneamente, com a coexistência de padrões diferenciados (exemplo da expansão do eucalipto no geossistema “Tabuleiros Florestados” e as mudanças no uso do solo, no geossistema “Costeiro”, promovidas pela atividade turística).

A história que perpassa todos os momentos do desenvolvimento do município mostra uma motivação que esteve presente todo o tempo como pano de fundo das horizontalidades em Belmonte: a tentativa de vencer o isolamento e a integração ao desenvolvimento regional. Como berço do cultivo do cacau, dos frutos de ouro, Belmonte viu o crescimento de Ilhéus e Itabuna, presenciou o desenvolvimento de antigos distritos, como Itapebi, com a abertura da BR101, e sempre quis fazer parte destes processos.

A abertura das estradas seminais da lavoura cacaeira, a construção da estrada Itapebi/Belmonte (BA-275), a abertura do Canal do Peso, são exemplos de ações que revelam esta motivação da busca pela integração.

A história também revela a importância do Estado na indução do processo de produção do espaço, principalmente no que se refere à criação de infra-estrutura e no fomento às atividades econômicas, constituindo-se no principal vetor de verticalidades existente na região. Foi assim com a lavoura cacaueteira através da CEPLAC, e é assim hoje, com o patrocínio da atividade turística, através de financiamentos com recursos do PRODETUR, e o financiamento da indústria de celulose e da implantação da infra-estrutura necessária para escoar a produção de celulose, como a pavimentação da BA-275.

A apropriação do discurso do turismo como a alternativa econômica para o município pelos políticos regionais traz subsídios para projeções de cenários onde o geossistema “Costeiro” apresentará um maior grau de derivação, pois, o modelo de desenvolvimento turístico que está a ocorrer, no município, não difere dos de outras localidades que exploraram intensamente todos os seus recursos paisagísticos e culturais, promovendo uma onda intensa de degradação ambiental, mesmo com a existência de uma unidade de conservação, a exemplo da APA Santo Antonio.

Quanto à tendência de interiorização das atividades econômicas, esta não se encontra substituída pela tendência expressa pelo turismo de trazer de volta ao litoral a maior intensidade das atividades humanas, visto que, o cultivo do eucalipto ainda se encontra em expansão, e ainda existem muitas áreas adequadas para o referido cultivo, principalmente entre os povoados de Santa Maria Eterna e Boca do Córrego.

A dependência dos rios, que se estendeu ao longo da história, prevalece hoje, não só pela população mais carente que retira dos rios e mangues seu sustento, mas ainda pelos muitos proprietários rurais que utilizam o rio como via de escoamento das roças de cacau.

A importância dos rios para o município prevalece dentro das possibilidades de desenvolvimento do turismo, como via de acesso às antigas fazendas que contam o início da cultura do cacau na Bahia e no transporte de turistas, que através dos rios e canais litorâneos entram em contato com paisagens, entre Belmonte e Canavieiras, que se diferenciam do restante do litoral baiano. Além disso, o aumento do fluxo turístico faz aumentar a demanda por caranguejos e outros mariscos típicos da região, alimentando

a cadeia produtiva que tem o operário desempregado por conta da crise do cacau e os desempregados urbanos como base da força de trabalho.

A edição de normas legais, principal instrumento do Estado no ordenamento do uso do solo, a exemplo do decreto 750/93, não assegurou o fim da atividade madeireira nem tão pouco extinguiu a prática do desmatamento e sim, de forma indiscriminada, aboliu os planos de manejo florestal que, em Belmonte, constituíram um modelo de exploração sustentável da floresta.

Apesar da contenção da pecuária pelo incremento da indústria de celulose, a extração de espécies nativas para a construção civil e a produção criminosa de carvão vegetal tem representado um padrão de derivação com péssimos índices de qualidade ambiental, associado à pobreza e à degradação da natureza humana com indivíduos confinados em acampamentos improvisados ao lado dos fornos de carvão, sem nenhum tipo de assistência de empregadores e nem tão pouco do Estado.

A coexistência de padrões de comportamento diferenciados é expressa dessa forma pelo número de geossistemas derivados existentes no município. Ao todo foram identificados nove diferentes geossistemas derivados dos quatro geossistemas primitivos.

O estudo mostrou que a investigação de como se deu o processo de produção do espaço geográfico é capaz de revelar as motivações que desencadearam as derivações antropogênicas. Estas motivações revelaram padrões de comportamento da sociedade frente à apropriação da natureza.

7 REFERÊNCIAS

AGRA FILHO, S. S.; VIEGAS. **Planos de gestão e programas de monitoramento costeiro**: Diretrizes de elaboração. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1995. 85p.

ALMEIDA J. et al. **Planejamento ambiental**: Caminho para a participação popular e gestão ambiental para o nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex.Editora; Biblioteca Estácio de Sá, 1999. 176p.

AOUAD, M. **Projeto Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália** : clima. Salvador: CPRM: Prefeituras Municipais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, 1998. v. 1, 47p.

ASMAR, S. R. **Economia da microregião cacauzeira**. Itabuna: Colorgraf, 1985. 106p.

BAHIA. Centro de Estudos e Informações (CEI). **Qualidade ambiental na Bahia: Recôncavo e regiões limítrofes**. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (CEPLANTEC), 1987. 48p.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Diretoria de Desenvolvimento Florestal. **Política florestal do Estado da Bahia. Lei nº6.569 de 17 de janeiro de 1994. Decreto nº 6.785 de setembro de 1997**. Salvador: DDF, s.d. 62 p..

_____. Secretaria de Cultura e Turismo. 1º **Censo Cultural da Bahia**. Disponível em http://www.censocultural.ba.gov.br/ccb_municipios_interna.asp?MunID=117. Acesso em 15 janeiro 2007.

BAHIATURSA. **Plano de manejo**. Área de Proteção Ambiental Santo Antônio. Salvador: Bahiatursa, 1990. 56p.

BARRETO, M. L. Desenvolvimento sustentável: uma abordagem conceitual. **ARCHÉ**, v. 8, n. 25, p. 245-270, 1999.

BENEVIDES, I. Por uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. cap. 2, p. 23-41.

_____. **Turismo e PRODETUR**: dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998. 163p.

BONDAR, G. Terras do Cacau no estado da Bahia. **Correio Agrícola**, v. i, n. 11, p.293-304, 1923.

BRASIL. **Estratégias para gestão ambiental da Costa do Descobrimento**. Brasília: IBAMA, 2000. 65p.

BRASIL. **Projeto Costa do Descobrimento**: Avaliação da potencialidade Mineral e Subsídios Ambientais para o Desenvolvimento Sustentado dos municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Prado: Dominguez J. M. L. (Org.). Salvador: Convênio: CBPM/CPRM – CBPM/UFBa-CPGG/LEC, 2000.

BURMAN, G.; QUEIROZ, L. A Municipalização turística: os exemplos de Porto Seguro e Belmonte. **Conjuntura & planejamento**. SEI: Salvador. n. 30, p. 14-17. nov. 1996.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996. 256p.

CARLOS, A. “Novas” contradições do espaço: DAMIANI, A.; CARLOS, A.; SEABRA, O. (Org.). **O espaço no fim do século**: a nova realidade. São Paulo: Contexto, 1999. cap. 4, p. 62-74.

CASTELLS, M.; Tradução: MAJER, R. V. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

CIMI. 50 caminhões da Veracel Celulose retidos na BR-101 só serão liberados após reunião com o presidente da Funai. **CIMI**. Brasília, 19 jun. 2004. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=630&eid=342>. Acesso em: 10/10/2005.

CNUMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FVG, 1991. 430p.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política de conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica**. Reserva da biosfera da Mata Atlântica. São Paulo, 1999. 30p.

CORRÊA, M. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 96p.

CRA. Sistema estadual de informações ambientais – SEIA. **Tabela de APAS**. Disponível em: www.seia.ba.gov.br/apa/tabela_apas/template02.cfm. Acesso em 13 set. 2006.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.

DEROCK, D. **Fotografias de Belmonte**. 6 fotografias, color. Disponível em: <http://www.belmontebahia.com/>>. Acesso em: 5 jan. 2007.

DINIZ, J. A. F, DUARTE, A. C. **A região cacauieira da Bahia**. SUDENE, Pernambuco, 1983. 103p.

DOMINGUEZ, J. M. L. **Evolução Quartenária da planície costeira associada à foz do rio Jequitinhonha-Ba**: influência das variações do nível do mar e da deriva litorânea de sedimentos. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências - área de Geologia) - Universidade Federal da Bahia.

FASE. Veracel Celulose: Stora-Enso promovendo a sustentabilidade no Brasil? **FASE**, rio de Janeiro, 5 set. 2005. Disponível em: <www2.fase.org.br/regionais.asp?>. Acesso em: 10 set. 2005.

FERREIRA, M. C. Modelagem cartográfica aplicada a mapeamentos de susceptibilidade a danos ambientais: um ensaio no SIG Idrisi. **Geociências**, São Paulo, v.15, n 2, p. 485-502, 1996.

FIRMINO, H. Responsabilidade social: Um exemplo chamado Veracel. **Jornal do Brasil – JB Online**, 4 nov. 2005 Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/jb_ecologico/2005/11/03/jorjbe20051103015.html>. Acesso em: 11 nov. 2005

GARCEZ, A. N. R; SOUZA, H. R. **Diagnóstico socioeconômico da região cacauieira**. História econômica e social, v. 8, Rio de Janeiro: Convênio IICA/CEPLAC, 1976. 147p.

GOUVÊA, J. B. S.; SILVA, L. M. A.; HORI, M. **Diagnóstico socioeconômico da região cacauieira**: Recursos florestais, v. 7, Rio de Janeiro: Convênio IICA/CEPLAC, 1976. 246p.

GUERRA, A. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 394p.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico/Geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 446p.

IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 92p.

_____. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. **Tabela 1613** – quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida da lavoura permanente, 1991-2004. Disponível em: <<https://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listab/.asp?c=1613&2=t&0=4&i=p>>. Acesso em: 15 setembro 2006.

_____. **Censo Demográfico 2000**: agregado por setores censitários dos resultados do universo. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

JEKINS Jr. R. E. Gerenciamento de informação para a conservação da biodiversidade. In: WILSON, E. O. (Org.), SANTOS, M.; SILVEIRA, R. (trad.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Cap. 27, p.292-302.

LANDAU, E. C.; HIRSCH, A.; MUSINSKY, J. Cobertura Vegetal e Uso do Solo do Sul da Bahia - Brasil, escala 1:100.000, data dos dados: 1996-97 (mapa em formato digital): Prado P.I.; Landau E.C.; Moura R.T.; Pinto L.P.S., Fonseca G.A.B., Alger K. (Org.) **Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia**. CD-ROM, Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP, 2003.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 231p.

LEITE, C. Uma análise sobre o processo de organização do território: o caso do zoneamento Ecológico- econômico. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 67-90, jul./set., 1991.

LEITE, J. O. **Diagnóstico socioeconômico da região cacaueira**: Dinâmica de uso do solo, v. 3, Rio de Janeiro: Convênio IICA/CEPLAC, 1976. 280p.

LOBÃO, D. et al. **Cacau-cabruca: um modelo sustentável de agricultura tropical**. CEPLAC, 1997. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/sistema_agro.htm> Acesso em: 15 jan. 2006.

MARRUL FILHO, S. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Brasília: IBAMA, 2003. 148p.

MAY, P.; ROCHA, R. O sistema agrosilvicultor do cacau-cabruca In: Lopes, I.V.; Bastos Filho, G.S.; Biller, D. & Bale, M. (Orgs.) **Gestão ambiental no Brasil**: experiências e sucessos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 1996. p. 35-62.

MEDEIROS, J. **Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais**: tecnologias de apoio à gestão do território. 1999. 221p. Tese (Doutorado em Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

MENDONÇA, J. R.; SILVA L.; THOMAS, W. **45 anos de desmatamento no sul da Bahia**. Ilhéus: CEPEC, 1994.

MONTEIRO, C. Derivações antropogênicas dos geossistemas terrestres no Brasil e alterações climáticas: perspectivas urbanas e agrárias ao problema de elaboração de modelos de avaliação. In: SIMPÓSIO A COMUNIDADE VEGETAL COMO UNIDADE BIOLÓGICA, TURÍSTICA E ECONÔMICA, 1, 1978, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 1978 (Publicação ASSEIS N. 15), p. 43-76.

_____. **Geossistemas**: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000. 127p.

MONTEIRO, C. A abordagem ambiental na geografia: possibilidades na pesquisa e limitações do geógrafo ao monitoramento. **R.RA EGA**, Curitiba. n 3, p. 9-17,1999.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec,1994. 100p.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec/EDUSP. 1999. 229p.

MORAES, M.; FOREST, C. Áreas de ocupação e restrições ao uso do solo urbano na estância de Campos do Jordão (SP): subsídios ao planejamento urbano. **Geografia**, Rio Claro, v. 25, n. 3, p. 73-84, 2000.

MOREIRA, M. C. **Belmonte, Bahia**: identificação e documentação de seu patrimônio urbano e arquitetônico. 2004. Monografia (Especialização em arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais.

MYERS, N. Florestas tropicais e suas espécies – sumindo, sumindo...?: In: WILSON, E. O. (Org.), SANTOS, M., SILVEIRA, R. (trad.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Cap. 3, p. 36-45.

NASCIMENTO, I. A. **Carcinocultura**: problema ou solução? Disponível em: <<http://www.biologia.ufba.br/labiomar/artigos.html>>. Acesso em: 12 jan. 2005.

NUNES, D. A participação popular no processo de planejamento: aspectos metodológicos. In: **Conjuntura & Planejamento**. SEI: Salvador. n 65, p. 23-25. out. 1999.

OGATA, M. **Macrozoneamento costeiro**: Aspectos metodológicos. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1995. 26p.

PEDREIRA, P. T. **Pequeno dicionário dos municípios baianos**. Santo Amaro: 1981. 165p.

PRADO, P. I. **Corredor Central da Mata Atlântica**. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CRA, 2001.

PONTES, B. A ciência geográfica e o desafio da questão natureza/sociedade. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.119, n. 21 e 22, p. 29- 43, jan./dez., 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. **Carta de Porto Seguro**. Disponível em: <<http://www.desertoverde.org/carta03.htm>>. Acesso em: 11 out. 2005.

ROSS, J. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 85p.

ROCHA FILHO, Carlos A. **Estudo das potencialidades de irrigação para o extremo sul da Bahia**. Ilhéus: CEPLAC, 1988.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997. 199p.

SANTIAGO, L. **O vale dos boqueirões**: história do Vale do Jequinhonha – Litoral. Apostila, 1996?.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985. 88p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 384p.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro : Record, 2001. 174 p.

SANTOS, R. L. **O uso do processamento digital de imagens do sensor Advanced Spaceborne Thermal Emission and Reflection Radiometer (ASTER) na identificação de horizontes coesos em solos dos Tabuleiros Costeiros da Bahia**. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/aleph/por/usp/usp/prod/full/1492863>>. Acesso em 12 jan 2007.

SEI. **Municípios em síntese – Mapa**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/municipio/index_mun_mapa.php#>. Acesso em: 12 jan. 2007.

SILVA, B.; SILVA, S. **Elaboração de projeto de pesquisa em geografia**: uma orientação, 2. ed. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.

SILVA, J. Espaço e contradições: DAMIANI, A.; CARLOS, A.; SEABRA, O. (Org.). **O espaço no fim do século**: a nova realidade. São Paulo: Contexto, 1999. Cap. 2. p. 42-47.

SILVA. I. R. **Praias da Costa do Descobrimento**: uma contribuição para a gestão ambiental. 2000. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal da Bahia.

SILVA. I. R.; BITTENCOURT, A. C. S. P.; DOMINGUE, J. M. L.; SILVA. S. B. M. Uma contribuição à gestão ambiental da Costa do Descobrimento (litoral sul do estado da Bahia): avaliação recreacional das praias. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 397- 414, set./dez. 2003.

SILVEIRA, M. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: Rodrigues, A. (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000. cap. 7.p. 87-98.

SINDIFER. **Relatório de Atividades**. Belo Horizonte, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

SOJA, E. **Geografias Pós- Modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324p.

SOUSA, A. P. **Tensões do tempo**: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado. Ilhéus: Editus, 2001. 221p.

SOUZA, H. R. **Diagnóstico socioeconômico da região cacauzeira** Estrutura agrária, v. 14, Rio de Janeiro: Convênio IICA/CEPLAC, 1976. 75p.

SOUSA, M. E. A. Pesquisa sobre o turismo receptivo na cidade de Canavieiras- BA – ano de 1998 (Alta e baixa estação). **Conjuntura & Planejamento**, SEI. Salvador, n. 65, p. 6- 10, out., 1999.

SOUZA, M. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. p. 77- 116.

SOUZA, M. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. **Turismo e desenvolvimento local**, 2. ed., São Paulo: Hucitec, 2000. Cap 1, p. 17- 24.

_____. Ecologia da paisagem: da geografia para ciência interdisciplinar. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 1, p. 103-108, 2001.

TIMMERS, J, MESQUITA, C. A. B, PINTO, L. P. S. **Ampliação da rede de unidades de conservação de proteção integral no sul e extremo sul da Bahia**. Ilhéus: IESB, 2002.

WILSON, E. O. A situação atual da diversidade biológica: WILSON, E. O. (Org.), SANTOS, M., SILVEIRA, R. (trad.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Cap. 1, p. 3-26.

VERACEL. **Notícias Veracel**. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/br/sócios/noticias/veracel092805.htm>>. Acesso em 30 set. 2005.

VERACEL. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/web/pt/perfil/historico.html>>. Acesso em 10 out. 2005.

8 ANEXOS

ANEXO 1: MUNICÍPIO DE BELMONTE - AUTORIZAÇÃO PARA DESMATAMENTO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - IBDF		AUTORIZAÇÃO PARA DESMATAMENTO 2-012/91/RE/BA	
NOME DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL FAZENDA TRÊS LAGOAS LTDA.	CÓDIGO 27.835.594/0002-98		
ENDEREÇO FAZENDA SÃO JOSÉ DO TRIUNFO			
CIDADE BOCA DO CORREGO	ESTADO BELMONTE	ÁREA 45.800	UF BA
AUTORIZAÇÃO (LOCAL, DATA) 08.08.92	DENOMINAÇÃO DO LOCAL DO IMÓVEL QUE SERÁ UTILIZADO O DESMATAMENTO FAZENDA SÃO JOSÉ DO TRIUNFO - SITUADA NO DISTRITO BOCA DO CORREGO/BELMONTE/BA.		
ÁREA TOTAL DO IMÓVEL (EM HECTARE) 2.879.00.00	ÁREA A SER PRESERVADA (EM HECTARE) PRESERVAÇÃO PERMANENTE 10.00.00	ÁREA AUTORIZADA PARA ESTE DESMATAMENTO (EM HECTARE) TALHÃO Nº 06 40.20.00	
MATERIAL A SER EXTRAÍDO (TODA PALMIETA, LAMBA, CARVALO, etc.) MADEIRA EM TOROS = 1.611 M³ (HUM MIL E SEISCENTOS E ONZE METROS + CUBICOS).			
OBS. PLANO DE MANEJO SUSTENTADO.			
PORTARIA 019/91-P E ORDEM DE SERVIÇO 037/91/SUPES/BA.			
IMPORTANT! <i>ca 27/04/92</i> O PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL DEVE SE OBRIGAR A OBSERVAR TODAS AS LEGISLAÇÕES, SEM COMO BASTAR VÁLIDAS, E A ÁREA CIVIL NESTE DOCUMENTO SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PRESENTE AUTORIZAÇÃO, E SENDO AINDA SUJEITO AS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 71 DE 20 DE SETEMBRO DE 1966 E OUTRAS NORMAS VIGENTES.		LOCAL E DATA Porto Seguro, 25.03.92	
PROCESSO DE ORÇAMENTO Nº 0299/90/RE/BA. ESTA AUTORIZAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DE: * CÓPIA PLANTA DA PROPRIEDADE EM HECOTAREAS * AVERBAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO EM CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS.		CARIMBO ABREVIADO DO INSTITUTO Cezar M. Soares - Diretor de Superintendência - Estadual IBAMA - BA/BA	

Fonte: IBAMA - Eunápolis

ANEXO 3: MUNICÍPIO DE BELMONTE
RELATO SOBRE EXPLORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO FLORESTAL

Ao
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Representação de Eunápolis, Ba.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA I. B. D. F. Representação de Eunápolis - Ba.
N. 1378/90 27-8-90
DOCUMENTO

Ref.: Relatório Mensal
Faz.: Reunidas Pedras
Belmonte - Ba.
Área do Projeto- 102 ha.
Prop.: Alice R. do Nascimento
Executor: MAPA (Madeira Paulo Afonso)

A exploração desta área começou em março e teve uma parada. Recentemente, recomeçou a retirada de novas árvores exploráveis. As espécies mais exploráveis são: imbiruçu, joerana, paraçu e outras madeiras brancas. A regeneração é boa e as espécies que mais se destacam são: amescla, jítai peba, biriba. Em virtude das chuvas que caíram no local, houve uma pequena parada na exploração levando a abater em média 6 árvores por dia com circunferência acima de 140 cm.

Para a derrubada e transporte da madeira, foi necessário a construção de uma ponte sobre o rio Wbú. Estão utilizando uma moto-serra stihl 051, um trator agrícola GBT equipado com lâmina e cabo de aço de 90m. e dois caminhões Mercedes Benz 2213. O corte está sendo feito abaixo dos 30cm. para um maior aproveitamento da madeira. Os operários estão respeitando as espécies frutíferas ameaçadas de extinção e as protegidas por lei, juntamente com as áreas de preservação.

Todas as informações técnicas passadas aos trabalhadores de campo descritas no relatório anterior foram assimiladas pelos mesmos.

Nada mais a acrescentar, assino em quatro vias de igual teor.

Eunápolis, 24 de Agosto de 1990

Carlos Roberto Lima
Carlos Roberto Lima
Engenheiro Florestal
CREA: 22319 - D 3ª Região

Projeflora Proj. e Consult. Florest. Ltda

ANEXO 4
MUNICÍPIO DE BELMONTE: PLANOS DE MANEJO FLORESTAL - 1987 a 1999

(continua)

PROPRIETÁRIO	NOME DA FAZENDA	REGIAO	AREA (HA)	PROCESSO	ANO
Francisco Breda	Faz. São João	Mogiquiçaba	236	0276187/RE/BA	1987
Rafael Tosto Filho	Faz. Cachoeira Seca	Boca do Córrego	227	0131/87	1987
IMASA – Ind. de Mad. Ltda.	Faz. Conjunto Igarapé e Amapá	Mogiquiçaba	250	1.096/87	1987
Gilmar Luiz Gilbert	Faz. Confiança	Barrolândia	300	0133/87/RE/BA	1987
Natal S/A Agropecuária	Faz. Monte Cristo	Margem Esquerda do Jequitinhonha	264	0488/89	1989
IMASA – Ind. de Mad. Ltda.	Faz. Conjunto Igarapé e Amapá	Mogiquiçaba	350	0928/89	1989
Alice Rodrigues do Nascimento	Faz. Reunidas Pedras		102	0698/89/RE	1989
Espólio de Maria Joana de Azevedo	Faz. Quitongo	Riu do Ubu / Canta Galo	55	0826/89 RE	1989
Nicolau José Elias	Faz. Piassavais	Campo do Quitongo / Canta Galo	150	0113/89/RE/BA	1989
Ademar Neitiel Nitri	Faz. Campo Grande	Região do Córrego Grande / Canta Galo	20	0915/89	1989
Dionísio Marinalli	Faz. Santo Antonio	Zona do Rio Muriqui – Boca do Córrego	150	0223/90	1990
Rogério Dornelas	Conjunto Campo dos Urubus	Oiteiro da Glória	474	-	1990

(conclusão)

PROPRIETARIO	NOME DA FAZENDA	REGIAO	AREA (HA)	PROCESSO	ANO
IMASA – Ind. de Mad. Ltda.	Faz. Conjunto Igarapé e Amapá	Mogiquiçaba	211	0459/90	1990
Flávio Altoé	Faz. Milionária	Mogiquiçaba	40	0458/90	1990
Gilmar Luiz Gilbert e Genivaldo Roque Gilbert	Conjunto Agua Fria	Mogiquiçaba	250	02106.000148-49	1990
GAPE – Gilbert Agropecuária Ltda.	Faz. Boa Esperança	Córrego das Laranjeiras	41	02106.0099/92-05	1992
Salvador da Silva Ramos	Faz. Sucupira Torta	Riu do Ubu / Canta Galo	37	0199/92/PS	1992
João Rabelo de Mores	Faz. Esperança	Córrego do Triunfo, estrada da Faz. Guarani/Santa Maria Eterna	58	00239/92 OS	1992
Paulo Vieira	Faz. Experiência	Região do Rio Ubu	45	190/93 P.S	1993
Paraná Exp. Ind. Com. Café Ltda.	Faz. Itu	Estrada do Rio Ubu	100	000214/93-14	1993
Unilton Antonio Sampaio Bandeira	Faz. Boa Vista	Lagoa dos Cocos	28.5	2106.00154/95-56	1995
Pedro Macarne Neto	Lagoa do Pego	Lagoa do Pego	200	743/97	1997
Luiz Breda	Faz. Boa Sorte	Mogiquiçaba	100	02006.001851/99-59	1999
Fazenda Três Lagoas Ltda.	Faz. São José do Triunfo	Boca do Córrego	823,17	0299/90/RE/BA	

Fonte: Arquivos IBAMA – Eunápolis

ANEXO 5
GEOSSISTEMA PLANÍCIE FLORESTADA

GEOSSISTEMA DERIVADO	ESTRUTURA GEOLÓGICA	GEOMORFOLOGIA	SOLOS	CLIMA	USO DO SOLO
VALES CULTIVADOS	Depósitos aluviais de sedimentos do Grupo Barreiras	Vales de fundo chato, e vertentes de média a alta declividade ao longo do Jequitinhonha.	Neossolos dominam toda a extensão deste geossistema, exceto pela extremidade oeste do Jequitinhonha onde ocorrem Latossolos	Forte declínio nos índices pluviométricos no sentido leste/oeste. De 1.700mm a 1300mm em menos de 40 km. Temperatura média de 24°C.	Cultivo de cacau, pastagens. Existem ainda pequenos fragmentos de floresta e extensas áreas de brejos. Plantações e edificações rurais adaptadas às flutuações do nível das águas do Jequitinhonha.

Elaboração: André P. Santos

ANEXO 6
GEOSSISTEMA TABULEIROS FLORESTADOS”

GEOSSISTEMA DERIVADO	ESTRUTURA GEOLÓGICA	GEOMORFOLOGIA	SOLOS	CLIMA	USO DO SOLO
NOVOS CULTIVOS	Formação Barreiras. Período Terciário/Quaternário	Parte plana dos tabuleiros limitada ao norte pelas vertentes do vale do Jequitinhonha.	Latossolos.	Forte declínio nos índices pluviométricos sentido leste/oeste. De 1700mm a 1300mm em menos de 40 km. Temperatura média de 24°C.	Cultivo de eucalipto, pastagens e mamão. Pequenos fragmentos florestais nos vales fluviais.
BORDAS FLORESTADAS	Formação Barreiras, terciário/quaternário. Contato com depósitos quaternários.	Borda e vertentes dos tabuleiros, ao norte. Ao sul alcança também sopé do tabuleiro.	Latossolos com manchas de Argissolos no seu interior.	Baixo gradiente pluviométrico. Índices médios de 1700mm anuais. Temperatura média de 24°C ao sul e 23°C próximo ao vale do Pardo.	Concentração de fragmentos florestais em estágio médio/avançado de regeneração. Extração de piaçava. Fragmentos sob constante ameaça pela exploração de madeira e produção ilegal de carvão.
CULTIVOS TRADICIONAIS	Contato Formação Barreiras com Embasamento pré-cambriano.	Contato dos tabuleiros com região serrana. Sopé.	Latossolos e Argissolos	Gradiente pluviométrico sentido sudeste/nordeste (de 1300 a 1700mm). Temperatura apresentando mesmo gradiente sudeste/nordeste.	Predominância de pastagens e plantações de cacau. Poucos fragmentos florestais

Elaboração: André P. Santos

ANEXO 7
GEOSSISTEMA COSTEIRO

NOME DO GEOSSISTEMA	ESTRUTURA GEOLÓGICA	GEOMORFOLOGIA	SOLOS	CLIMA	USO DO SOLO
BAIXA DERIVAÇÃO	Terraços marinhos Holocênicos e Pleistocênicos na porção sul e mangues e pântanos Holocênicos ao norte	Relevo extremamente plano e de baixa altitude constituído por sucessão de coroes litorâneos dispostos paralelamente (porção sul). Canais fluviais e marinhos em relevo extremamente plano e sujeito a inundações (porção norte).	Argissolos	Índice pluviométrico elevado (1.800mm anuais) e temperatura constante (24°C).	Presença de vegetação natural sob baixa pressão de atividades humanas. Predomínio de restingas ao sul e mangues ao norte.
RURAL	Terraços marinhos Holocênicos.	Ilhas arenosas separadas do continente por canais de maré (porção norte). Planície formada por cordões litorâneos (porção sul).	Neossolos	Índice pluviométrico elevado (1.800mm anuais) e temperatura constante (24°C).	Pequenas plantações de coco - da - Bahia. (sul). Pastagens e plantações de coco ao norte.
NOVOS USOS	Terraços marinhos Holocênicos	Ilhas arenosas separadas do continente por canais de maré (porção norte). Planície formada por cordões litorâneos (porção sul).	Neossolos	Índice pluviométrico elevado (1800mm anuais) e temperatura constante (24°C).	Áreas urbanas e rurais exploradas pelo turismo.

Elaboração: André P. Santos

ANEXO 8
GEOSSISTEMA SERRAS

NOME DO GEOSSISTEMA	ESTRUTURA GEOLÓGICA	GEOMORFOLOGIA	SOLOS	CLIMA	USO DO SOLO
SERRAS	Grupo Rio Pardo/ proterozóico- superior	Borda da Bacia Metasedimentar do rio Pardo. Serras e vales fluviais.	Argissolos	Índice pluviométrico de 1300mm anuais. Amplitude térmica de 1°C. Temperaturas médias anuais entre . 22 e 23°C.	Cultivo de cacau no extremo oeste do geossistema. Pastagens na porção norte; Eucalipto na face leste e fragmentos florestais nos topos das serras.

Elaboração: André P. Santos